

Revista Ensinando e Aprendendo



Ipiranga do Sul, v. 2, n. 2, novembro/2019 - ISSN 2595-9565



Publicação da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Sul-RS e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PERIODICIDADE

Anual

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Carlos Antônio da Silva, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,
URI Erechim, RS, Brasil

Ms. Idanir Ecco, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,
URI Erechim, RS, Brasil

Dr^a. Jacqueline Raquel Bianchi Enricone, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,
URI Erechim, RS, Brasil

EDITORAS

Esp. Stelamaris Schio Hahn, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ipiranga do Sul, RS, Brasil
Esp. Dinéia Carem Casanova, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ipiranga do Sul, RS, Brasil

CAPA: (Assessoria de Marketing, Comunicação e Eventos /URI Erechim)

REVISTA ENSINANDO E APRENDENDO / Prefeitura Municipal de Ipiranga do Sul.
- V. 2, n. 2, 2019. – Ipiranga do Sul: Stelamaris Schio Hahn, v. 2, n. 2, novembro
2019.

Anual

ISSN 2595-9565

1. Educação 2. Educação infantil 3. Educação - tecnologias I. Prefeitura Municipal
de Ipiranga do Sul

CDU: 37

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra M. Milbrath CRB 10/1278



Rua do Comércio, 124
CEP 99925-000 - Ipiranga do Sul, RS, Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	5
A Utilização de Mídias no Ensino de Língua Portuguesa nas Séries Finais do Ensino Fundamental Luciane Ambrozini	9
A Influência da Tecnologia no Processo de Ensino Aprendizagem da Língua Inglesa Simone Toniazzo	16
Relato de Práxis: Audição Inteligente de Música Peterson Ilton Lopes	21
Percepção dos Estudantes do Ensino Fundamental Quanto às Aulas Práticas em Ciências da Natureza Fabiane Turella Pedrozo Tomassini	27
A Autoestima e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos Silmara Pinheiro	36
O Jogo como Recurso Pedagógico Interdisciplinar Gláucia Salete Ceron	44
A Influência da Motivação na Aprendizagem de Alunos de AEE Sandra Regina Peruzzolo	51
Mídias Virtuais: O que Está Roubando o Tempo com a Sua Família? Carlos Antônio Da Silva Rochana Basso	56
A Influência dos Super-Heróis no Consumismo Infantil Bruna Milena Romanowski Carlos Antônio Da Silva Francine Fontana Rochana Basso	61
A Presença do Medo Infantil em Vídeos do Folclore Brasileiro Francine Fontana Carlos Antônio Da Silva Bruna Milena Romanowski Rochana Basso	67
Crianças e Adolescentes no Mundo Digital - A Proteção dos Dados Pessoais Rochana Basso Carlos Antônio Da Silva Francine Fontana Bruna Milena Romanowski	71
Contratos Digitais: O que os Educadores Precisam Saber Rochana Basso Carlos Antônio Da Silva Bruna Milena Romanowski Francine Fontana	75

Educação e Tecnologia: Um Olhar da Psicologia Sobre o Comportamento Humano	80
Rafael José De Oliveira Daniel Sbardeloto Vânia Maria Barboza	
Língua Brasileira de Sinais: A Tecnologia Computacional Auxiliando a Aprendizagem	84
Daniel Sbardeloto Rafael José De Oliveira Vânia Maria Barboza	
Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente Segundo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente	88
Alana Mathilde Tomielos Gustavo De Moraes Tedesco	
Terceirização da Infância	94
Giseli Zabet Caroline Dallagnol Luiza Filippi	
Reflexões Sobre o Processo de Globalização, o Trabalho Informal e a Educação	99
Rochana Basso	
Concepções de Metodologias Ativas dos Acadêmicos do Curso de Pedagogia em duas Universidades de Um Município do Estado do Rio Grande do Sul	104
Louise Cerqueira Feijó Franciele Fátima Marques	
Gestão Democrática e a Construção da Autonomia no Olhar dos Professores de Escolas Públicas de um Município do Norte do Estado do Rio Grande do Sul	109
Micheli Santa Catarina Leandra Sacon Franciele Fátima Marques	
A BNCC e o Currículo na Educação Infantil	115
Lurdes Casa Anelise Brod Leandra Sacon	
A Educação Humanizadora na Percepção de Professores	120
Leandra Sacon Idanir Ecco Micheli Santa Catarina	

APRESENTAÇÃO

Descobrir, aprender e encantar: transformações educacionais

O mundo vem passando por rápidas transformações e com elas novas concepções de vivência passam a ser incorporadas nos meios sociais e educacionais. A presente revista traz experiências e conceitos debatidos no âmbito de temáticas que estão intimamente relacionadas com o fazer pedagógico cotidiano escolar e que, de certa forma, respondem aos anseios e angústias pertencentes a esse momento educacional mediatizado pelas transformações do mundo atual.

As tecnologias inseridas no processo ensino aprendizagem, tem sido cada vez mais uma constante nos espaços escolares, e como o professor recebe e interage com essas inovações? Como a escola prepara seu ambiente para acomodar práticas tecnológicas no contexto das ações pedagógicas da sala de aula? Que discussões são protagonizadas entre alunos e professores com a inserção das tecnologias no contexto escolar? Que pensamentos e ações devem conduzir o processo educacional para formar sujeitos com competências e habilidades necessárias ao mundo atual? Que perfil de gestor deve estar presente nos ambientes escolares e que currículo melhor responde as necessidades atuais?

Estas e muitas outras perguntas fazem parte do dia a dia de educadores e pesquisadores da área da educação, que estudam e buscam práticas condizentes com o perfil de alunos a serem formados que respondam aos desafios de uma vida em sociedade na perspectiva de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, Luciane Ambrozini em seu texto “*A utilização de mídias no ensino de Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental*”, traz uma reflexão importante sobre como deixar a aula de Língua Portuguesa mais motivadora e desafiadora, tendo em vista que o mundo tecnológico em que estamos vivendo não pode ser ignorado por professores e por alunos. A autora aborda em seu texto que é preciso utilizar os recursos midiáticos na organização pedagógica da escola e mais precisamente nas aulas de Língua portuguesa. O texto está estruturado com uma revisão bibliográfica sobre mídias na educação, com uma discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular e suas habilidades e competências na área da Língua Portuguesa e ainda um relato de uma experiência pedagógica inovadora sobre uma prática digital.

O texto “*A influência da tecnologia no processo ensino aprendizagem da Língua Inglesa*” de Simone Toniazzo, aborda a contribuição da internet e das demais tecnologias nesse cenário de constante transformação. Traz em seu texto que o uso da internet na educação tem gerado inquietação e aponta para a necessidade de redefinir o papel do professor e ainda buscar estratégias para promover a independência dos estudantes, da escola básica à Universidade. A autora aponta a relevância de o Ensino de Línguas possibilitar ao aluno o acesso a materiais autênticos e a comunicação com outras pessoas nativos da língua em estudo.

Peterson Ilton Lopes, no texto “*Audição Inteligente de música Relato de práxis*”, traz uma experiência marcante realizada com os alunos do 7º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João Becker na comunidade de Ipiranga do Sul. O texto aborda o relato dessa práxis que buscou refletir como as pessoas ouvem a música, quais os estilos musicais e o meio em que são ouvidas pela comunidade local.

Fabiane Turella Pedrozo Tomassini traz o artigo sobre a “*Percepção dos alunos do Ensino fundamental sobre a importância das aulas práticas no Ensino das Ciências da Natureza*”, que relata práticas em escola de ensino médio.

“*A autoestima e aprendizagem na EJA*” é o texto de Silmara Pinheiro que tem como foco de análise a autoestima e aprendizagem de jovens e adultos que procuram os bancos escolares para sua formação acadêmica em EJA. O texto traz uma reflexão importante quanto ao sentido que os alunos de EJA dão ao ensinar e ao aprender escolares e o quanto a aprendizagem impacta em uma vivência social desses sujeitos. O texto está estruturado com uma revisão bibliográfica sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, seguida por uma análise de como a autoestima pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento intelectual do educando e por último a formação e o olhar do professor com relação à educação de jovens e adultos.

Na sequência dos trabalhos Glaucia Salette Ceron em seu texto “*O jogo como recurso pedagógico interdisciplinar*” aborda um estudo teórico com o objetivo de investigar o jogo como recurso pedagógico interdisciplinar visando uma educação inclusiva e mais participativa. Nessa perspectiva a autora utilizou-se de um conjunto de indicativos e suportes teóricos, os quais alicerçaram a importância do jogo no desenvolvimento humano como instrumento de socialização de conhecimentos e intervenção na formação integral do aluno no processo de ensino aprendizagem, evidenciando assim, novas possibilidades em relação à educação inclusiva.

Sandra Regina Peruzzo reflete sobre “*A influência da motivação na aprendizagem na Educação Especial*” é um texto que traz uma contribuição importante sobre a temática da motivação e da aprendizagem, na perspectiva de uma educação inclusiva trazendo uma análise da influência da motivação na aprendizagem junto aos educandos em atendimento educacional especializado. O texto aponta que a motivação é fator preponderante para o exercício do ensinar e aprender no que se refere a todo o ser humano, quer este apresente especificidades ou não.

Carlos Antônio da Silva em seu texto sobre “*Mídias virtuais O que está roubando o tempo com a sua família?*” faz uma reflexão necessária sobre o mundo virtual e suas características marcadas pelo acesso rápido e contínuo da informação. O autor aponta que essas questões trazem alterações no cotidiano mais imediato das pessoas. Destaca ainda que na era digital, o estar próximo sem estar presente acarreta a diminuição do fluxo das conversas tradicionais e nesse sentido as redes sociais, têm mudado a forma de se comunicar uns com os outros, e isso tem repercutido no mundo físico, especialmente nas relações humanas.

Na sequência, o texto “*A influência dos super-heróis no consumismo infantil*” de Bruna Milena Romanowski, aborda uma temática importante para a construção social do sujeito. O texto tem como foco principal desconstruir paradigmas que abordem questões da construção social vinculados à influência das mídias televisivas carreadas por histórias de super-heróis representadas nos quadrinhos, filmes, desenhos animados, entres outros produtos midiáticos.

Francine Fontana em seu texto “*A presença no medo infantil em vídeos do folclore brasileiro*” privilegia a revisão bibliográfica e tem como propósito investigar como o medo é despertado no imaginário infantil por meio de vídeos do folclore brasileiro. A autora aborda a historicização da tecnologia até a chegada da Internet ressaltando também aspectos conceituais referentes ao que é medo e como as lendas do folclore brasileiro podem influenciar no desenvolvimento desse sentimento nas crianças.

A discussão sobre a proteção de dados pessoais no mundo digital é trazida por Rochana Basso em seu texto “*Crianças e adolescentes no mundo digital A proteção dos*

dados pessoais”. A autora apresenta as orientações jurídicas trazidas pela Lei 13.709/2018 que disciplina a Proteção dos Dados Pessoais (LGDP), demais normatizações e doutrinas com intuito de orientar sobre a divulgação de dados pessoais na internet, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes.

Na sequência o texto *“Contratos Digitais: o que os educadores precisam saber”* também de Rochana Basso, traz elementos significativos sobre novas formas de gerenciamentos de produtos e serviços que por conta da era digital necessitam de novas leituras a fim de não gerar inseguranças futuras diante do contexto midiaticizado da contemporaneidade. O texto aborda questões relativas ao uso das tecnologias pelos educadores e alerta para o conteúdo subjacente dos contratos digitais que são inadvertidamente aceitos num simples toque digital, às vezes instintivamente, e que por este ato, poderão gerar danos futuros.

Rafael José de Oliveira no texto *“Educação e Tecnologia: Um olhar da Psicologia sobre o comportamento humano”* traz a questão do desconforto que os recursos tecnológicos causam aos educadores deixando-os acuados diante de tanta modernização e ferramentas tecnológicas disponíveis na contemporaneidade. O autor traz a perspectiva do olhar da psicologia que atua nesse campo de estudo como forma de auxiliar no entendimento do comportamento dos indivíduos e na compreensão entre a real necessidade de aprender e a sua realização pessoal, minimizando a lacuna existente entre as novas tecnologias e a rotina tradicional de educar proposta pelos professores.

O texto *“Linguagem Brasileira de Sinais: a tecnologia computacional auxiliando a aprendizagem”* também de Rafael José de Oliveira aborda um tema de grande importância para o meio acadêmico e social. O autor busca pela inclusão social do deficiente auditivo, bem como a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela comunidade em geral é de suma importância para que o processo de inclusão possa ser uma realidade. Esse texto busca apresentar uma ferramenta tecnológica computacional de aprendizagem de Libras, que auxilie as pessoas com deficiência auditiva a se comunicarem com mais eficiência no mundo contemporâneo.

Alana Mathilde Tomielos no texto *“Os direitos fundamentais da criança e do adolescente segundo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente”* aborda a origem das primeiras leis em favor da criança e do adolescente e os direitos fundamentais. A autora traz em seu texto uma linha histórica com as principais legislações que abordaram e continuam abordando a proteção integral à criança e ao adolescente.

“Terceirização da Infância” é o tema do texto de Giseli Zobot, que retrata a influência da publicidade infantil para o consumismo exagerado realizado pelas crianças e informa os possíveis prejuízos que este acarreta. A autora destaca, também em seu texto, o fato de que o consumo excessivo é facilitado e influenciado pelos meios de comunicação, associados com a pouca disponibilidade dos pais ou cuidadores de estarem presentes na vida seus filhos.

Rochana Basso no texto *“Reflexões sobre o processo de globalização, o trabalho informal e a educação”* traz para a discussão as interconexões que a globalização pode gerar, movimentando todo o aparato mundial, desde a venda de um simples objeto até as mais variadas formas de produção. A autora destaca também o poder de mudança e alienação que o capital tem, subjugando setores, espaços e práticas com o propósito de expandir e conquistar territórios e lugares de forma hegemônica e lucrativa.

No texto *“Concepções de metodologias ativas dos acadêmicos do curso de Pedagogia em duas universidades de um município do Estado do Rio Grande do Sul”* Louise Cerqueira Feijó, apresenta uma análise dos dados coletados da pesquisa de campo, de caráter qualitativo com enfoque exploratório e bibliográfica, em duas Universidades de um município do Estado do Rio Grande do Sul, em que verifica-se as concepções dos futuros Pedagogos acerca das

metodologias ativas na educação. A autora destaca que a aprendizagem, por meio das metodologias ativas, promove estímulos aos estudantes para a construção do saber, ao validar conhecimentos pela análise de problemas e assim o indivíduo interage com o objeto de estudo e estimula a aprendizagem.

“*Gestão democrática e a construção da autonomia no olhar dos professores de escolas públicas de um município do Norte do Estado do Rio Grande do Sul*” é o tema de Micheli Santa Catarina que traz em seu texto um debate teórico sobre gestão democrática e participativa e destaca que no âmbito educacional tem sido defendida como uma possibilidade nas unidades escolares para garantir processos coletivos de participação e decisão, incluindo no debate estudantes e professores, promovendo a construção da autonomia.

Lurdes Casa em seu texto “*A BNCC e o Currículo na Educação Infantil*”, traz como foco principal do debate a importância da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil. Apresenta os fundamentos legais e teóricos que embasam o currículo na Educação Infantil e garantem o desenvolvimento educacional e integral da criança a partir da BNCC. A autora aborda que a legislação vigente e as teorias a respeito da Educação Infantil induzem a reflexão sobre as práticas pedagógicas docentes a fim de garantir uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem.

O último texto traz o debate sobre “*A educação humanizadora na percepção dos professores*”. A autora Leandra Sacon elucida o tema apontando que a educação humanizadora é uma maneira do professor trabalhar com os valores humanos no ambiente escolar, e vivencia-los no dia a dia na sociedade. Para a autora a educação deve ser pensada como prática para a formação do ser humano, tendo em vista a sua contribuição para o desenvolvimento dos valores humanos.

Os textos reunidos nessa obra, representam uma resposta aos desafios colocados pelas rápidas transformações sociais e educacionais. “*Descobrir, aprender e encantar: transformações educacionais*” é uma obra que demarca a atualidade do debate e provoca a reflexão sobre a prática pedagógica. Uma excelente leitura para professores, pesquisadores, profissionais da educação e alunos em formação que pensam a educação como possibilidade transformadora da realidade.

Luci Mary Duso Pacheco

Doutora em Educação

Professora e Coordenadora do

PPGEDU - Programa de Pós-Graduação

Stricto Sensu em Educação - Mestrado e Doutorado

A UTILIZAÇÃO DE MÍDIAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Luciane Ambrozini¹

INTRODUÇÃO

Como deixar sua aula de Língua Portuguesa mais motivadora e desafiadora? O foco deste artigo é justamente esse. Hoje não podemos conceber aulas como tínhamos até então. O mundo tecnológico e conectado em que vivemos não pode ser ignorado por professores e, principalmente pelos alunos, dentro das paredes da escola. É imprescindível que utilizemos os recursos midiáticos a nosso favor, fazer eles trabalharem para nós e não paralelamente, como se a escola e nossas aulas nada tivessem com essa nova e inevitável realidade. Não podemos remar contra essa maré, mas utilizá-la para impulsionar e motivar os nossos alunos, usando sua linguagem, a da rede.

Diante da inexistência de trabalhos relativos à temática posta, torna-se oportuno aprofundar a mesma. E pela pertinência vinculada às práxis e às reflexões cotidianas da educação no atual cenário educacional do País, onde se está implementando uma nova Base Nacional Comum Curricular, voltada ao desenvolvimento de habilidades e competência, se faz necessário escrever sobre o que é feito como experiência pedagógica voltada a essa nova realidade para divulgar e torná-las conhecidas e, quiçá, serem reproduzidas em outras escolas. Nada como um relato de experiência para ilustrar tudo isso.

A estrutura deste artigo contempla de início uma revisão bibliográfica sobre o que são mídias na educação, e sobre o que Base Nacional Comum Curricular aponta como habilidades e competências que devem ser privilegiadas no desenvolvimento das aulas de Língua Portuguesa. Para coroar segue um relato de prática digital, um relato de uma experiência pedagógica inovadora.

CONCEITOS DE MÍDIAS

José Moran, já diz, em seu livro *Desafios na Comunicação Pessoal*, (2007, p.162-166), que “a escola precisa exercitar as novas linguagens que sensibilizam e motivam os alunos, e também combinar pesquisas escritas com trabalhos de dramatização, de entrevista gravada, propondo formatos atuais como um programa de rádio uma reportagem para um jornal, um vídeo, onde for possível.” A motivação dos alunos aumenta significativamente quando possam expressar-se em formato e códigos mais próximos da sua sensibilidade. Podendo utilizar o computador, a tarefa adquire uma nova dimensão e, fundamentalmente, não muda a proposta inicial.

Diz Moran também que antes da criança chegar à escola, já passou por processos de educação importantes: pelo familiar e pela mídia eletrônica. No ambiente familiar, mais ou menos rico cultural e emocionalmente, a criança vai desenvolvendo as suas conexões

¹Professora de Língua Portuguesa. Formada em Letras - Português e Espanhol e Respectivas Literaturas. Especialista em Educação Especial Inclusiva

cerebrais, os seus roteiros mentais, emocionais e suas linguagens. A criança também é educada pela mídia. Aprende a informar-se, a conhecer os outros, o mundo, a si mesmo, a sentir, a fantasiar, a relaxar, vendo, ouvindo, "tocando" as pessoas na tela, que lhe mostram como viver, ser feliz e infeliz, amar e odiar. A relação com a mídia eletrônica é prazerosa - ninguém obriga - é feita através da sedução, da emoção, da exploração sensorial, da narrativa - aprendemos vendo as histórias dos outros e as histórias que os outros nos contam.

Mesmo durante o período escolar a mídia mostra o mundo de outra forma - mais fácil, agradável, compacta - sem precisar fazer esforço. Ela fala do cotidiano, dos sentimentos, das novidades. A mídia continua educando como contraponto à educação convencional, educa enquanto estamos entretidos. A educação escolar precisa compreender e incorporar mais as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações. É importante educar para usos democráticos, mais progressistas e participativos das tecnologias, que facilitem a evolução dos indivíduos. Quando a criança chega à escola, os processos fundamentais de aprendizagem já estão desenvolvidos de forma significativa. É urgente também a educação para as mídias, para compreendê-las, criticá-las e utilizá-las da forma mais abrangente possível (MORAN, p. 162-166).

Na escola, também torna-se cada vez mais necessária a presença do trabalho docente para lidar com a grande quantidade de informações introjetadas pela mídia em todos os jovens. A orientação dos professores é de extrema relevância na análise crítica dos conteúdos midiáticos por meio da apresentação do conhecimento científico estruturado, para que os alunos sejam capazes de reestruturar seu pensamento com base no fundamento teórico (TERUYA; MORAES, 2009, p. 327-343).

Mas o que são afinal essas mídias? Mídia clássica, tradicional ou velha –são mídias bem desenvolvidas e disseminadas na sociedade como as mídias impressas e as eletrônicas. A mídia impressa abrange todo veículo de comunicação que utiliza a palavra impressa para transmitir mensagens, tais como: os cartazes, as revistas, os jornais entre outros. A mídia eletrônica abrange os veículos de comunicação eletrônica como os aparelhos de som, o rádio e a televisão. A nova mídia aparece como derivação do uso dos computadores e da eletrônica digital, por exemplo: a internet (TERUYA, 2006, p. 9). Essa nova mídia é a que está em questão aqui.

As metas almejadas com o uso de multimídia educativa envolvem a efetividade, que é aprender de uma melhor forma, com precisão ao lembrar, maior retenção, capacidade de transferência e generalização das habilidades; a eficiência, que é conseguir a mesma quantidade de aprendizagem em menor tempo; a atratividade, que é conseguir que os estudantes dediquem tempo e energia à atividade de aprendizagem e retornem ao material para rever e revisar, com uma atitude engajada e com motivação.

Na aprendizagem multimídia, o aluno atua como construtor do conhecimento, ao selecionar e conectar os elementos visuais e verbais. Seleção (prestar atenção às palavras e imagens relevantes), organização (organizar as palavras e imagens selecionadas montando representações mentais coerentes) e integração (conectar as representações verbais e de imagens entre si e com o conhecimento prévio) são processos cognitivos necessários para que a aprendizagem com multimídia seja significativa (<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169655/001051852.pdf?sequence=1&isAllowed=y>)

A LÍNGUA PORTUGUESA (CONCEITO – HABILIDADES - COMPETÊNCIAS)

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o adolescente/jovem deve participar com maior criticidade de situações

comunicativas diversificadas, interagindo com um número de interlocutores cada vez mais amplo, inclusive no contexto escolar, no qual se amplia o número de professores responsáveis por cada um dos componentes curriculares.

Essa mudança em relação aos anos iniciais favorece não só o aprofundamento de conhecimentos relativos às áreas, como também o surgimento do desafio de aproximar esses múltiplos conhecimentos. A continuidade da formação para a autonomia se fortalece nessa etapa, na qual os jovens assumem maior protagonismo em práticas de linguagem realizadas dentro e fora da escola.

No componente Língua Portuguesa, amplia-se o contato dos estudantes com gêneros textuais relacionados a vários campos de atuação e a várias disciplinas, partindo-se de práticas de linguagem já vivenciadas pelos jovens para a ampliação dessas práticas, em direção a novas experiências.

Como consequência do trabalho realizado em etapas anteriores de escolarização, os adolescentes e jovens já conhecem e fazem uso de gêneros que circulam nos campos das práticas artístico-literárias, de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático, de atuação na vida pública e campo da vida pessoal, cidadãs, investigativas. Aprofunda-se, nessa etapa, o tratamento dos gêneros que circulam na esfera pública, nos campos jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. No primeiro campo, os gêneros jornalísticos – informativos e opinativos – e os publicitários são privilegiados, com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão. Para além dos gêneros, são consideradas práticas contemporâneas de curtir, comentar, redistribuir, publicar notícias, curar etc. e tematizadas questões polêmicas envolvendo as dinâmicas das redes sociais e os interesses que movem a esfera jornalística-midiática.

Uma das competências a ser desenvolvida nos alunos segundo a BNCC é a Cultura digital, que consiste em compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. Ela reconhece o papel fundamental da tecnologia e estabelece que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, portanto, de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade (Guia BNCC).

PRÁTICAS DIGITAIS- RELATOS SALA DE AULA

Pensando nisso: a) que as aulas precisam atender às novas habilidades e competências propostas pela BNCC; b) que as mídias digitais devem estar cada vez mais presentes nas salas de aula, devemos repensar e adaptar nossa prática docente. Retoma-se então a pergunta inicial: como deixar sua aula de Língua Portuguesa mais motivadora e desafiadora? Uma das estratégias relatar-se-á na sequência, e abrange além da habilidade de expressar-se oralmente, também a capacidade de leitura, compreensão, síntese, avaliação crítica e o desafio de produzir um vídeo. Tal experiência foi realizada com alunos do 9º ano.

Uso muito os vídeos nas minhas aulas. Há tantos vídeos bons na rede para serem explorados e mostrados. Às vezes um conteúdo sendo explicado por mim, em aula expositiva, não traz a mesma fixação do que o mesmíssimo conteúdo sendo passado em vídeo, de forma dinâmica, engraçada, cheio de artifícios. Além disso, acredito que dessa forma os alunos vão se tornando autodidatas, pois percebem que podem retomar os vídeos para estudar em casa, retomar o conteúdo, buscar outros vídeos complementares. Salienta-se aqui um diferencial da

escola onde trabalho: temos acesso à Internet, lousas digitais, computadores a nossa disposição, tanto alunos quanto professores, o que facilita muito o processo de ensino-aprendizagem.

A atividade inicial foi uma tradicional proposta de expressão oral após a leitura de um livro, sendo que deveriam fazê-la em forma de resenha crítica apresentando os seguintes passos: 1 - Apresentação do livro (título, autor, dados sobre o autor, editora, número de páginas...), 2 - Breve resumo de história de livro sem revelar o desfecho, ou seja, o fim; 3- Avaliação do livro, com aspectos positivos e/ou negativos. Mas o detalhe mais importante: essa expressão oral deveria ser apresentada através de vídeo. Conforme a BNCC temos como uma das habilidades a serem desenvolvidas a seguinte: “**(EF69LP08)** Revisar/editar o texto produzido - notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, dentre outros –, tendo em vista sua adequação ao contexto de produção, a mídia em questão, características do gênero, aspectos relativos à textualidade, a relação entre as diferentes semioses, a formatação e uso adequado das ferramentas de edição (de texto, foto, áudio e vídeo, dependendo do caso) e adequação à norma culta.” (9ºano) Dessa forma além de desenvolver a expressão oral, os alunos terão que produzir o gênero resenha e adequar esse texto para a mídia audiovisual, no caso, um vídeo.

Aqui se fazem necessários alguns esclarecimentos. Por que essa estratégia? Porque já vamos “treinando” para nos adequar a nova BNCC. Como surgiu essa ideia? A partir da leitura da Base e da relação com o universo dos alunos. Ao questionar os estudantes sobre o que “curtiam” assistir na plataforma do YouTube, descobri muitas coisas, a maioria, positivas. Tantos canais interessantes eles acompanham. Como professores é muito importante saber do que eles gostam e o que eles veem. Então fizemos uma aula previamente combinada em que cada um traria uma sugestão de vídeo para toda turma ver. Eis que um dos canais era de uma Youtuber que faz resenhas de livros, documentários, séries... Pronto, ali estava a ideia! Então a expressão oral seria feita conforme os moldes dos vídeos daquela Youtuber (RODRIGUES).

Fizemos uma análise de alguns vídeos que seguiam exatamente a proposta acima de resenha crítica. Aproveitar as ideias dos alunos a nosso favor, sendo eles protagonistas, criando uma ótima oportunidade de aprendizado, utilizando as mídias digitais, bem como explorando a cultura digital é tudo que a nova proposta da BNCC orienta.

Os alunos gostaram? Sentiram-se motivados? Claro! A notícia da atividade se espalhou entre as outras turmas e todos queriam também fazer expressão oral assim. Maravilha!

Na sequência, os alunos selecionaram o livro a ser lido; um prazo para leitura, organização escrita da resenha e produção do vídeo foi estabelecido. Um parêntese aqui: sem que eles se dessem conta, tiveram que fazer toda trabalho (resenha) da forma tradicional para depois transformá-lo em vídeo. Ponto para o aprendizado.

Dias após lançar a atividade, uma aluna desafiou-me a fazer um vídeo também. Se os alunos sentiram-se desafiados e motivados como eu fiquei, ótimo. Fiz o vídeo também. E iniciamos a apresentação dos vídeos pelo meu.

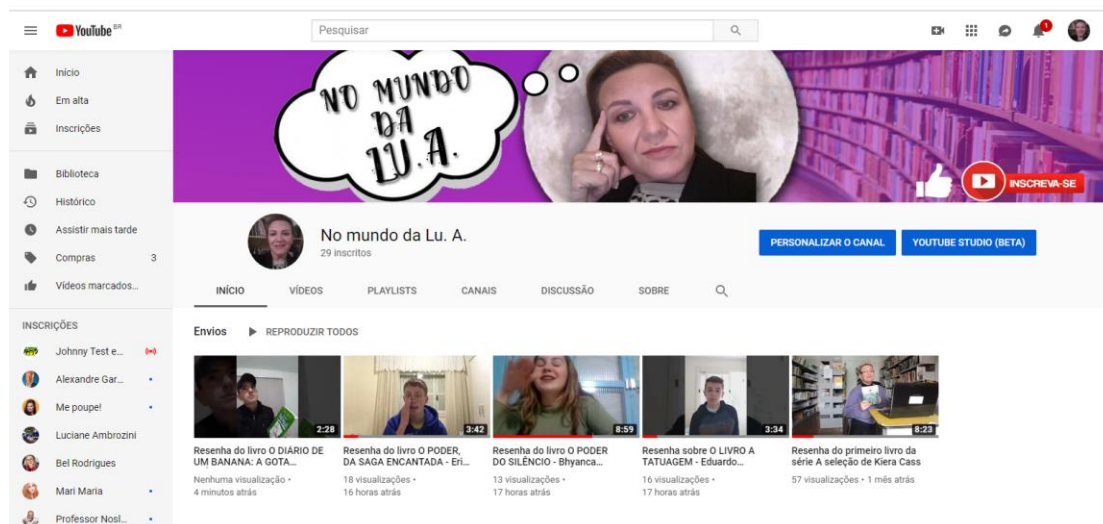


Afinal, os vídeos foram feitos? Dos 23 alunos envolvidos, 21 fizeram! Considero que foi um sucesso. E ficaram bons? A maioria sim. Assim como todo trabalho escolar sempre há os excelentes, os bons, os regulares, os insuficientes. Mas a cada vídeo produzido que assistíamos, a análise e avaliação eram feitas. Cada falha é uma tentativa de acerto. Saliento algumas surpresas positivas: muitos alunos tímidos e com dificuldade de expressar-se oralmente diante da turma, tiveram desempenho fantástico no vídeo. Inclusive o caso de uma gagueira nervosa presente sempre na leitura normal em sala de aula, durante o vídeo não estava presente, parecia outra pessoa falando naquela tela. Quanta satisfação!

Quanto à gravação, organização e edição desses vídeos houve um trabalho cooperativo de ajuda e troca de ideias entre os alunos: um verdadeiro trabalho em equipe. Troca de saberes importantíssimo, inclusive eu aprendi muito nessas tarefas. Mais um ponto para o processo de ensino-aprendizagem.

A atividade findou por aí? Não. Seguindo sugestão dos alunos, decidimos que postaríamos no YouTube esses vídeos. Então criamos um canal, na verdade, meu canal: No mundo da LU. A.

Lemos e assistimos muitos tutorias de como criar, organizar e personalizar um canal no YouTube. E com a ajuda mútua o canal está no ar, onde estão disponíveis os vídeos produzidos dentro da proposta.





Vai ficar por aí? Não. Já surgiram novas propostas, por exemplo, fazer vídeos com textos que produzirão no decorrer das aulas. A cada proposta de produção (contos, crônicas) vota-se no texto que mais gostam (e que contemple as características do gênero) e produz-se o vídeo (mesmo que seja a leitura do texto) e posta-se. Uma maneira de eternizar o trabalho, mudando a plataforma, em vez de livro de coletânea, vídeos!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, com essa experiência que é compartilhada aqui busca-se plantar a semente da motivação e das possibilidades múltiplas de utilizar as mídias digitais nas aulas de Língua Portuguesa. Nessa prática conjugou-se o trabalho com a habilidade de expressão oral com a produção de texto escrito e audiovisual, tornando uma sequência de aulas instigantes e desafiadoras. Não há como pensar no trabalho docente significativo hoje sem utilizar as mídias digitais. Tornar o aluno um protagonista de seu próprio aprendizado será de fundamental importância para seu futuro, sendo que o mundo do trabalho hoje exige profissionais pró-ativos, que trabalhem em equipe, em forma de parceria, que sejam criativos. Não se quer mais aluno repetidor, mas sim, criador. O mundo está conectado e a escola precisa estar conectada com o mundo.

REFERÊNCIAS

MORAN, José, Orientador de Projetos Educacionais Inovadores com metodologias ativas nas modalidades presencial e a distância. Texto do meu livro. **Desafios na Comunicação Pessoal**. 3ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 162-166.

TERUYA, Teresa Kazuko; MORAES, Raquel de Almeida. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 327-343, jul./dez. 2009

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169655/001051852.pdf?sequence=1&isAllowed=y> MÍDIAS NA EDUCAÇÃO: A PEDAGOGIA E A TECNOLOGIA SUBJACENTES

Língua Portuguesa no Ensino Fundamental - Anos Finais: Práticas de Linguagem, Objetos de Conhecimento e Habilidades (BNCC, p.136-137)

<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/103/faca-o-download-do-livro-sobre-as-competencias-gerais-em-pdf>

Base Nacional Comum Curricular.

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA

Simone Toniazzo

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir acerca do uso da tecnologia nos processos de ensino-aprendizagem, principalmente no ensino de Língua Estrangeira. Verificando quais recursos tecnológicos podem ser utilizados pelos professores de Língua Inglesa atualmente, as oportunidades comunicativas e reais que podem ser criadas a partir do uso adequado das tecnologias. Apresenta também um breve histórico do uso das tecnologias nas escolas, as dificuldades que surgem para que a utilização destes recursos tenha fins pedagógicos, a formação necessária dos professores e as implicações da falta dela. O momento em que vivemos é de constante transformação, e a contribuição da internet e das demais tecnologias nesse cenário é inegável, são responsáveis por grandes mudanças em vários setores de nossa sociedade, seja em escolas, empresas, até mesmo nas relações interpessoais. Na Educação o uso da internet e das novas tecnologias provenientes dela tem gerado inquietação e mobilizado rumo a um novo modo de fazer educação, trazendo a necessidade de redefinir o papel do professor e buscar estratégias para promover a independência dos estudantes, da escola básica à Universidade.

A velocidade da informação, juntamente com a nova maneira de aprender exige da escola uma nova postura frente a esta realidade. No ensino de Línguas estas mudanças devem ser consideradas ainda mais relevantes, pois colocam a possibilidade de acesso a materiais autênticos, a comunicação com outras pessoas de várias partes do mundo sejam nativos da Língua objeto de estudo sejam como aprendizes da mesma, proporcionam acesso a informações atualizadas a todo o momento. O uso das tecnologias deve estar aliado às práticas escolares, sendo necessário para isso além do acesso aos materiais tecnológicos também a formação dos professores e outros agentes envolvidos no processo de aprendizagem, para que estes tenham confiança e conhecimento para a implementação do uso de tecnologias nas escolas e ambientes de aprendizagem.

A discussão sobre a necessidade de formação é totalmente relevante, pois é de conhecimento que muitos professores ainda têm dificuldades em relação ao uso de modo geral dos aparelhos tecnológicos, e da abordagem do conteúdo fornecido através destes aparelhos, o que consequentemente afeta seu uso como instrumento de aprendizagem dentro das instituições de ensino, e quanto ao ensino de línguas a uma abordagem mais discursiva e crítica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Historicamente o uso da tecnologia sempre andou lado a lado com a educação. Embora num primeiro momento normalmente exista certa rejeição, conforme a tecnologia se incorpora as atividades sociais da linguagem, a mesma é também incorporada pela escola em suas práticas pedagógicas. De acordo com Chambers e Bax (2006, p. 465) como um estado

em que a tecnologia se integra de tal forma às práticas pedagógicas que deixa de ser vista como cura milagrosa ou como algo a ser temido. Passando a fazer parte dos processos de aprendizagem no ambiente escolar.

Segundo Kelly 1969, apud Paiva 2017, p.3

No ensino de línguas, os primeiros livros foram as gramáticas. Na época medieval, tanto o livro quanto o professor eram propriedade do aluno, mas apenas o professor tinha a posse do livro. A primeira notícia que se tem do uso do livro pelo aprendiz data de 1578, com a publicação de uma gramática do hebraico pelo Cardeal Bellarmine que possibilitava ao aluno estudar sem a ajuda do professor. O conceito de ensino de línguas equivalia ao da oferta de descrições linguísticas. Aprender uma língua significava aprender a sintaxe dessa língua.

No decorrer da história a utilização das ferramentas tecnológicas tem colaborado no sentido de contextualizar o ensino, e de modo geral ampliar as possibilidades de aprendizagem. A inserção do livro, do rádio, do fonógrafo, do gravador, da televisão, do computador, todos passaram por processos semelhantes, da rejeição e desconfiança até serem utilizados como ferramentas de ensino aprendizagem.

Embora o computador e outros aparelhos tecnológicos tenham estejam presentes nas instituições de ensino, não é incomum perceber a dificuldade de professores em transformar o ensino com as ferramentas, por vezes sua utilização apenas moderniza um método ainda inadequado de ensino que faz uso da tecnologia para aplicar as mesmas metodologias trazidas pelos primeiros livros didáticos.

Desde a inserção das tecnologias nas escolas, muito se desenvolveu não somente em termos de computação, mas também de relações de aprendizagem, a partir destes meios temos um contexto em que os alunos devem ser incentivados a serem mais independentes e aprender com mais autonomia. Conforme Badia & Monereo, 2005. A educação escolar do século XXI tem importantes desafios a cumprir. Com certeza, promover um ensino mais colaborativo e autônomo, que ensine ao aluno “aprender a aprender”.

A necessidade da autonomia justifica-se de acordo com (LÉVY, 2010, p.174), pois os envolvidos no processo de aprendizagem mediada por recursos tecnológicos precisam desenvolver a habilidade de saber utilizá-los, relacioná-los, sintetizá-los, analisá-los e, por fim, avaliá-los no seu potencial educativo para aprendizagem. Não se trata apenas de um aluno autônomo, mas também de todos aqueles que participam do processo, por isso vamos tratar também da formação profissional do professor de Língua Inglesa, e da necessidade de formação continuada para que estes propósitos sejam alcançados.

Um professor preparado, consciente das transformações sociais e tecnológicas, poderá compreender melhor seu papel e auxiliar efetivamente os alunos, conforme ressalta Alarcão 2003 p.31

Eu diria que, primeiro que tudo, os professores têm que repensar o seu papel. Se é certo que continuam a ser fontes de informação, têm de se consciencializar que são apenas uma fonte de informação, entre muitas outras. Deve, no entanto, salientar-se que o seu valor informativo tem níveis diferentes conforme o acesso que os seus alunos puderem ter a outras fontes de informação. É fundamental que os professores percebam esta diversidade. Haverá alunos que não vão precisar muito da informação substantiva dos professores, embora precisem da informação processual no sentido de a digerirem e criticarem (ALARCÃO, 2003, p.31)

Neste contexto, o papel do professor é direcionar os questionamentos, as atividades, as propostas, de modo que o aluno desenvolva seu senso crítico e tenha a capacidade de compreender, processar as informações obtidas e fazer uso delas de modo eficaz na sua produção de pensamento. Deve se levar em consideração a necessidade, então, de uma

formação mais sólida para os professores, não há como pensar em um aluno mais autônomo na sua aprendizagem sem pensar em um professor autônomo no seu trabalho e capaz de auxiliar a desenvolver em seus alunos estas habilidades.

Ao professor de Língua Inglesa atual, cabe encontrar rupturas didático-pedagógicas e sócio-discursivas que permitam, por meio da apropriação crítica das tecnologias de informação e comunicação a reconfiguração do espaço da sala de aula como movimento para a construção do conhecimento e do exercício da cidadania. É preciso que a docência contemporânea se reinvente não apenas nos materiais e práticas didáticas possibilitadas pelas mudanças tecnológicas, mas na ação educadora e transformadora, vislumbrando uma abordagem discursiva do ensino de linguagens. De acordo com a BNCC,

Aprender a língua inglesa propicia a criação de novas formas de engajamento e participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais, locais, regionais, nacionais e transnacionais estão cada vez mais difusas e contraditórias. Assim, o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos. É esse caráter formativo que inscreve a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas.

Na aprendizagem da Língua Inglesa todo esse contexto impacta pela possibilidade de interação mais realista com a linguagem, e o uso de recursos, sejam eles, sites, redes sociais, vídeos de youtubers, blogs, e-mails, propiciam aos alunos contato real com falantes nativos e não nativos e experiências significativas de aprendizado, ou seja, essa interação produz sentido ao aprendizado, sempre que bem orientado pelo professor. Levy, 2010, p.13, afirma que:

Os dispositivos móveis podem ser utilizados na promoção de um ambiente de aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira real, autêntica e relevante para os envolvidos, pois o conhecimento é abordado a partir de seu uso, oferecendo amplas possibilidades de comunicação e de interação social.

Essa interação social ocorre de modo não tradicional, trazendo a necessidade de ressignificação do conhecimento que é produzido, dentro e fora do espaço escolar assim como Gee e Hayes (2011, p. 10 afirmam “a mídia digital permite que amadores construam redes interativas entre si, para produzir conhecimentos fora das instituições formais” justificando também a importância de repensar a maneira como os saberes e o conhecimento circulam na escola.

Saber ressignificar esses conhecimento e aproveitá-lo na construção do processo de ensino-aprendizagem, desvencilhando-se do preconceito quanto ao conteúdo não formal, são desafios para os professores de Língua Inglesa, que se vencidos podem contribuir para um novo movimento de aprendizado. Tanto de professores quanto de aluno. Pois neste novo contexto é necessário não apenas nos atentarmos aos alunos e sua interação com esses meios, mas principalmente à formação do professor para que tenha condições de utilizar esses meios de modo efetivo e proveitoso.

A nova BNCC inclusive apresenta uma nova denominação, a de língua franca, que propõe

à ampliação da visão de letramento, ou melhor, dos multiletramentos, concebida também nas práticas sociais do mundo digital – no qual saber a língua inglesa potencializa as possibilidades de participação e circulação – que aproximam e entrelaçam diferentes semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual), em um contínuo processo de significação contextualizado, dialógico e ideológico. Concebendo a língua como construção social, o sujeito “interpreta”, “reinventa” os sentidos de modo situado, criando novas formas de identificar e expressar ideias, sentimentos e valores.

Esse novo pensar deve ser incorporado também nas políticas públicas que se referem a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, para que essas mudanças sejam abrangentes e possibilitem o desenvolvimento e aprendizagem da Língua Inglesa nos mais diversos contextos, democratizando seu acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta reflexão acerca do uso da tecnologia no ensino de língua Inglesa, percebe-se que a inserção de novas tecnologias sempre fez parte do processo de ensino, cada uma à sua época. Para que ocorra uma utilização adequada dessas tecnologias é importante à formação dos professores, seja com inserção do assunto na formação acadêmica, seja na formação continuada que lhe é oferecida.

Com a inserção das tecnologias de informação no ensino da língua faz-se necessário pensar em um novo conceito de ensino e aprendizagem da língua, que possibilite um aprendizado mais autônomo e motivador relacionado com as práticas cotidianas. Pois a aprendizagem de uma língua estrangeira é mais do que aprender a ler, ouvir, falar e escrever, é aprender a interagir num contexto globalizado. Portanto, o investimento em formação acadêmica com abordagem mais contemporânea e formação continuada de qualidade pode ser o quesito central para melhorar as experiências de ensino com auxílio da tecnologia.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003, p.31.

ANDRADE Maria de. **Ensino de Línguas e as novas tecnologias: mediações pedagógicas e interação social**. 2014 Disponível em: <http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6330/1/PDF%20-%20Maria%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BADIA, A. Aprender a colaborar con internet en el aula. *In*: MONEREO, C. **Internet y competencias básicas: aprender a colaborar, a comunicarse, a participar**. Barcelona: Graó, 2005.

BNCC http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao_final_site.pdf

CHAMBERS, A.; BAX, S. Making CALL work: Towards normalisation. **System**. v. 34, p. 465-479, 2006.

CHIAPINNI, L. **A reinvenção da catedral**. São Paulo: Cortez, 2005.

COPE, B.; KALANTZIS, M. **Multiliteracies: Literacy learning and the design of social futures**. London: Routledge, 2000.

GEE, J. P.; HAYES, E. R. **Language and Learning in the Digital Age**. Oxon /New york: Routledge, 2011.

LIZ, Nevton de. **Tecnologia móvel no ensino e aprendizagem de língua inglesa na escola**. 2015. 62 fls. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza). Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina. 2015.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **O uso da tecnologia no ensino de línguas estrangeiras: breve retrospectiva histórica**. Disponível <http://www.veramenezes.com/techist.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

RELATO DE PRÁXIS: AUDIÇÃO INTELIGENTE DE MÚSICA

Peterson Ilton Lopes¹

INTRODUÇÃO

Neste relato de práxis discute-se a respeito de como ouvimos música, quais estilos musicais os alunos e a comunidade de Ipiranga do Sul mais ouve e o meio como ela é ouvida.

A proposta do trabalho realizado foi conhecer o processo de gravação, divulgação e comercialização da música e investigar o que a comunidade ouve e a relação com as mídias distribuidoras de música. E por fim analisar os resultados, a mensagem que as músicas buscam passar aos ouvintes.

Na relação dessa prática visitou-se uma rádio do município de Getúlio Vargas e um estúdio de gravação na mesma cidade visando conhecer o processo de gravação e divulgação das músicas. Estudar o mercado musical, as plataformas de distribuição e realizar uma pesquisa com a comunidade escolar e analisar os resultados.

CONCEITUANDO A AUDIÇÃO INTELIGENTE DE MÚSICA

Atualmente a música deixou de ser uma demonstração artística e cultural para se tornar um objeto de consumo, consumimos música consciente e inconscientemente em praticamente todos os momentos da nossa vida e na maioria dos ambientes que frequentamos, mas muitas vezes não paramos para analisar o que ouvimos e porque ouvimos determinadas músicas.

Desde seu surgimento a música tinha como objetivo algo além do que apenas entreterimento conforme Stefanuto (2013)

A origem da música é buscada nas manifestações coletivas, ritualísticas, de culto sacrificial, compreendendo-se que ela nasce vinculada ao mito, à magia e aos ritos de oferenda aos deuses em troca do apaziguamento dos homens. Isso implica que, desde a origem, e ainda hoje, a música é repleta de elementos de fantasia, mas também de racionalidade que, já nos primórdios, buscava o controle da natureza por meio da ordenação dos sons. (STEFANUTO, 2013).

Mas com o passar dos séculos e as revoluções que aconteceram na humanidade, principalmente no ocidente a música foi perdendo seu valor estético e religioso/ritualístico até que acaba sendo transformada em algo que pudesse ser comercializada, inicialmente com a venda de partituras e com a criação de formas de reprodução a música enfim se torna uma espécie de objeto/mercadoria que poderia ser adquirido, negociado, reproduzido e descartado conforme o seu comprador quisesse.

Nesse processo a partir do século XIX com as primeiras formas de gravação e reprodução musical a música entra no estágio de mercadoria e se afasta de sua essência conforme cita Stefanuto:

¹ Professor da Rede Municipal de Ipiranga do Sul e do Sistema Municipal de Getúlio Vargas.

Para que a música fosse envolvida com o feitiço típico das mercadorias, era preciso que antes ela se tornasse uma mercadoria e que as músicas já tivessem, em grande medida, se afastado de seu caráter sagrado ou secreto e pudessem então ser adquiridas ou ao menos pagas por consumidores desejosos de reproduzir uma peça musical que se encontrasse codificada na partitura ou de ouvir música em salas de concerto (STEFANUTO, 2013).

Como a evolução tecnológica a música passou por diversos meios de gravação como gramofone, vinis, fita cassete e CD até chegar no formato MP3 onde se diminuiu o tamanho da música e conseqüentemente sua qualidade no âmbito sonoro como suas frequências e sons graves, médios e agudos. Com toda essa evolução sempre houve um mercado por trás lucrando muito dinheiro e moldando a moda musical, criando e se apropriando de movimentos, formando fórmulas prontas e repetitivas e induzindo milhões de pessoas a consumir suas mercadorias.

As rádios sempre desempenharam um importante papel no processo de divulgação de músicas e artistas. Desde seu surgimento após a primeira guerra Mundial, as rádios foram mais acessíveis aos ouvintes em função dos valores muitas vezes altos dos formatos físicos e seus meios de reprodução sonora. Mas no rádio, em muitas situações o ouvinte o mantém ligado, mas não escolhe aquilo que ouve ficando condicionado a escutar aquilo que a estação escolher reproduzir.

Um dos primeiros modos de ouvir músicas aleatórias foi o jukebox a partir dos anos 1940 ele se popularizou em cafés e bares, os jovens podiam escolher o artista, gênero e quantidade de vezes que quisessem. Essa liberdade de escolha está presente até a atualidade através das listas de reprodução de players e aplicativos de streaming.

Nos anos 2000 chegou ao mercado o formato mp3 que por ser tão pequeno transforma o ato de colecionar em algo muito mais fácil, permite armazenar uma coleção inteira a um espaço relativamente pequeno. O *mp3* interpreta a qualidade de CD existente num arquivo digital de áudio e remove o máximo possível de dados contidos, diminuindo o arquivo final em uma proporção média de 1/10 do tamanho original (ABECHE, 2012).

A facilidade de armazenamento e download, o envio por email e aplicativos de troca de mensagens, entre outros, resulta em um maior distanciamento do ouvinte em relação à obra original e o ouvinte acaba se tornando um colecionador de música, que ouve, mas não escuta o que foi proposto pelo compositor.

O mercado musical que sofreu muito com a pirataria e o fim do CD físico teve que se remodelar e se reinventar com as novas formas de ouvir e consumir música, desta forma foram surgindo os aplicativos de streaming e o próprio Youtube onde ouvinte ouve suas músicas preferidas sem a necessidade de download. O mercado lucra através de anúncios e quantidade de acessos.

Essa nova forma de ouvir música tem se tornado cada vez mais frequente e acessível, de acordo com Martins:

Ouvir músicas pela Internet (streaming) tem se tornado um hábito cada vez mais comum entre os brasileiros. A popularidade das rádios on-line é constatada pela facilidade em encontrar serviços pela Internet. Na prática, basta colocar a palavra “música” no Google para se ter acesso instantâneo a qualquer canção completa, com e sem publicidade. Através de serviços de MD on-line, é possível acessar imensas coleções, completas e de forma organizada (títulos, compositores etc.). Outro fator que incentiva o crescimento pela demanda de músicas on-line, sem a necessidade de download, é a redução no espaço de armazenamento (MARTINS, 2012).

Com toda essa evolução no acesso a música, a facilidade de poder ouvir milhares de canções de acordo com seu próprio gosto musical levanta uma questão, porque a maioria das

peças está condicionada a ouvir apenas três ou quatro gêneros musicais? Será que elas ouvem porque gostam ou porque seguem o modismo musical vigente?

Questões sobre a perda do valor musical como arte tem sido teorizadas à muitos anos, assim descreve Martins

Exterior a si mesma, inexpressiva e amorfa, sem valor intrínseco próprio como a arte autônoma, autêntica e verdadeira, a música não nos diz nada, sem sentido, ela não nos apresenta nada de diferente, de estranho e de outro, e é isto que é oferecido à nossa audição, então conformada e condicionada por essa facilidade e conforto de não se deparar e não se abrir ao inaudível para além do mutismo coletivo, exterior, inautêntico e totalitário. Não ouvimos nada quando ouvimos esta música ligeira transformada em mercadoria destinada ao consumo imediato, passageiro e instintivo (MARTINS, 2012).

Se a música se tornou uma mercadoria de fácil acesso cabe ao consumidor classificar e filtrar aquilo que consome, mas a realidade nos mostra que a maioria está condicionada ao mais do mesmo conforme afirma Abache:

O novo, o diferente, musicalmente falando, frequentemente causa alguma estranheza ao ouvinte. O que se percebe é uma constante reciclagem e uma fórmula fácil, de sucesso. No mercado musical, o que realmente interessa é o “mais do mesmo (ABACHE, 2012).

Fica claro que o mercado musical visa apenas o lucro então usa fórmulas e métodos de empurrar através de seus meios de divulgação de massa suas músicas sem uma preocupação com a música como arte, mas sim como um produto que provavelmente em semanas será substituído por outra e assim sucessivamente.

Este projeto visa sensibilizar os alunos de seu papel como consumidor nesse processo, porque eles ouvem determinado tipo de música porque gostam ou porque todos ouvem? Gerar uma reflexão sobre o que eles e qual o valor humano que essas músicas trazem, criando uma expectativa que os alunos entenderão seu papel como um consumidor inteligente de música.

RELATO DE PRÁTICAS

Prática 1

A primeira prática foi ir até a cidade de Getúlio Vargas conhecer a Rádio Sideral e estúdio da escola de música JBS. No primeiro momento fomos a rádio Sideral onde funciona duas rádios simultaneamente. Ali fomos recebidos pelos funcionários que nos mostraram as instalações, explicaram o funcionamento, equipamentos e a tecnologia usada atualmente e como era antigamente na época do vinil, fitas cassete e cd's. O uso da tecnologia se tornou indispensável para o trabalho da rádio segundo os funcionários em certos momentos os programas ficam rodando música sem ninguém no estúdio.

Conhecemos também os radialistas que nos explicaram seu trabalho e o relacionamento com os ouvintes, os alunos aproveitaram e perguntaram o que os ouvintes da região mais pedem para ouvir, os radialistas relataram que depende o horário e programação, mas que o gênero mais pedido é o sertanejo e suas vertentes, raiz e universitário. Surgiram outros questionamentos sobre funk, rock, entre outros assim como o funcionamento das participações dos ouvintes via telefone e redes sociais, as participações hoje em sua maioria são feitas pelo aplicativo mensagens whatsapp, mas que o pessoal com mais idade ainda usa o tradicional telefone, mostrando que o avanço da tecnologia mudou também o trabalho do radialista e o funcionamento da rádio. Ao final perguntamos como funciona a chegada das

músicas até a rádio, eles responderam que os músicos da região geralmente vêm até a rádio divulgar seus novos trabalhos com participações ao vivo. Mas que os sucessos nacionais são baixados com seus direitos autorais devidamente assegurados pelo ECAD.

Após a visita à rádio, fizemos um lanche e nos dirigimos até a escola de música JBS onde após conhecer as instalações e funcionamento da escola, entramos no estúdio de gravação e captação de música, o músico e técnico de som responsável pelo estúdio mostrou todos os processos de gravação, edição e demonstrou como ele cria seus arranjos. Explicou como funciona o mercado musical conforme sua visão, o papel do artista, produtor e os investidores que tem alavancado carreiras e colocado pessoas no cenário nacional graças a investimentos milionários. Ao final pudemos conhecer a dupla Beatriz e Guilherme, dupla mirim que tem se destacado na região, os quais tocaram algumas músicas para nós.

Prática 2

A segunda prática realizada foi um estudo em sala de aula sobre o funcionamento do mercado musical atual, como os músicos trabalham, as novas formas de divulgação e produção, o papel das mídias sociais, os aplicativos de músicas e a forma que tudo isso influencia os alunos no consumo de música.

Na primeira aula conhecemos o cenário antigo onde o músico ou banda tinha como meta entrar para uma grande gravadora que gravaria um trabalho em CD/DVD e ela mesma divulgavam as músicas nas rádios através de parcerias com as mesmas e o velho “jabá” (prática de pagar às rádios ou locutores para tocarem suas músicas) e a gravadora vendia os cd’s/ dvd’s. Mesmo que as gravadoras ficassem com boa parte do lucro os músicos aumentavam muito a quantidade de shows e o valor deles.

O cenário musical atual os artista/banda pode controlar sua carreira independente, com um baixo investimento e com o bom uso das mídias sociais e aproximação com os fãs. Outro personagem que faz a diferença em todos s estilos musicais são os empresários que tem investido na carreira de novos artistas que se destacam de maneira independente, com um alto investimento em gravações e na maciça divulgação patrocinada no You tube, Facebook e aplicativos de música tem moldado o cenário musical atual.

Na segunda aula conversamos como a turma ouve música? Qual os meios usados? Nas respostas surgiram principalmente o You tube pelo fato de haver o clipe, o Spotify, o aplicativo Google Play Música e por último o rádio. A partir das respostas estudamos a nova configuração dos ouvintes de música e a relação com as plataformas de streaming.

Percebeu-se que a maioria dos meios em que os alunos ouve música depende ou está ligado a internet, e o celular, tablet, computador ou smart TV substitui o rádio como fonte sonora. A relação com a internet pode ser então fator determinante para os novos comportamentos dos alunos em relação à geração de seus pais por exemplo.

Estudamos então o Youtube que é uma plataforma de compartilhamento de vídeos, esses vídeos não precisam ter música, podem ter os mais diferentes assuntos pois não é exclusivo para a música. Já o Spotify é uma plataforma de streaming exclusivamente para audições e downloads de música, foi citado outras plataformas como o Deezer e Napster, mas ninguém da turma acessa essas plataformas.

Prática 3

Neste momento analisamos as diferenças entre os gêneros mais ouvidos em cada formato. A lista das mais tocadas vária de um lugar para outro e o provável motivo dessas variações.

Nas rádios o domínio pertence absoluto ao sertanejo, enquanto no Youtube o funk lidera seguido do pop e no Spotify o sertanejo é líder seguido pelo pop entre outras diferenças. Uma das diferenças percebidas é o fato do funk ter pouco espaço nas rádios, muito se deve ao fato de suas letras terem em sua maioria um teor sexual que não combina com as propostas das rádios que é tocar em qualquer lugar.

Foi questionado aos alunos como será que é em Ipiranga do Sul, o que, e como os próprios alunos, seus familiares e a comunidade ouve? Então foi proposto uma pesquisa em grupos abordando essas questões á três diferentes grupos: alunos, familiares e comunidade.

Então se formaram três grupos, um responsável por entrevistar um grupo de alunos, o segundo entrevistar os familiares e o terceiro algumas pessoas da comunidade. O número de pessoas ficou delimitado o mínimo 20 pessoas, mas todos os grupos foram muito além desse número.

As entrevistas foram realizadas usando a forma de amostragem bola de neve, assim cada aluno ficou responsável por uma quantidade de pessoas para entrevistar.

Prática 4

Nossa última prática foi a mostra dos resultados pelos grupos, cada grupo apresentou seus resultados em slides para os colegas, se surpreenderam com algumas respostas, principalmente das pessoas fora da escola. No geral os gêneros mais citados acompanhou os dados nacionais o que mais chamou a atenção foi a variedade de gêneros citados pelos alunos da escola.

O primeiro grupo ficou responsável pelos alunos da escola e atingiram o seguinte resultado:

Gêneros mais ouvidos: Sertanejo, Funk e Eletrônica

Músicas mais ouvidas: O sol, Resenha e o Bebê empatadas, seguidas por Tordilho negro e Perfeitinha também empatadas.

Meio por onde ouve: Youtube 55%, Spotify 35% e rádio 10%.

Foram citados muito vários gêneros Pop, Rap, Gaúcha, Bandinha, Trap, K- Pop, Rock e gospel. E dezenas de músicas, mostrando que não há um perfil único de ouvintes, que cada idade tem suas particularidades que caberia um outro estudo dividindo o grupo escolar em faixas etárias.

O segundo grupo era responsável por pessoas da comunidade de Ipiranga do Sul e atingiram o seguinte resultado:

Gêneros mais ouvidos: Sertanejo, Bandinha/Gaúcha e Rock.

Músicas mais ouvidas: Largado às traças, Vingança e Perfeitinha.

Meio por onde ouve: Rádio 52%, Youtube 40% e Spotify 8%.

Foram citados apenas sete gêneros e poucas músicas citadas não eram sertanejas, mostrando que o sertanejo principalmente o universitário que é extremamente comandado pelo mercado midiático. A música regional foi citada como gênero mas pouco como música mais ouvidas.

O terceiro e último grupo entrevistou os seus próprios familiares, foram menos entrevistados que os outros grupos. Seus resultados foram:

Gêneros mais ouvidos: Sertanejo, Gaúcha e Gospel e Bandinha empatados.

Músicas mais ouvidas: Do luxo pro lixo, tudo mundo vai sofrer e medo bobo.

Meio por onde ouve: Rádio 57%, Youtube 31% e Spotify 12%.

O terceiro grupo foi o mais uniforme, com praticamente os mesmo resultados do grupo dois, que era as pessoas da comunidade. O gênero sertanejo é o mais ouvidos em todos os grupos, entre os adultos os gêneros Gaúcha e bandinha foram os mais citados além do

sertanejo e o rádio ocupa ainda lugar de principal forma de ouvir música, mantendo os ouvintes ouvindo mais do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluem-se após a realização do trabalho que as novas formas de ouvir música chegaram até os ouvintes ipiranguenses, principalmente os mais jovens, mas a rádio ainda predomina entre os adultos.

Desta forma os ouvintes da rádio ouvem e acabam gostando das mesmas coisas, já entre os alunos da escola percebeu-se uma enorme variedade de gêneros, inclusive internacionais. Mas conforme as faixas etárias muda também os resultados, o que seria interessante avaliar em outro momento.

Dentre os jovens predomina o Youtube como principal forma de ouvir música demonstrando a independência de outros para escolher o que se ouve, no caso do Spotify as listas de reprodução reproduzem músicas parecidas ou selecionadas com o gosto do ouvinte. No rádio o ouvinte depende do tipo de música que toca em determinado horário e dos locutores.

Entre as músicas citadas os temas mais presentes foram bebidas, festas, traições, relacionamentos bons e ruins, algumas amor e raramente uma história ou momento. Assim notasse que as músicas estão em consonância com o momento de degradação moral que o Brasil vive e que infelizmente a cultura vigente absorveu isso como normal, seria interessante também realizar futuramente uma análise mais profunda sobre esse tema.

Por fim chegamos a conclusão que mesmo os alunos conhecendo todo o processo de criação, divulgação da música e entendendo o mercado musical e porque a comunidade escuta o que escuta. Alguns alunos acreditam que escutam o que escutam porque é bom e não sofrem influência da mídia, ou não se importam com isso. Mas uma parcela entendeu que não pode deixar que outros escolham e definam o que você gosta.

REFERÊNCIAS

<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/monocultura-sertaneja-no-radio-contrasta-com-as-paradas-de-streaming-no-brasil.ghtml>

<https://leto.pucsp.br/bitstream/handle/4450/1/Daniel%20Pala%20Abeche.pdf>
<http://www.scielo.br/pdf/rbgn/v16n53/1806-4892-rbgn-16-53-638.pdf>

STEFANUTO, Jéssica. **Sobre o conceito de fetichismo na música na obra de crítica musical de T. W. Adorno**. Porto Alegre, 2013.

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL QUANTO ÀS AULAS PRÁTICAS EM CIÊNCIAS DA NATUREZA

Fabiane Turella Pedrozo Tomassini¹

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a percepção dos alunos do Ensino fundamental sobre a importância das aulas práticas no Ensino das Ciências da Natureza. Nesse contexto, por meio de pesquisa exploratória do tipo revisão bibliográfica secundária realizada de forma censitária com estudantes do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dom João Becker (E.M.D.J.B) nas áreas das Ciências da Natureza.

O escopo deste artigo privilegia a revisão bibliográfica, seguida do Ensino de Ciências e Aulas Práticas.

A pesquisa exploratória é onde fundamenta-se a metodologia utilizada nesta pesquisa, privilegiando a contextualização e o resgate da temática pesquisada.

O objetivo principal que permeia este artigo é problematizar e discutir a importância das aulas práticas de Ciências desenvolvidas no ensino fundamental como uma metodologia que auxilie no processo de aprendizagem do estudante. Diante da inexistência de estudos relativos à temática posta, torna-se oportuno aprofundar o mesmo observando-se uma constante busca pelo aperfeiçoamento dos processos educativos, visto que o modelo de educação tradicional tem sido alvo de muitas críticas.

E por fim, espera-se contribuir para melhoria do ensino de ciências para que o estudante desenvolva seu raciocínio lógico e racional, facilitando o desenvolvimento de sua razão para os fatos do cotidiano e, até mesmo a resolução dos problemas práticos.

O ENSINO DE CIÊNCIAS

As aulas de ciências são geralmente cercadas de muita expectativa e interesse por parte dos estudantes. Existe uma motivação natural por aulas dirigidas a enfrentar desafios e a investigar diversos aspectos da natureza nos quais o aluno tem naturalmente grande interesse (BIZZO, 2002).

Segundo Bondia (2000) “pensar” é, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece.

As diversas atividades no ensino de ciências pressupõem a interação dos estudantes com os conteúdos científicos, dos estudantes com materiais, recursos e procedimentos de sistematização e de comunicação dos conhecimentos; dos estudantes entre si, com seu professor ou com outras pessoas que constante ou eventualmente participam do processo de ensino-aprendizagem. Assim, nas diferentes atividades que executam, os estudantes podem

¹ Mestranda pelo Programa Profissional em Educação pela UFFS. Especialista em Ciências Ambientais pela URI; Professora da Rede Pública do Município de Ipiranga do Sul e Rede Particular IDEAU. *E-mail*: fa.pedrozo@hotmail.com

manifestar comportamentos de aceitação ou de rejeição do conteúdo que aprendem ou das circunstâncias, pessoas ou aspectos das circunstâncias que lhes permitem aprender (AMARAL; FRACALANZA; GOUVEIA, 1986).

Arruda e Laburu (1998) compartilham dessa ideia quando afirmam da necessidade de ajustar a teoria com a realidade, sendo a ciência uma troca entre experimento e teoria, na qual não há uma verdade final a ser alcançada, mas somente a teoria servindo para organizar os fatos e os experimentos, adaptando da atividade, mostra a ênfase que professores dão aos objetivos de conhecimento mecânico, o que gera prejuízo aos objetivos da compreensão da Ciência ou ao desenvolvimento de atitudes.

De acordo com Gaspar (2009, p.24), “Hoje temos nas atividades experimentais o objetivo de promover interações sociais que tornem as explicações mais acessíveis e eficientes”.

Essa concepção do papel da experimentação no ensino de ciência tem como pressuposto a inacessibilidade direta a realidade. Podemos assim falar de uma realidade inventada na medida em que estamos o tempo todo imersos na cultura. Portanto o objeto do conhecimento, seja ele teórico ou prático, é um objeto da cultura. Há sempre uma tensão entre aquilo que vivenciamos numa atividade prática e os modelos teóricos que construímos ou inventamos para decodificar os dados empíricos. A ciência é uma construção dialética onde a teoria e prática são interdependentes (BRAGA; JUNIOR; LIMA 1999, p.21).

Embora haja dicotomia nas definições conceituais de ciências tem-se como verdade o fato que ciências são explicações testadas sobre as coisas e fatos que nos interessam, obtidas a partir da observação e do estudo destas coisas e fatos, mas o melhor da ciência é que ela sempre deixa a porta aberta para que possamos aprender mais. Assim, nenhuma explicação científica é considerada infalível ou destinada a durar para sempre.

AULAS PRÁTICAS

A atividade prática é a interação entre o aluno e materiais concretos, sejam objetos, instrumentos, livros, microscópio etc. Por meio desse envolvimento, que se torna natural e social, estabelecem-se relações que irão abrir possibilidades de atingir novos conhecimentos (VASCONCELLOS, 1995).

Esse tipo de atividade é usada nas aulas práticas de Ciências para o melhor aprendizado dos conteúdos teóricos trabalhados em sala de aula, estabelecendo o diálogo entre teoria e prática. Segundo Andrade e Massabni (2011), essas atividades permitem adquirir conhecimentos que apenas a aula teórica não proporcionaria, sendo compromisso do professor, juntamente à escola, oferecer essa oportunidade para a formação do aluno. A disciplina de Ciências no Ensino Fundamental pode desenvolver aulas práticas como uma metodologia que auxilie na aprendizagem do conhecimento científico, como fruto de raciocínio lógico e também valores construídos. Quando o aluno faz uma pesquisa, aprende a formular hipóteses, a experimentar, a observar, a trabalhar em grupo e a tirar conclusões; conseqüentemente, ele começa a aprender conceitos científicos, relações entre o meio e o ser vivo, a ser mais paciente, responsável e tolerante, denotando assim maior aptidão para o aprendizado (PILETTI, 1988).

As atividades práticas são indispensáveis para a construção do pensamento científico, por meio de estímulos ocasionados pela experimentação. Na aula teórica, o aluno recebe as informações do conteúdo por meio das explicações do professor, diferentemente de uma aula prática, pois ao ter o contato físico com o objeto de análise ele irá descobrir o sentido da atividade, o objetivo e qual o conhecimento que a aula lhe proporcionará. Essas atividades na

aula de Ciências são consideradas uma ferramenta fundamental para dar continuidade e favorecer a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000).

Dessa forma os estudantes de Ciências, por meio de atividades práticas, têm a possibilidade de investigação, comunicação, debate de fatos e ideias, possibilitados pela observação e comparação, o que lhes favorece o modo de pensar em que há conexões entre ciências, tecnologia e sociedade. O objetivo do professor é que seu aluno adquira conhecimento e aprenda os conteúdos trabalhados, e não é possível atingir a compressão de determinados conteúdos sem trabalhar com a aula prática (FROTA-PESSOA; GEVERTZ; SILVA, 1985).

A atividade prática proporciona o envolvimento direto com o aluno, mas ela não basta para defini-la como única. Existem métodos de ensino-aprendizagem que propõem atividades não deixando de ser de caráter prático, que desenvolve o conhecimento científico, como jogos didáticos, pesquisas e práticas de campo, método de projetos, entre outros (BORDENAVE; PEREIRA, 1985).

Alguns autores como Raboni (2011) e Barreto Filho (2011) divergem sobre conceitos diferentes daqueles citados neste artigo sobre a definição de aula prática. Segundo eles, o fato de o aluno fazer a leitura e interpretar quadrinhos, imagens, gráficos, e mesmo o diálogo com o professor em sala de aula, considera-se aula prática.

Diferente da opinião desses autores, optou-se aqui por definir aula prática como a relação direta do aluno com tarefas educativas e materiais físicos presentes, no qual ele terá a oportunidade de ter contato com a manipulação de materiais, com laboratório e experiências ou mesmo ambientes externos à escola, assim ele terá que observar, efetuar os procedimentos necessários e obter resultados e conclusões.

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica será feita mediante leitura sistemática, com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão.

Mediante leitura sistemática, a partir de livros e periódicos e por artigos científicos encontrados nas bases de dados online do Google Acadêmico, e Periódicos da Capes. A busca realizada nas bases de dados ocorreu no período de março/2019 a Julho/2019 e incluirá artigos publicados de 2010 a 2019.

A pesquisa foi realizada com os estudantes do Ensino Fundamental em uma escola pública E.M.D.J.B na cidade de Ipiranga do Sul - Rio Grande do Sul, no qual os estudantes têm acesso ao laboratório para aulas e práticas da disciplina de Ciências. Após análise e aprovação pelo Comitê de Ética Humano sob parecer da Secretaria Municipal de Educação para este estudo, foram aplicados questionários com cinco perguntas simples e objetivas no qual não era permitida e nem necessária a identificação dos estudantes, conforme as normas seguidas. A pesquisa foi realizada no mês de agosto, do dia 04 ao dia 10. No sexto ano foram aplicados 25 questionários; no sétimo ano foram aplicados 18; no oitavo ano, 14; e no nono ano, 23; com um total de 80 estudantes participantes. Após os dados coletados dos questionários, foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa.

Nesta pesquisa utilizou-se o método hermenêutico que discute as principais ideias dos autores pesquisados relatando suas percepções, o diálogo entre as teorias, os autores estudados e os achados da pesquisa permitirão a discussão e formulação de conclusões, que embora provisórias, possam atuar como norteadoras de novos estudos.

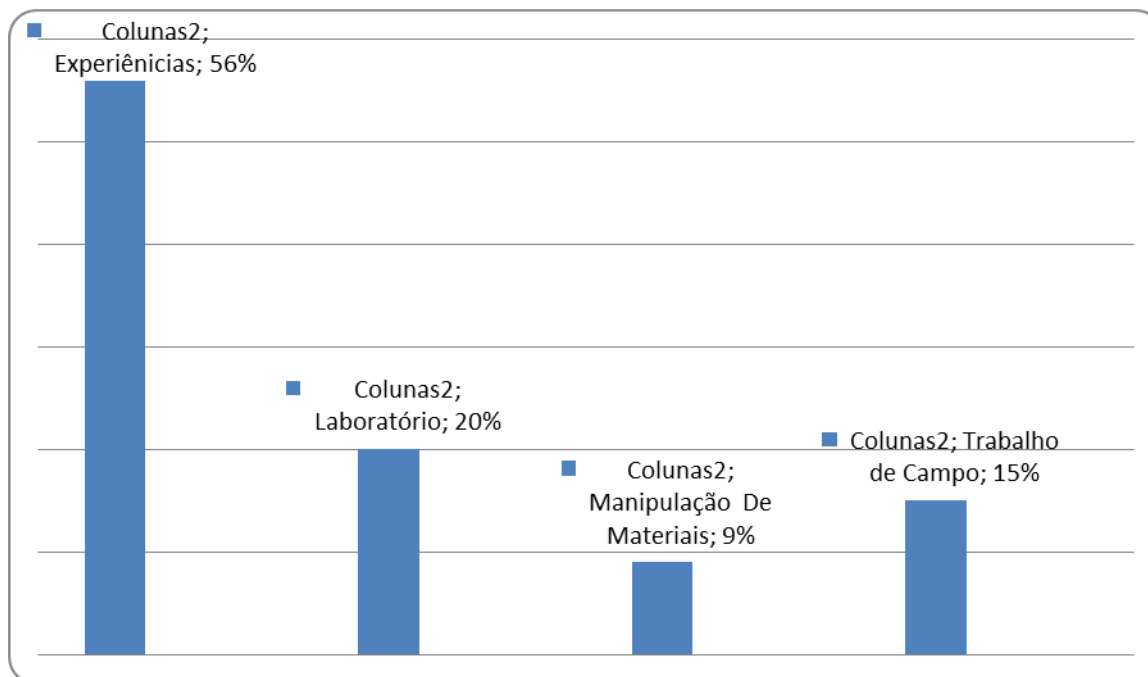
RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, houve, entre os estudantes participantes da pesquisa, uma divisão de opiniões sobre o significado de aula prática conforme o gráfico abaixo. Porém todas integram o sentido amplo do termo, apenas aplicando nomenclaturas diferentes. Conforme a Gráfico 1, 56% dos estudantes consideram aula prática a produção de experiências, 20% como atividades realizadas em laboratório, 15% como trabalho de campo e apenas 9% como manipulação de matérias.

Experimentação, aula de laboratório, manipulação de materiais, aula em campo, entre outras, são exemplos do que podemos citar como atividades práticas que são essenciais para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental (ANDRADE; MASSABNI, 2011).

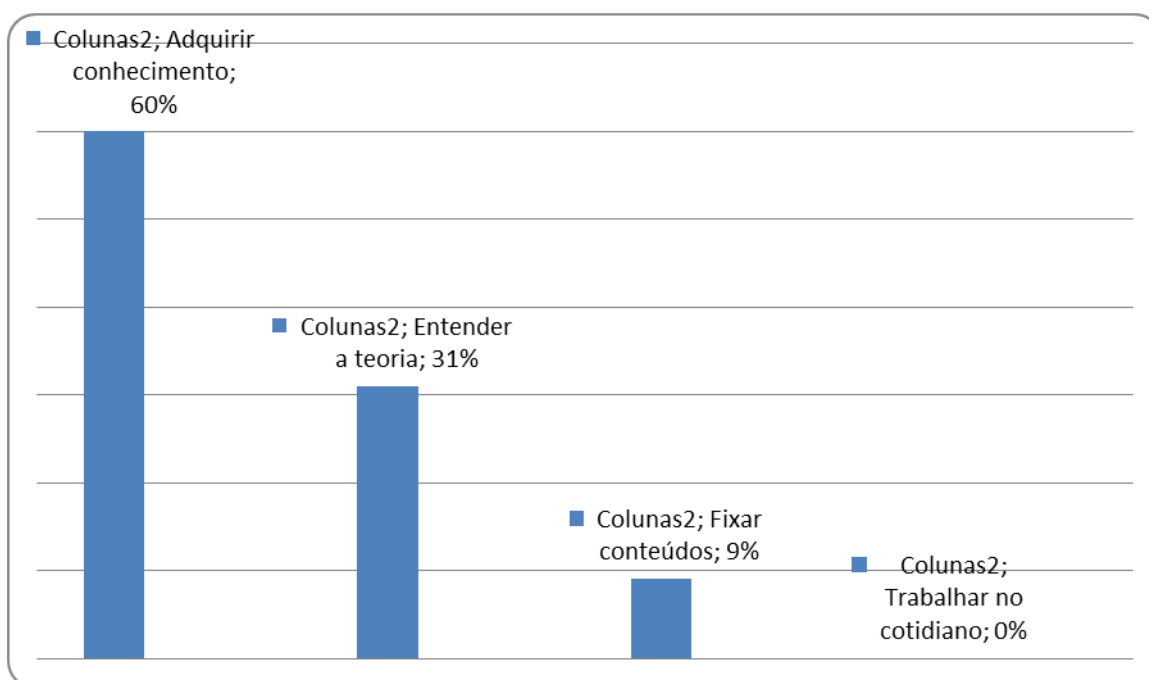
Portanto, são as aulas propostas para os estudantes, a partir das quais eles irão ter contato com materiais e objetos ou um lugar como, por exemplo, um bosque em que terão de fazer uma atividade proposta pelo professor, chegar a um resultado, obter uma conclusão atingindo o objetivo da aula.

Gráfico 1 - Representa aula prática para o estudante



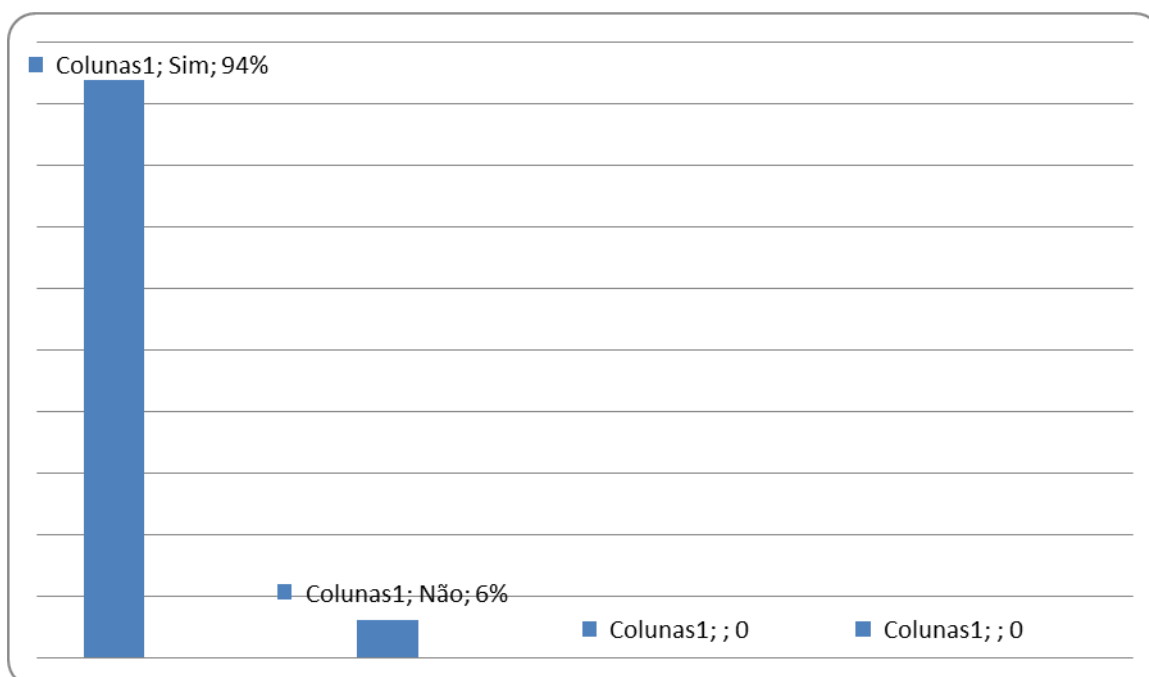
Em relação a importância da aula prática para o processo de ensino aprendizagem, 47 (60%) dos estudantes entrevistados afirmam que as aulas práticas facilitam o conhecimento, 25 (31%) estudantes entendem melhor a teoria, 8 (9%) estudantes fixam melhor o conteúdo e o mais curioso foi que nenhum aluno percebeu a aula prática como uma ferramenta para facilitar no seu cotidiano conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Importância da aula prática para o processo de ensino aprendizagem



Ao questionar os estudantes sobre a percepção em relação à interação do professor e aluno durante as aulas práticas, observou que ocorre um envolvimento maior por parte dos estudantes, 94% relatam que a aula torna-se mais atrativa e conseqüentemente aguça a curiosidade dos estudantes, fazendo com que perguntem e dialoguem mais, tanto com os colegas como o professor conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Diferença na interação professor e aluno durante as aulas práticas



Questionados sobre qual o melhor momento para desenvolver as aulas práticas, se antes, após, ou em ação conjunta com aulas teóricas, os estudantes demonstraram que estas não são tão importantes quanto aulas teóricas, pois 60% responderam que estas devem ser realizadas após, conforme demonstra o Gráfico 4.

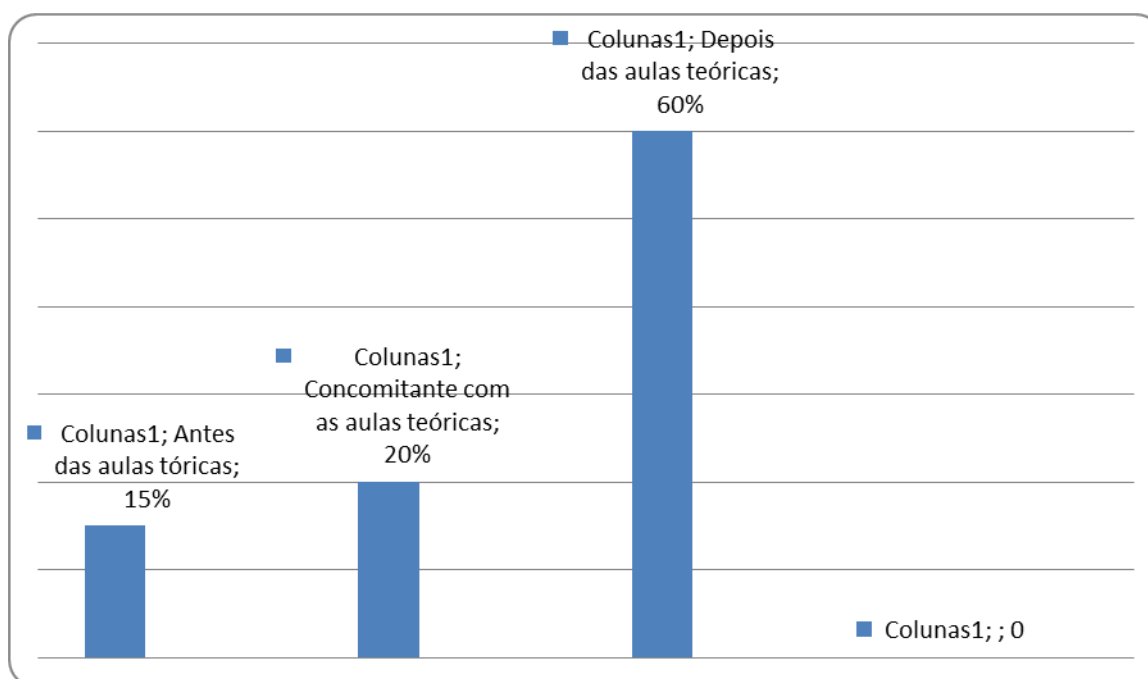
Fica claro que os estudantes compreendem a prática como um momento de comprovação da teoria previamente estudada, decorrentes de aulas que em geral são inicialmente teóricas e posteriormente são aplicados experimentos que levam a entender a existência de tais conceitos/teorias.

Embora, na maioria das vezes, a concepção de professores e estudantes esteja veiculada à ideia de que é “através da experimentação ou pela prática que o aluno consegue assimilar o que foi trabalhado na teoria”, entendemos esta concepção, como uma visão ultrapassada. Não podemos aceitar a ideia da experiência como serva da teoria, sendo apenas o seu propósito testar hipóteses.

Hacking (1992) discorre que a experiência não é uma atividade monolítica, mas uma atividade que envolve muitas ideias, muitos tipos de compreensão, e também muitas capacidades. Ela tem vida própria. Existem ainda muitos professores que pensam ser possível comprovar a teoria através da prática, imaginando ser esta a função da experimentação no ensino.

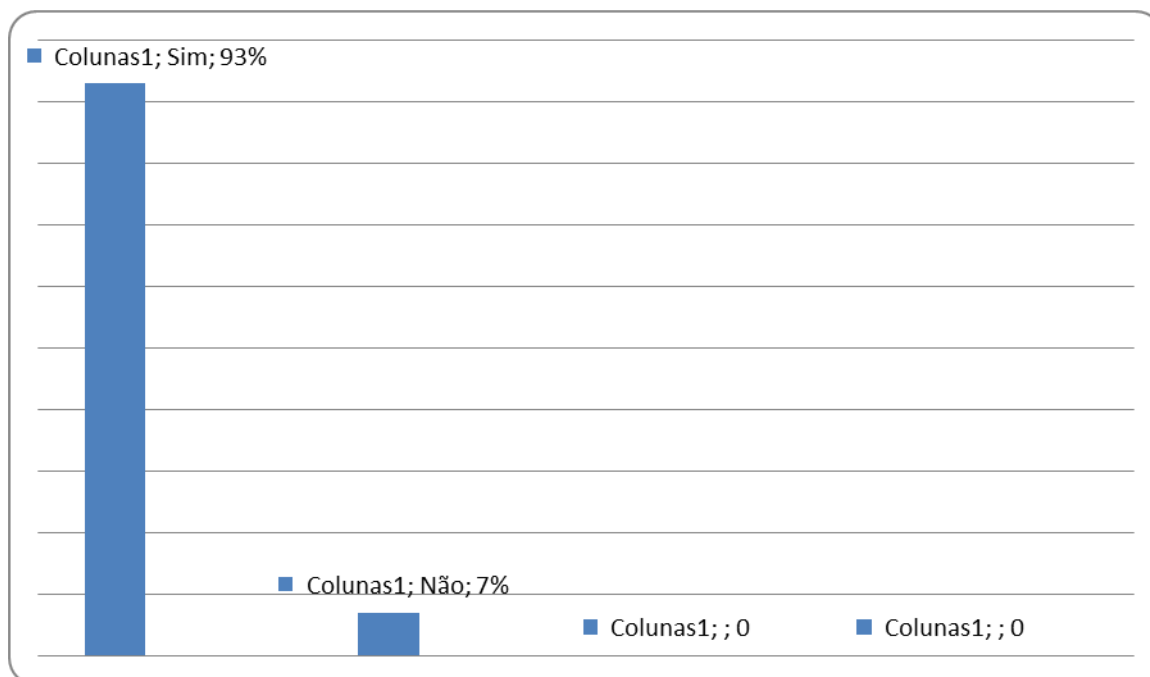
Silva e Zanon (2000) afirmam que o correto seria imaginar o inverso: que através da prática realizada pelos estudantes, se consiga chegar “por descoberta”, a uma determinada teoria, ou a repensar a teoria que foi estudada anteriormente, ou até mesmo tentar compreender um determinado conteúdo antes da teoria. Os autores ainda discutem que a relação entre a teoria e a prática é uma via de mão-dupla, na qual se vai dos experimentos à teoria e das teorias aos experimentos, para contextualizar, investigando, questionando, retomando conhecimentos e também reconstruindo conceitos.

Gráfico 4 - Quando as aulas práticas devem ser feitas



De acordo com o Gráfico 5, quando questionados se entendem melhor os conteúdos ministrados com o auxílio da aula prática 93% dos estudantes afirmam compreender melhor e que se sentem motivados em estarem com a “Mão na Massa”.

Gráfico 5 - Aula prática facilita a compreensão dos conteúdos ?



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos resultados foi possível permear neste artigo a importância das aulas práticas em Ciências da Natureza desenvolvidas no ensino fundamental como uma metodologia que auxilie no processo de aprendizagem do estudante.

As aulas práticas proporcionam situações em que o estudante é atuante, não apenas por serem atividades “mecânicas”, mas por estarem construindo seu conhecimento, interagindo com suas próprias dúvidas e conhecimentos já adquiridos anteriormente, extraíndo “lições” do objeto estudado e tirando suas conclusões e, por isso, tornando-se agente do seu aprendizado.

Segundo Moraes e Andrade (2010), quando os estudantes iniciam seus estudos no Ensino Fundamental já chegam com ideias sobre o comportamento dos animais, das plantas, como o nosso corpo funciona etc., e essas curiosidades são construídas por interações socioculturais ou mesmo pelas aulas de Ciências. Se os estudantes gostam de fazer as aulas práticas, significa que elas fazem sentido para eles e, conseqüentemente, o interesse pela aula teórica se torna maior.

Além disso, essas atividades possivelmente incentivam o gosto pela disciplina Ciências e pela área, sendo comum a satisfação dos estudantes em participarem delas (ANDRADE; MASSABNI, 2011).

O estudante gostar de fazer esse tipo de aula é o ponto relevante para obter um aprendizado melhor. De acordo com a pesquisa realizada, todos os estudantes participantes (80 estudantes) afirmam gostar das aulas práticas de Ciências.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. L. F; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: Um desafio para professores de Ciências. **Ciência & Educação**, v.17, n.4, p. 835-854, 2011.

BARRETO FILHO, B. As atividades práticas na 8ª série do Ensino Fundamental: luz numa abordagem regionalizada, 2011. *In*: ANDRADE, M. L. F; MASSABNI, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. **Ciência & Educação**, v.17, n.4, p. 835-854, 2011.

BIZZO, N. **Ciências**: fácil ou difícil? São Paulo: Biruta, 2009.

BORDENAVE, J. D; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino**: aprendizagem. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências naturais. 2. ed. Rio de Janeiro: DO & A, 2000.

FROTA-PESSOA, O.; GEVERTZ, R.; SILVA, A. G. da. **Como ensinar ciências**. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1985, 218.

HACKING; I. Refazer o mundo. *In*: **A Ciência como Cultura**, 103-118. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

LEITE, A. C.; SILVA, P. A. B.; VAZ, A. C. R. A importância das aulas práticas para alunos jovens e adultos: uma abordagem investigativa sobre a percepção dos alunos do PROEF II. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 7, n. 3 2008. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/viewFile/98/147>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MORAIS, M. B.; ANDRADE, M. H. de P. **Ciências**: ensinar e aprender, anos iniciais do ensino fundamental. Belo Horizonte: Dimensão, 2010.

PILETTI, C. (Org.) **Didática especial**. 6. ed. São Paulo: Ática S.A, 1988.

RABONI, P. C. A. Atividades práticas de ciências naturais na formação de professores para as séries iniciais, 2011. *In*: Andrade, M. L. F; Massabni, V. G. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. **Ciência & Educação**, v.17, n.4, p. 835-854, 2011.

SANTOS, C. S. **Ensino de ciências**: abordagem histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, L. H. A; ZANON, L. B. Experimentação no ensino de ciências. *In*: SCHNETZER, R. P.; ARAGÃO, R. M. R. (Orgs.) **Ensino de Ciências**: fundamentos e abordagens. Campinas: V Gráfica, 2000. p. 120-153.

VASCONCELLOS, C. D. S. **Planejamento:** plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo. 4. ed. São Paulo: Libertad, 1995. ZÓBOLI, G.

VASCONCELLOS, C. D. S. **Planejamento:** plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo. 4.ed. São Paulo: Libertad, 1995. ZÓBOLI, G.

A AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Silmara Pinheiro

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar a autoestima e aprendizagem na educação de jovens e adultos. A premissa base deste artigo está no fato de socializar essa modalidade de ensino com estudantes para quem a Educação Escolar é uma opção adulta, mas é também uma luta pessoal, muitas vezes difícil, quase sempre árdua, que carece, por isso, justificar-se a cada dificuldade,

A essa busca, parece-nos vincular-se a própria decisão do aluno adulto de inserir-se na escola ou nela permanecer. Com efeito, num contexto de condições adversas como é o vivido pelos alunos da - EJA - que se depara com as dificuldades do dia-a-dia de sua vida particular, profissional e escolar, o que requer atenção não é somente a evasão que esvazia as salas de aula ao longo do ano, mas também, as razões que levam alunos e alunas a dar continuidade aos seus estudos. Por isso, neste artigo, pretende-se discutir como essas razões estão intimamente ligadas à possibilidade e à consciência dos esforços de constituição de sentidos nas atividades que na Escola se desenvolvem, nas ideias que ali circulam, nas relações que ali se estabelecem e, especialmente, como a autoestima pode contribuir para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

É nessa perspectiva que nos indagamos sobre os sentidos que os alunos da EJA conferem ao ensinar e ao aprender escolares. É com essa preocupação que surge a necessidade de se analisar a importância da educação de jovens e adultos no atual contexto da sociedade, visando entender a relevância da autoestima, e de como esta pode contribuir para a permanência dos alunos jovens e adultos e de sua relação com o sentido atribuído à Educação num contexto escolar de EJA.

Ainda que o foco da presente discussão esteja relacionado aos aspectos referentes ao conhecimento e à aprendizagem, é importante mencionar ainda que a exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal devido a aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos; muitas vezes pensam que serão criticados pelos amigos e por isso, sentem-se humilhados, e perdem a confiança em sua própria capacidade para aprender.

O presente artigo, portanto, parte de uma constatação empírica e, conseqüentemente, terá seu conteúdo situado em teóricos que abordam a questão, através de uma pesquisa bibliográfica para constatação do tema. Inicialmente será feito um breve recorte acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, em seguida far-se-á uma análise de como a autoestima pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento intelectual do educando; serão analisados ainda, a formação e o olhar do professor com relação à educação de jovens e adultos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUMAS DEFINIÇÕES

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as

peças que não possuem idade escolar e oportunidade. É importante lembrar que a educação de jovens e adultos está tendo uma preocupação maior atualmente. Os alunos do EJA são geralmente trabalhadores/as, empregados/as e desempregados/as que não tiveram acesso à cultura letrada na infância e adolescência.

Uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias e no mundo do trabalho. É uma modalidade diferente do ensino regular em sua estrutura, enquanto a sua metodologia, duração e própria estrutura. Acredita-se que o indivíduo adulto, já traz a sua experiência de vida, dessa forma há uma mudança daquilo que vai ser ensinado, para torná-lo significativo e atrativo para que o mesmo continue em sala de aula.

O adulto para EJA, não é aquele sujeito concursado, nem um estudante universitário, o qual está à procura de aperfeiçoar profissionalmente seus conhecimentos, muito menos aquele com uma escolaridade regular. São geralmente homens e mulheres desempregados, trabalhadores em busca de uma melhor condição de vida, uma boa moradia e que lutam para superar suas condições precárias, no qual estão nas raízes do analfabetismo.

O tema "*Educação de pessoas jovens e adultas*", não remete-nos apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. Isto é, apesar do corte por idade (jovens e adultos são, basicamente, não-crianças) (RIBEIRO, 2001).

Essa citação explica que a educação de jovens e adultos não vem para mostrar a questão da idade, mas também, a questão cultural que muitas das vezes vem contribuir para que haja certa discriminação na sociedade, devida a esse corte de idade. Sabe-se que jovens e adultos são basicamente não-crianças, os quais devem ser tratados sem desprezo, até porque os mesmos já trazem consigo uma história de vida nem sempre muito boa.

O professor de jovens e adultos deve estar preparado para trabalhar com cada tipo de vida inserida na sala de aula. Além de uma boa interação professor-aluno, a qual vai contribuir no processo ensino-aprendizado para o próprio crescimento do educando e do educador em proporcionar meios que venham ajudar no desenvolvimento do aluno no meio escolar. E que dentro da sala de aula, devem existir grupos com pessoas de idades diferentes (adulto/jovem) na qual eles têm que se juntar para formar um grupo de cultura dentro da educação de adultos.

O conceito de educação de adultos vai se movendo na direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e a competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular (GADOTTI, 2003).

Para este autor, ao contrário de Ribeiro, a definição de educação de adultos vai se deslocando na direção de educação popular na proporção que a realidade começa a fazer algumas insistências à sensibilidade e a competência científica dos educadores. Uma destas críticas é quanto à reflexão dos procedimentos didáticos, e a respeito dos conteúdos a serem ensinados, o qual não pode ser estranho para o nível de cultura que o mesmo se encontra. O professor deve partir da vivência de cada aluno, para que haja um bom desenvolvimento no ensino-aprendizagem do mesmo.

Sabe-se também que a educação de adultos, transformando-se em educação popular, chegou a se tornar mais ampla, possibilitando oferecer certos programas como alfabetização, educação de base com profissionalização ou em saúde primária.

A função reparadora da EJA significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de direitos negada: O direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade autológica de todos e qualquer ser humano. Dessa negação, evidente em toda a trajetória brasileira, resulta uma perda; o acesso a um bem real, social e simbólico (LIMA, 2007).

Sendo assim, a função de cobertura aos trabalhadores de uma classe social menos favorecida economicamente e politicamente. A reentrada no sistema educacional daqueles que tiveram uma interrupção forçada deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, possibilitando aos indivíduos novas oportunidades no meio social, com uma vida digna de conhecimento escolar.

AUTOESTIMA

A autoestima é um assunto que tem despertado um crescente interesse, tanto pelos livros, sites e cursos oferecidos, principalmente no campo da psicopedagogia. Com os holofotes apontados para esta temática surgem muitas interpretações errôneas ao confundir a autoestima com a negação da solidariedade ou egoísmo, devido o seu enfoque ser a opinião de si mesmo. Outros encaram com superficialidade procurando receitas, como se pudessem obter a autoestima como uma fórmula mágica. Porém abordaremos a importância desse assunto dissociando-o tanto de uma atitude egoísta quanto de um modismo, esclarecendo que o indivíduo que se considera como ser de valor também está aberto a existência do outro, reconhecendo-o e valorizando-o.

Assim com o ditado grego preconiza: — somos o que pensamos a compreensão que temos do mundo a nossa volta é resultado das nossas experiências e da representação mental que fazemos delas. Em suma, nos tornamos o que acreditamos ser e nossas atitudes, objetivos e realizações estão condicionados a concepção do que somos e podemos fazer. Os problemas enfrentados pelos alunos podem estar relacionados ao fato de se menosprezarem e até se considerarem seres sem valor e indignos de serem amados.

Ao pensar, embora nem sempre conscientemente, todo indivíduo vai construindo sua autoestima ao avaliar seus erros e acertos. E a maneira como é construída permitirá usufruir dos seus talentos e viver serenamente as limitações ou achar-se inadequado à vida. Os pensamentos a respeito de si mesmo têm influência direta na motivação e nas atitudes, determinando positiva ou negativamente os tons sombrios ou alegres que colorem a vida.

A autoestima pode ser conceituada de inúmeras maneiras e uma delas é a avaliação favorável de si mesmo, como o compromisso do indivíduo em assumir a responsabilidade por si mesmo e por suas relações intra e interpessoais ou como a chave para o sucesso ou para fracasso, e para entendermos a nós mesmos e aos outros.

Esse pensamento sobre si é construído desde a infância no convívio com os cuidadores. Quando criança nossa autoestima pode ser alimentada ou destruída pelos adultos. Lamentavelmente nem sempre os adultos formam vínculos que favoreça a construção de um autoconceito sólido e isso poderá repercutir em problemas de relacionamentos, em reconhecer seu valor e suas potencialidades. A qualidade das experiências com o outro influencia o olhar do indivíduo sobre si mesmo, esta interação também influencia o meio e sofre influência dele. Embora ninguém possa pensar pelo outro ou dar-lhe autoestima, mas podem influenciar pensamentos e conseqüentemente os conceitos a respeito de sua identidade. Surge então à inevitável necessidade de abordar o autoconceito para compreendermos melhor a autoestima.

Segundo BRANDEN (1999) a autoestima é um sentimento desenvolvido ao longo da vida de uma pessoa e decorrente da qualidade das relações interpessoais a que ela está

exposta. A maioria das queixas relacionadas às dificuldades de aprendizagem está relacionada com a baixa estima. Muitos educadores se esquecem do papel da autoestima no movimento de aprender e subestimam a sua importância.

Segundo Krogers e Kelly (apud Antunes, 2003, p. 23), a autoestima de um aluno não se deve a condição genética e, menos ainda, a resultado de inteligência ou da personalidade da criança; “mas vem da interiorização do quadro que os pais e professores dela fazem”. Acrescenta ainda, que:

Se aceitarmos e valorizarmos nossos alunos, se os considerarmos capazes de desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com os seus estudos e se os julgamos suficientemente importantes para reservarmos tempo em ouvi-los, contribuiremos para que desenvolvam padrões consistentes e realistas, sintam-se encorajados a não se intimidar com o fracasso e aprendam a agir de forma independente e responsável (ANTUNES, 2003, p. 23-24).

Diante disso, pode-se dizer que uma pessoa desenvolve sua autoestima, a medida que é reconhecida como tal, única, singular, com necessidades educacionais específicas. Nessa perspectiva, ajudar cada aprendiz a descobrir-se, a aceitar-se, a compreender-se é instrumentalizá-lo a se sentir confiante e apto a enfrentar as dificuldades e as complexidades do aprender, deve se constituir num dos principais objetivos da EJA. O sentimento de menosvalia impede uma pessoa de aventurar-se no processo da aprendizagem, além de trazer consequências indesejáveis para o universo relacional.

Isso de modo algum significa que o professor não deva criticar, desafiar ou propor desafios aos seus alunos e que não corrija os seus erros. A esse respeito Antunes (2003, p. 24) se pronuncia afirmando que “essa intervenção é imprescindível como o é separar o ato que desagrada da pessoa que o cometeu: atribuir tarefas adequadas a competências; enfatizar sucessos autênticos e salientar fracassos; desenvolver meios de encorajamento e ajudar o aluno a tirar proveito de seus erros”.

O autoconceito tem seus constituintes que são: a autoimagem, que é o que o indivíduo pensa a respeito de si mesmo; a autoeficácia, que diz respeito à confiança do indivíduo na sua capacidade de realizações, de compreensão e a autoestima, objeto de estudo nesse trabalho, relacionado à aprendizagem de jovens e adultos, que diz respeito ao que a pessoa sente diante de suas conclusões a respeito de si mesmo.

O sentimento de valor que acompanha essa percepção que temos de nós próprios se constitui na nossa autoestima. Ou seja, ela é a resposta no plano afetivo de um processo originado no plano cognitivo. É a avaliação daquilo que sabemos a nosso respeito: gosto de ser assim ou não? (MOYSÉS, 2007, p. 18).

O autoconceito origina-se de fatores externos e internos que rodeiam o indivíduo. Os fatores internos são tudo aquilo que as influências externas plantam no seu interior, ou seja, são *internalizações* e, ao juntarem-se com a bagagem trazida por esse, produz os mais diversos resultados na construção da identidade do mesmo, ou seja, os efeitos negativos ou positivos são maiores na vida de algumas pessoas e menores na vida de outras. O que estas ouvem a seu respeito pode colaborar para a raiz do seu autoconceito, aliado às avaliações de ordem psicológica cognitiva, motor e física. Ao internalizar avaliações negativas vindas do ambiente externo, o indivíduo passa a se comportar tal qual a avaliação negativa dita. Uma pessoa que cresce ouvindo que ela não presta, por exemplo, passa a pensar e a se mostrar para a sociedade como uma pessoa que realmente não presta.

As internalizações surgem nas relações grupais, onde o ser humano descobre o mundo através da interação com o outro. Inicia com a relação mãe/filho e se diferencia conforme as diversas fases da vida.

Para os psicólogos interacionistas, as características de um indivíduo são construídas desde o nascimento, através da interação com o meio que o cerca. Por isso, o meio é o responsável pela formação moral e cultural do indivíduo. Segundo Vygotsky, um interacionista, as experiências anteriores dos adultos interferem no modo de agir da criança no seu ambiente, o que ocasiona uma internalização das orientações transmitidas. A internalização das informações obtidas faz com que a criança tenha suas funções psicológicas (percepção, atenção, memória e capacidade para solucionar os problemas) modificadas e influencia seus conceitos sobre si mesmo e sobre o mundo, levando-a se aplaudir diante do sucesso e a ser severa consigo mesma diante de seus fracassos.

Henri Wallon, psicólogo francês, também visa à construção do indivíduo nas suas interações com o meio com contribuição para a educação. Para Wallon, o indivíduo só se percebe diferenciado através das interações sociais. Quando recém-nascido, não percebe tão diferenciação por, ainda, não estabelecer contatos suficientes com seu meio.

A maneira como o indivíduo se dirige aos outros que o rodeia é chamado por Pichon-Rivière, psiquiatra e psicanalista suíço, de expressão de *vínculo*. Segundo esse, é uma relação particular do indivíduo com o objeto.

“Vínculo é uma estrutura dinâmica, acionada por motivações psicológicas, que acompanham o ser humano por toda a sua história, que pode ser revivida através da Transferência”. (REVISTA PSICOPEDAGOGIA, 18, 1999, p. 40).

A Psicanálise trata a relação entre o autoconceito mal construído e a construção da subjetividade como algo não facilmente reversível. Exige um trabalho de maior profundidade para se ter acesso às lembranças inconscientes que se expressam sobre forma de insegurança, ansiedade e baixa autoestima.

Quando o sujeito internaliza traços de alguém valorizado, passa a se comportar como ele. Tal processo é denominado pela Psicanálise de *identificação*, que é um dos métodos que ajuda o indivíduo a vencer seus conflitos. Faz, também, com que o indivíduo identifique no outro, traços negativos que não deseja para si nem para ninguém. É com o outro que um indivíduo aprende tudo aquilo que ele quer e o que não quer nem para si nem para o próximo.

A autoestima é um dos fatores de ordem interna que motivam o adulto para a aprendizagem, juntamente com satisfação, qualidade de vida, etc., pois é fruto de interação social que propicia o acesso à cultura através da troca de experiências, de informações, ou seja, o fortalecimento do vínculo resulta em aprendizagem. A autoestima é como o indivíduo se sente diante da avaliação que faz de si mesmo. Portanto, um constituinte afetivo do autoconceito. Refere-se ao modo do indivíduo interagir com o ambiente e consigo mesmo. É a responsável pela sua felicidade e pelos seus dramas. Quem tem boa autoestima gosta e confia em si mesmo. É se sentir capaz de enfrentar a vida com mais confiança e otimismo. É ser mais criativo em tudo o que faz e sentir prazer diante de suas realizações. Tudo isso deve ser cultivado desde a infância, amando e desejando a criança desde a sua concepção e proporcionando-a um ambiente afetuoso e confiável (família, escola, amigos), pois as emoções contidas nesse ambiente farão com que as emoções do indivíduo se manifestem, o que para Rivière, tem uma importância decisiva para a boa interação do grupo social. Assim, a criança se tornará um adulto que se vê como digno de receber e dar amor para que não tenha problemas de relacionamentos, que reconhece seu valor e suas potencialidades. Logo, não se deixa abater pelas referências negativas externas. Amar é a peça-chave na construção da autoestima.

Todas as pessoas almejam algo de bom. Provavelmente o sentido da felicidade, por ela ser subjetiva, seja particular e única para cada ser humano. Muitos fatores podem ser considerados

como pilares para que alguém seja feliz, deve haver uma certa unanimidade em temas como saúde, escola, realização profissional, experiências afetivas e positivas. Uma das condições para se conseguir o bem estar satisfatório consigo e com os outros é a autoestima (KROTH, 2009, p. 2).

POR QUE O AFETO É TÃO IMPORTANTE PARA QUE HAJA APRENDIZAGEM?

A aprendizagem é um processo contínuo de aquisição de conhecimentos. Resulta do ambiente de vínculo, que se dá, em grande parte, por meio da linguagem, que organiza, articula e orienta o pensamento e transmite informações produzidas. Tal interação depende, para a realização do conhecimento, da percepção, que organiza as informações sobre o objeto obtidas através dos órgãos dos sentidos e da inteligência, que possibilita o sujeito transformar as informações organizadas em conhecimento. O resultado é a mudança da condição do indivíduo que adquire o conhecimento. O homem que aprende mais, amplia seu ponto de vista a respeito do mundo e de si mesmo. Assim, ele participa da transformação do mundo.

Aprendizagem é fenômeno do dia-a-dia que ocorre desde o início da vida. A aprendizagem é um processo fundamental, pois todo indivíduo aprende e, por meio deste aprendizado, desenvolve comportamentos que possibilitam viver. Todas as atividades e realizações humanas exibem os resultados da aprendizagem (PORTO, 2009, p. 42).

O vínculo possibilita diversas trocas através da transferência de papéis entre educador (todo aquele que ensina) e educando (todo aquele que busca o conhecimento).

Durante o processo de aprendizagem, a mente acompanha o desenvolvimento emocional. Caso contrário, resulta na dispersão do educando. Assim, conclui-se que despertar a afetividade do educando é a chave do sucesso para o processo ensino-aprendizagem, pois a percepção que o mesmo tem de suas habilidades fortalece seu autoconceito e torna-o confiante para realizar tarefas, o que resulta em sucesso. Para o educando que tem um baixo autoconceito, os novos desafios parecem-lhe tormentos, pois se acha incapaz de realizá-los.

É de suma importância para a aprendizagem uma autoestima elevada através da afetividade entre educador e educando, pois a autoestima elevada faz com que o indivíduo se valorize, descubra a sua importância no mundo. Assim, o indivíduo tem uma mente livre para adquirir conhecimentos, o seu desejo pelas descobertas é mais aguçado, pois a pessoa está bem consigo mesma para enfrentar seus problemas e satisfazer seus interesses. Quanto maior a autoestima, maior é a sua criatividade. Quem se sente amado, aprende a distribuir amor, sente amor pelo ato de aprender e, assim, desenvolve sua personalidade. A união entre autoestima e aprendizagem produz muito mais do que conhecimento: produz amizade, respeito e confiança, que resultam, também, em interação social do aluno adulto. Ao passo que, o mau desempenho aliado à baixa autoestima resulta em evasão escolar e, conseqüentemente, no rótulo *intelectualmente incapaz*, o que acaba afetando toda a vida do educando, quando deveria ser algo ligado apenas ao processo cognitivo. Alunos nessa situação sentem-se pouco inteligentes e incapacitados de aprender diante de um mundo competitivo e são vistos como alunos que têm baixa autoestima por pais e professores.

O erro costuma ser visto, não só em sala de aula, mas na vida, como algo negativo e motivo de punição; quando, na verdade, deve ser visto como um recomeço, uma caminhada para o acerto. Ao comparar o erro com o acerto, o educando percebe que evoluiu como pessoa, pois acaba de aprender, de desvendar parte de suas capacidades. Crianças que não aprendem a conviver com os erros, tornam-se adultos inseguros.

Muitos adultos são taxados como incapazes de aprender devido à idade. Por isso, todo investimento em seu desenvolvimento é considerado desperdício. Situações de exclusão, como a falta de oportunidades o insucesso escolar, por exemplo, reforçam, quase sempre, a baixa autoestima do aluno, que volta à escola, fragilizado, inseguro e sentindo-se incapaz de aprender.

Os efeitos negativos oriundos de influências externas recebidas pelo indivíduo produzem dificuldades de aprendizagem, ao passo que os efeitos positivos produzem amor pelo objeto de estudo e pelo educador (ou por somente um dos dois).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a autoestima e a aprendizagem são fatores prevalentes no processo Ensino-aprendizagem, pois os educandos voltam para a escola cheios de sonhos, de esperanças em construir um futuro digno para si e para sua família através do conhecimento; outros voltam cheios de feridas interiores, causadas por insucessos escolares e pessoais, palavras negativas internalizadas, falta de apoio emocional e material por parte do meio que os cerca, deixando que o desânimo impere em suas vidas. Esses motivos, entre outros, fazem com que o aluno adulto se sinta um ser inferior diante do mundo, incapaz de aprender e de construir sua própria história, bem como de contribuir com melhorias para a história da humanidade.

Esse indivíduo precisa de estímulos para a sua autoestima, ou seja, saber que é um ser que tem tanta importância quanto qualquer outra pessoa, que pode aprender o que quiser e alcançar o objetivo que quiser.

Família e escola são responsáveis pela construção da autoestima do aluno. Ambos têm a incumbência de transmitir confiança e de despertar os sentimentos do mesmo, fortalecendo, assim, as suas estruturas emocionais. Família e escola, quando caminham juntas, colaboram no processo de aprendizagem, inicialmente, através da afetividade. Devem ser vistas como “portos seguros” do indivíduo, como pontos de busca de apoio para o mesmo em todas as horas.

As realizações na vida do indivíduo se dão conforme o fluir do seu modo de pensar. Por exemplo: se pensar e planejar coisas boas, elas acontecerão; mas se pensar somente em coisas negativas e não agir para mudá-las, esses pensamentos negativos também acontecerão. Basta internalizar somente aspectos positivos e esforçar-se, traçar objetivos, busca-los e aproveitar todas as boas oportunidades que surgirem. É muito importante saber usar sempre suas qualidades, acreditando em si mesmo, estudando, trabalhando e acreditando que pode escrever a sua história.

Muitas pessoas ficam presas às influências negativas do passado, sejam palavras ou atitudes. Esse aprisionamento gera falta de confiança em Deus e num futuro melhor. Como o aluno da EJA tem consciência de suas atitudes, ele deve ter plena consciência de que precisa libertar-se do seu passado amargo, cheio de desprezo e de profecias dolorosas, caminhar com os próprios pés, buscar forças em Deus que tem todo o poder para cicatrizar as feridas do passado e dar vida nova a todo aquele que crê no Seu infinito amor e na Sua infinita misericórdia. Encher-se de fé em Deus e deixar o passado para trás.

Deve, também, aceitar e aproveitar o amor e o empenho da família e da escola. Ao mesmo tempo, família e escola têm a inteira obrigação exercer a sua responsabilidade de amar, de educar e de cuidar. Só assim as gerações futuras serão formadas por pessoas sensíveis, honestas e responsáveis.

REFERÊNCIAS

- AUTOESTIMA. Disponível em: www.wikipédia.org. Acesso em: 08 jan. 2010.
- CUNHA, Eugênio. **Afeto e aprendizagem**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.
- CURY, Augusto Jorge. **Dez leis para ser feliz**: ferramentas para se apaixonar pela vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- ENRIQUE PICHON RIVIÈRE. Disponível em: www.wikipédia.org. Acesso em: 22 jun 2010.
- FERNÁNDEZ, Alicia. O lugar da queixa no processo de aprendizagem. *In*: FREIRE, Madalena *et al.* **Paixão de aprender**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: www.4shared.com. Acesso em: 1 maio 2010.
- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Disponível em: www.shvoong.com. Acesso em: 11 jun 2010.
- KROTH, Lídia Maria. **Repetência e autoestima**. São Paulo: nov. 2009. Disponível em: www.abpp.com.br. Acesso em: 15 maio 2010.
- MOYSÉS, Lucia. **A autoestima se constrói passo a passo**. São Paulo: Papyrus, 2001.
- PORTO, Olívia. **Psicopedagogia institucional**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- REVISTA PSICOPEDAGOGIA, 18 (47), 1999. São Paulo. O olhar e a escuta psicopedagógica na prática institucional. São Paulo: Abpp, 1999.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. Set. 2001.
- LIMA, C. M. Formação contínua do professor de ensino fundamental e educação a distância: Reflexões sobre o potencial de aprendizagem. *In* GRANVILLE, Maria Antonia (org). **Teorias e práticas na formação de professores**. Campinas, SP, 2007.
- RIBEIRO, Vera Maria Masagão (org.). **Educação de Jovens e Adultos**: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo/Brasília, 1997.
- GADOTTI M. A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. 1996. [acesso em 13 out 2011]. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Crpf/CrpfAcervo000011>
- ANTUNES C. **Relações Interpessoais e Autoestima**: a sala de aula como um espaço do crescimento integral. Fascículo 16. Petrópolis: Vozes; 2003.
- BRANDEN N. **Auto-estima**: como aprender a gostar de si mesmo. Gouveia R [tradução]. 40ª ed. São Paulo: Saraiva; 2003.
- MEDEIROS, M. K. M. R.; COSTA, E. M. D. A Autoestima de alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos. **Revista Movimenta**, v. 5, n 1, 2012.

O JOGO COMO RECURSO PEDAGÓGICO INTERDISCIPLINAR*

Glauca Saete Ceron**

INTRODUÇÃO

O jogo pode contribuir nas ações interdisciplinares como recurso didático na construção do conhecimento, visando uma aprendizagem interativa e significativa. Através desse estudo busca-se desenvolver reflexões teóricas sobre o jogo como recurso pedagógico através de uma pesquisa bibliográfica com o propósito de contribuir e abordar as inúmeras possibilidades existentes para o sistema educacional vendo o jogo como uma atividade educativa que favorece a articulação da prática com a teoria num trabalho interdisciplinar como mediadores da aprendizagem no processo de inclusão, ampliando o repertório vivencial e de conhecimentos do indivíduo rumo a autonomia e a cooperação, onde este poderia exercer sua posição social e criadora conscientemente no contexto sócio-cultural em que está inserido.

O espaço do jogo na escola é a garantia de uma possibilidade de educação em uma perspectiva criadora, voluntária, consciente e social. O artigo está dividido em duas partes: a primeira falando sobre a influência do jogo na vida do ser humano e a segunda abordando a importância de desenvolver um trabalho interdisciplinar através dos mesmos no processo de inclusão. Os resultados da pesquisa basearam-se em autores que interpretam o jogo como produto da sociedade e cultura, quais sejam: Elkonin, Caillois, Kishimoto e Brougère posto estes retratarem os jogos em um processo dialético de desenvolvimento, favorecendo, por conseguinte, a compreensão de sua gênese constitutiva, e também, em autores que advogam a educação numa perspectiva inclusiva.

A influência do jogo no desenvolvimento humano

O jogo faz parte do nosso processo de desenvolvimento humano, tem uma função vital para o indivíduo principalmente como forma de assimilação da realidade, descobrindo e aprendendo coisas novas, além disso, segundo Elkonin (1998), ao jogar a criança liberta-se relativamente da dependência do adulto, torna-se autora de suas atitudes e decisões e essa característica promove uma verdadeira reestruturação mental em diversas áreas do cérebro, atuando de forma decisiva na construção da personalidade e psique humana. Tendo como uma das principais contribuições, a possibilidade de vivenciar através de uma situação lúdica algumas das problematizações da vida real.

Durante o jogo, a atividade física e mental ativa as funções psiconeurológicas e as operações mentais, estimulando o pensamento e incorporando as dimensões afetiva, motora e cognitiva da personalidade do ser humano. As situações imaginárias estimulam a inteligência e desenvolvem a criatividade, desencadeando diferentes situações, exercita a capacidade de planejar, imaginar e representar criando um novo tipo de atitude em relação à vida real, sendo isto um importante aspecto no processo de autonomia do indivíduo.

O criar permite um ato de amor, de afetividade e de desenvolvimento dos sentimentos, das paixões, das emoções, por onde transitam os medos, os sofrimentos, os interesses e alegrias. Permitindo uma relação educativa que pressupõem o conhecimento de sentimentos

próprios e alheios que requerem do ser humano a disponibilidade corporal e o envolvimento afetivo, como também o cognitivo de todo o processo que o envolve. Neste sentido, o lúdico se faz presente através das ações vividas proporcionando a experiência da representação, da imaginação e da criatividade do sujeito, e este aprende a lidar com o mundo real, desenvolvendo suas potencialidades, congregando valores, conceitos e conteúdos. Quando jogamos, trabalhamos pensamento e movimento, gerando canais de comunicação, onde a linguagem cultural própria do ser humano o transforma.

Brincando e jogando a criança terá oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis a sua vida futura, sendo um recurso fundamental para apropriação de aprendizagens e vivência das diferentes relações sociais que fazem parte da sua realidade.

Quanto mais as crianças se afastam do mundo objetivo dos adultos, maior é a importância que o jogo assume na construção de sua personalidade, conseqüentemente, sua relevância social é destacada nas sociedades modernas, principalmente nas crianças pré-escolares. De acordo com ELKONIN, (1998) Os jogos além de trabalharem várias capacidades físicas fundamentais para o desenvolvimento dos seres humanos como o crescimento corporal, as coordenações sensório-motoras, o equilíbrio, lateralidade, tonicidade e várias outras capacidades físicas, possibilitam um grande estímulo para o seu desenvolvimento integral e internalização de diferenças.

Nos jogos abrem-se novas portas para os diversos sujeitos participantes, portadores de necessidades especiais ou não, principalmente para as crianças que penetram no mundo de forma mais ampla e complexa, esse fenômeno permite a assimilação das construções sociais de maneira mais rápida e eficaz (LEONTIEV, 1988).

Valendo-se das leituras realizadas dos diversos autores podemos constatar que o desenvolvimento progressivo das estruturas intelectuais do indivíduo torna-o capaz de aprender, e que seu conhecimento é fruto da sua interação com o meio, sendo o jogo um recurso facilitador e motivacional para o desenvolvimento integral da criança, assumindo valores diferentes em determinadas fases da vida. Podemos então afirmar que o jogar e o brincar são atos indispensáveis à saúde física, emocional e intelectual e sempre estiveram presentes em qualquer povo fazendo parte das diferentes culturas, fazendo uma ligação entre as operações formais e as mentais, sendo este um campo que se reveste de múltiplos aspectos relacionados ao desenvolvimento do ser humano, através do qual é possível apreender aspectos importantes da constituição psíquica de uma criança, assim como seu nível de desenvolvimento social e cognitivo.

IMPORTÂNCIA DO JOGO NO PROCESSO INTERDISCIPLINAR

Após a realização de uma breve descrição de algumas das principais características dos jogos para o desenvolvimento humano é necessário neste momento apontarmos as possibilidades educacionais que eles podem oferecer, retratando, conseqüentemente, como exercem influência na construção de relações e conhecimentos.

Ao desenvolver em sala de aula um trabalho com jogos, o professor, está não só desenvolvendo os aspectos cognitivos dos alunos, mas passando também a enfatizar os aspectos afetivos que são resgatados durante este momento. Através dos jogos e brincadeiras, o educando encontra apoio para superar suas dificuldades e necessidades de aprendizagem, melhorando o seu relacionamento com os outros e com o mundo.

O lúdico permite que a criança explore a relação do corpo com o espaço, provoca possibilidades de deslocamento e velocidade, ou cria condições mentais para sair de enrascadas. Vai, então assimilando e gostando tanto, que tal movimento a faz buscar e viver diferentes atividades que passam a ser fundamentais, não só no processo de desenvolvimento de sua personalidade e de seu caráter como, também, ao longo da construção de seu organismo cognitivo. Quando os problemas de aprendizagem ou fracassos escolares ocorrem devido a anulação das capacidades e o bloqueio das possibilidades de aprendizagem a construção de situações mais significativas de ensino podem auxiliar na busca pelo sucesso escolar. (RONCA E TERZI, 1995, p.39).

A organização curricular adequada para estimular brincadeiras e jogos trabalhando através do lúdico constitui atualmente uma das preocupações da maioria dos educadores e profissionais que acreditam numa educação mais significativa e inclusiva. O professor possui um papel fundamental, antes, durante e depois dos jogos. Ele deve cuidar para que os jogos ajudem os alunos, de acordo com a sua faixa de idade, a desenvolverem valores saudáveis de coletividade e cidadania. É ele quem deve estar atento para que as vitórias e derrotas nos jogos não se transformem em situações traumáticas, e sim de conquistas de conhecimento a todos.

Ao propor regras, ao invés de impô-las, o professor faz com que os alunos tenham possibilidade de elaborá-las, fazendo com que seja essa criação de regras uma atividade política onde os alunos se sintam na obrigação de acatá-las. A presença do adulto constitui condições de liberdade, segurança e enriquecimento da atividade, portanto, a presença do professor dinamizador e estimulador é indispensável em qualquer atividade lúdica. Tornando possível ao professor maior tempo observando seus alunos do que dirigindo-os e assim podendo identificar quais dificuldades e habilidades os mesmos possuem.

Ressalta-se que o uso dos jogos no contexto educacional só pode ser situado corretamente a partir da compreensão dos fatores que colaboram para uma aprendizagem ativa, ou seja, mais do que o jogo em si, o que vai promover uma boa aprendizagem é o clima de discussão e troca, com o professor permitindo tentativas e respostas divergentes ou alternativas, tolerando os erros e promovendo novas análises, sendo que deste modo o erro já não se torna tão marcante e negativo, pois este o encara como algo natural no decorrer da busca pela solução. Nesse processo, o aluno utiliza-se de estratégias próprias baseadas naquilo que já domina ou está aprendendo. É na ação do jogo que o sujeito, mesmo que venha a ser derrotado, pode conhecer-se, estabelecer o limite de sua competência enquanto jogador e reavaliar o que precisa ser trabalhado, desenvolvendo suas potencialidades, para evitar uma próxima derrota.

Aproveitar os jogos e brincadeiras como recurso pedagógico é empregar a motivação interna inerente a crianças e tornar a aprendizagem do conteúdo escolar mais atraente. Tarefa difícil que exige a variação de métodos e a adaptação de conteúdos que são saberes milenares acumulados ao longo de gerações. Sendo que nesse sentido cria-se no compromisso pedagógico um profundo respeito para com os alunos, na construção das regras, entendendo-os como pessoas de direito a exercer atividades que sejam interessantes, importantes e, sobretudo que os tornem melhores e potencialmente capazes.

O jogo possibilita o equilíbrio entre o mundo interno e o externo, canalizando as energias das crianças e transformando em prazer suas angústias. Estimula a observar e conhecer as pessoas e as coisas do ambiente em que se vive. O jogo, na educação inclusiva, surge como mais um recurso que o professor pode utilizar na sala de aula. Grandó (2000) destaca os seguintes objetivos de sua utilização:

Fixar conceitos já aprendidos de forma motivadora; Introduzir e desenvolver conceitos, facilitando a compreensão. O jogo pode ser considerado como um importante meio

educacional, pois propicia um desenvolvimento integral e dinâmico nas áreas cognitiva, afetiva, linguística, social, moral e motora, além de contribuir para a construção da autonomia, criticidade, criatividade, responsabilidade e cooperação das crianças e adolescentes (GRANDO, 2000)

Desenvolver estratégias de resolução de problemas (desafio); dar significados para os conceitos, promover a participação ativa dos alunos. Jogar não é uma atividade restrita a uma disciplina escolar. Ao salientar a importância dos jogos na escola, cita-se o seu uso em diferentes disciplinas: na Matemática possibilita a construção de relações lógicas, o aprender a raciocinar e a questionar seus erros e acertos; na Ciências Físicas e Naturais os jogos de regras produzem conhecimento comparável ao produzido pelo método científico e a internalização de valores e limites, no qual testa-se hipótese, provoca-se variações, mede-se os riscos, controla-se as condições mais favoráveis; em Línguas compara-se a uma produção textual, pois necessita interpretar, conferir significação, produzir uma sintaxe e ordenar logicamente as jogadas. Os objetivos indiretos que o jogo pode propiciar, segundo PASSERINO (1998), são:

memória (visual, auditiva, cinestésica); orientação temporal e espacial (em duas e três dimensões); coordenação motora visomanual (ampla e fina); percepção auditiva, percepção visual (tamanho, cor, detalhes, forma, posição, lateralidade, complementação), raciocínio lógico-matemático, expressão linguística (oral e escrita), planejamento e organização (PASSERINO, 1998).

Como é possível perceber, o jogo permite que o professor faça uma abordagem *interdisciplinar*¹, isto é, que considere outros aspectos presentes na atividade educativa que ultrapassam o campo disciplinar. Cada indivíduo não é dotado de um mesmo conjunto de competências, conseqüentemente, nem todos aprendem da mesma forma, segundo a teoria das múltiplas inteligências de GARDNER (1985). O processo de desenvolvimento atende aos vários interesses individuais e coletivos, FERNANDES (1995), coloca que

Os jogos podem ser empregados em uma variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado. Um dos usos básicos muito importante é a possibilidade de construir-se a autoconfiança. Outro é o incremento da ludicidade e motivação. (...) Um método eficaz que possibilita uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido, possibilitando que as diferenças sejam fator de enriquecimento no processo de ensino-aprendizagem. Até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência (FERNANDES, 1995).

Considera-se que o jogo, em seu aspecto pedagógico, se apresenta produtivo ao professor que busca nele um aspecto instrumentador, e, portanto, facilitador da aprendizagem muitas vezes de difícil assimilação, e também produtivo ao aluno, que desenvolveria sua capacidade de pensar, refletir, analisar, compreender, levantar hipóteses, testá-las e avaliá-las com autonomia e cooperação. Não há como negar, entretanto, que os jogos representam uma necessidade de comunicação das crianças com o mundo, facilitando a construção de um pensamento crítico e reflexivo.

O jogo é mais um caminho para potencializar a interdisciplinaridade e a inclusão, não sendo apenas instrumento, mas parte articulada epistemológica e metodologicamente como ela em si, tornando assim, o ambiente escolar mais agradável e atrativo para a construção do

¹ Interdisciplinariedade, segundo Ivani Fazenda, é a integração entre as disciplinas ou áreas do saber coordenada pelas ações disciplinares em busca de um objetivo comum.

saber e socialização, onde cada um contribui com a sua cultura, admitindo as diferenças e estimulando as relações interpessoais, permitindo a quebra de qualquer tipo de preconceito e dessa forma, contribuindo para uma transformação benéfica na educação, podendo ser aplicados a uma diversidade de fins dentro do contexto de ensino- aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese destacamos que jogar faz parte da vida do ser humano e uma das suas funções é propiciar a assimilação da realidade, a expressão de pensamentos, a elaboração de sentimentos e a descarga de energia, sendo fundamental sua utilização no processo de inclusão. É importante ressaltar a importância assumida pela prática dos jogos em nossa sociedade e, da necessidade da educação se apropriar teoricamente deste importante recurso para poder realizar um trabalho mais significativo, pois, acreditamos que os jogos estão entre os principais componentes dos profissionais que trabalham com qualquer atividade no processo de ensino-aprendizagem como recurso que promove uma efetiva e verdadeira interdisciplinaridade entre as áreas das ciências, e aceitação das diferenças, o que o caracteriza como um componente fundamental nas diversas relações sociais presentes em nosso cotidiano.

Concluindo pode-se afirmar que o jogo é o produto de múltiplas interações sociais, e é um recurso de fundamental importância para apropriação de aprendizagens significativas, por seu caráter lúdico através do qual ocorre o afrouxamento da censura e permissão da construção e desconstrução de novos sentidos pelo sujeito, além do espaço possível de transformação e representação e também como meio para inclusão de alunos com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Como transformar informações em conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. **O jogo no contexto da Educação Psicomotora**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. 3 ed.. São Paulo: Editora Summus, 1984.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os Homens: A máscara e a vertigem**. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMPOS, M. C. R. M. A prática psicopedagógica do jogo e sua dupla função: aprender a aprender e aprender a ensinar. *In*: PINTO, Silva Amaral de Mello (coord.) **Psicopedagogia: Um portal para a inserção social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CELANTE, Adriano Rogério. Pinóquio e a experimentação pessoal na infância: reflexões sobre o jogo no processo socioeducativo. IN: Freire, João Batista. **O jogo dentro e fora da escola** (Orgs.). Campinas: Autores Associados, 2005, p. 71- 96.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CLAPARÈDE (1956, p. 435-438) segundo KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação**. 6 ed.. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes,1993.

ELKONIN, D.B. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FERNANDES, L. D. *et al.* Jogos no Computador e a Formação de Recursos Humanos na Indústria. VI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. **Anais [...]** Florianópolis: SBC-UFSC, 1995.

GRANDO, R. C. **O jogo na educação: aspectos didático-metodológicos do jogo na educação matemática**. Unicamp, 2001.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEONTIEV, A, N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In. VYGOTSKY. L. S; LEONTIEV. A; LURIA, A, R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Ícone, 1988.p. 119-142 .

LERNER, M. **Uma Avaliação da Utilização de Jogos em Educação**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ,1991. (Oficinas de Informática na Educação).
www.cempem.fae.unicamp.br/lapemmec/cursos/el654/2001/jessica_e_paula/JOGO.doc
Acesso em: 18 maio2003.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação: criar, fazer, jogar**. 3. ed. São Paulo. Editora Cortez: 2000.

PASSERINO, L. M. **Avaliação de jogos educativos computadorizados**. Taller Internacional de Software Educativo 98 – TISE’ 98. Anais. Santiago, Chile, 1998.

RIZZO, G. **Jogos Inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural**. Riode Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

RIZZO, G. A Criança e a Cultura Lúdica. *In*: KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998

RODRIGUES, Maria. **O desenvolvimento do pré-escolar e o jogo**. São Paulo: Ícone, 1992.

RONCA, P. A. C.; TERZI, C. A. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Edesplan, 1995.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **O jogo e os processos de aprendizagem e desenvolvimento: aspectos cognitivos.** Disponível em: www.gestaouniversitaria.com.br. Acesso em: 01 agosto de2010.

VALENTIM, Mônica Oliveira da Silva Vicente. **Brincadeiras Infantis:** Importância para o desenvolvimento neuropsicológico. Disponível em:<http://www.profala.com/arteducesp60.htm>. Acesso em: 12 jun. 2005.

A INFLUÊNCIA DA MOTIVAÇÃO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE AEE

Sandra Regina Peruzzolo

INTRODUÇÃO

Dentre as inúmeras capacidades atribuídas ao ser humano, a mais notável é a capacidade de aprender. Desde o momento de seu nascimento, até mesmo o momento de derradeiro enlace, este estará em constante aprendizado. Saberes e fazeres serão presentes ininterruptamente em seu percurso vital. E neste processo, inevitável e constantemente, duas instituições imprescindíveis, a família e a escola, atuarão de forma conjunta. Ambas com a mesma finalidade, formar cidadãos atuantes na sociedade na qual estarão inseridos.

Sabe-se que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões: cognitivas, sociais, emocionais e afetivas.

E, além disso, conforme Delors, 1996, (apud, ZABALA 2010) “a educação tem como missão permitir a todos, sem exceção, a frutificação dos talentos e da capacidade de criação, o que implica a responsabilização individual por si mesmo e a realização de seu próprio projeto pessoal”.

Vários fatores contribuem para que tudo isso ocorra de maneira efetiva, quer na sala de aula de ensino regular, quer seja na sala de AEE, mediante a todos os recursos por esta disponibilizado: o caráter como se dá a interação entre os atores envolvidos no processo, os procedimentos didáticos e lúdicos, as estratégias para despertar a curiosidade para o conhecimento, entre outros.

Entretanto, é inegável, que entre estes, a motivação é fator preponderante para o exercício do ensinar e aprender no que se refere a todo o ser humano, quer este apresente especificidades ou não. Ressalta-se para tal que, a motivação vem a ser um processo responsável pelo impulso no comportamento do ser humano, para uma determinada ação, que o estimula a realizar suas tarefas de forma que o objetivo esperado seja alcançado de forma efetiva e satisfatória.

Mas, como atuar neste cenário, quando esta não se faz presente? Ou está voltada a outros interesses? Observa-se frequentemente em encontros de educadores a seguinte afirmativa: “Demonstra-se por parte dos alunos um total desinteresse pelo aprender.”

Percebe-se diante desta, a tendência em rotular-se os mesmos como sendo desinteressados, acomodados, desatentos ou com déficit de atenção, hiperativos, entre outros.

Diante disso, a temática desse artigo busca analisar a influência da motivação na aprendizagem junto aos educandos em atendimento educacional especializado. Bem como, prioriza-se ponderar a respeito desta.

A metodologia que permeia este artigo é a revisão bibliográfica pertinente a temática posta.

Neste intuito, torna-se imprescindível refletir sobre a motivação na aprendizagem de alunos em AEE. O que os leva a interessarem -se, esforçarem-se por atingir suas metas, seus objetivos, por aprimorar habilidades e competências, mesmo diante de suas adversidades, de suas limitações para que possam sentirem-se e sê-lo agentes de transformação, capazes de fazer a diferença em qualquer ambiente em que possam estar inseridos.

MOTIVAÇÃO: Conceituando

Ao ponderar-se no referente a aprendizagem educacional, torna-se relevante em virtude de sua importância, tratar-se do fator motivacional. Pois, este é indiscutivelmente, o que faz a diferença no sucesso acadêmico dos alunos, gerando implicações diretas na qualidade do envolvimento dos mesmos no processo de ensino aprendizagem. Estes, por sua vez, ao apresentarem-se motivados tendem a procura de novos conhecimentos, oportunidades, envolvem-se com o processo, participam com entusiasmo das tarefas que lhe são propostas, revelam-se dispostos a novos desafios.

A motivação do aluno, quer seja ele, de sala regular ou de inclusão em atendimento na sala de AEE, é uma variável relevante no processo de ensino aprendizagem, na proporção que o rendimento escolar não deve medir-se unicamente por conceitos como inteligência, contexto familiar e condições socioeconômicas

Muitos autores debruçaram-se em estudos alusivos a motivação (BALANCHO; COELHO, 1996; BORUCHOVITCH, 2009; GARRIDO, 1990; MURRAY, 1986.

Segundo Murray (1986, p. 20), a motivação conceberia “um fator interno que dá início, dirige e integra o comportamento de uma pessoa”. Esta perspectiva, a qual relaciona-se a motivação com uma energia interna, é defendida por outros teóricos. Conforme Fromm (1987, p.112) “os motivos activam e despertam o organismo, dirigem-no para um alvo em particular e mantêm o organismo em acção”. Para Garrido (1990) a motivação, é um processo psicológico, uma força que tem origem no interior do sujeito e que o impulsiona a uma ação. Para Balancho e Coelho (1996, p.17) a motivação é “tudo o que desperta, dirige e condiciona a conduta.”

Dessa forma, diante do exposto, percebe-se ser este elemento crucial no uso de recursos do indivíduo ao dispor-se a planejar, executar e alcançar um determinado objetivo. Reforça-se, através dessas características, o justificar-se que se atribui a motivação como elemento indispensável na efetivação da aprendizagem escolar. É, pois, devido a tal que, enfatiza-se por vários autores, que é através desta que se consegue que o aluno encontre ensejos em aprender, melhorar, descobrir e desenvolver suas habilidades e competências, apropriando-se, de saberes e fazeres bem como, de todas as solicitações provenientes do ambiente escolar.

Nas últimas três décadas testemunha-se as muitas mudanças e progressos ocorridos no mundo com relação à Educação Especial e aos programas de atendimento especializado. Busca-se através destes, métodos e estratégias eficazes para a intervenção de meninos e meninas com DI, com transtornos e alterações em seu desenvolvimento, com deficiência visual e auditiva, autistas, entre outros. Bem como, incessantemente, almeja-se a participação da família, da comunidade, com um único propósito, a de estabelecer uma escola capaz de adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como elemento de valor positivo, e abertura de um espaço onde possa-se mesclar as cores, os gêneros e as capacidades. Propiciando-se assim, o acesso aos serviços básicos e elementares de todos os seres humanos e, além, disso, a construção de uma escola, uma educação na qual todos, sem exclusão, encontrem respostas de cunho educativo de acordo com suas necessidades e características específicas.

Contudo, muito pouco avançar-se-á em relação a tais objetivos, se o fator motivacional não tomar conta dos atores envolvidos no processo educacional (corpo docente, família, sociedade e educandos).

Se para o aluno da sala regular este fator é determinante, para o aluno em atendimento educacional especializado, esse ganha duplicadamente o seu valor. Pois, estes por muitas vezes, constata-se que ao chegarem no AEE, vem totalmente desprovidos de interesse e

motivação. E isso, ocorre por “n” fatores, pode-se apontar alguns destes tais como, a baixa autoestima, a falsa sensação de incapacidade que, por sua vez rouba-lhes a capacidade de tomada de decisão e iniciativa.

A escola é um componente socializador de extrema relevância e influência na vida das pessoas que nela estão inseridas. Para que esta possa atingir suas metas é indispensável que se fomente nos alunos o interesse genuíno e um entusiasmo contagiante pela aprendizagem e pelo desempenho escolar. Burochovitch (2009) ressalta a imperatividade em transformar-se o ambiente de estudo no mais afável possível, ativando assim, o sentimento de pertença no aluno. Cabe, essencialmente ao professor criar um ambiente favorável, no qual este, sintase acolhido e integrado. O qual possibilita-se vislumbrar respostas para dúvidas e inquietações, e prováveis pedidos de ajuda. Haja vista, que concretamente a motivação não se trata apenas de uma característica própria do aluno. Esta, também se media pela figura do professor, pelo ambiente da sala de aula, bem como pela questão cultural da escola.

Segundo a mesma autora, das formas distintas de promover-se a motivação, a principal delas é que o próprio professor seja um modelo de pessoa entusiasmada, motivada no exercício pleno de sua função.

APRENDIZAGEM:O que é?

Desde o momento do nascimento o ser humano apresenta-se propenso ao aprender. Esse processo ocorrerá numa constante, é um fenômeno que vai muito além da entrada e saída de informações. O aprender integra o cerebral, o psíquico, o cognitivo e o emocional. Pode-se afirmar, ser este um processo que ocorrerá num determinado momento histórico, numa determinada sociedade, dentro de uma cultura particular.

Vygotsky (2003), salienta que o processo de aprendizagem se define como sendo a forma pela qual os sujeitos adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e modificam o comportamento, é uma mudança relativamente estável do comportamento, de uma maneira mais ou menos constante, conseguida pela experiência, pela observação e pela prática motivada. A aprendizagem influencia-se pelo incentivo, pela motivação, e na perspectiva de alguns autores, pela hereditariedade. Para que essa se efetue de maneira satisfatória, necessita-se reter e processar as informações pelo indivíduo, sendo imperativo a presença de elementos como: o estímulo, o impulso, o reforço e a resposta. Este ao apresentar-se motivado, demonstra um comportamento ativo e empenhado no processo de aprendizagem, e conseqüentemente aprende com mais efetividade. Ressalta ainda o autor, que ao tratar-se de tarefas rotineiras e sem qualquer fator motivacional presente, desconectas da realidade e sem significância tendem a ser assimiladas com muito mais dificuldades. Em contrapartida, as que se apresentam conectadas a realidade e cheias de significância, que vão ao encontro de seus interesses, são realizadas de forma motivada e prazerosa, por conseqüência proporcionam uma aprendizagem significativa e efetiva.

A aprendizagem é um processo que ocorrerá durante toda a vida, e na medida em que esta vai se dando, aumenta-se o repertório, estruturam-se conceitos de acordo com o meio em que se está inserido. Conceitos, os quais guiam-se por mecanismos de memória, onde imagens dos sentidos serão retidas e relembradas a cada nova experiência e vivência. O produto destas aprendizagens fixa-se na memória sendo este processo será reversível até um determinado momento. Logo, o ser humano nasce extremamente, propenso ao aprendizado, necessitando-se de estímulos constantemente, quer sejam eles internos ou externos, para a aprendizagem. E esta se dará em um meio social e temporal na qual o indivíduo relaciona-se, em ambiente de

continua convivência com seus pares ou até mesmo de forma individual, sendo que sua conduta será alterada em função destes mesmos fatores.

Sequencialmente, Vygostsky (2003), salienta que o pensamento propriamente dito é o resultado do aspecto emocional, ou seja, de desejos, necessidades e metas que objetivam-se ser alcançadas. Independentemente de cada pensamento, sempre existe uma tendência afetiva para cada ação planejada. Logo, é indispensável, que se pondere a respeito das relações afetivas, do contexto emocional e da maneira como cada indivíduo se percebe e se situa no mundo. Planejar-se cada ação pedagógica levando-se em conta o universo de cada aluno, suas peculiaridades, suas especificidades, nos seus mais diferentes aspectos é fator crucial. Preocupar-se com a aprendizagem é tarefa de extrema abrangência, perpassa muitas instancias e vai muito além, do simples planejar tarefas que envolvam a cognição, é essencial se pensar em cada indivíduo como um todo. O mesmo autor, acima referendado, ressalta que a escola deve aplicar esforços sobre tudo ao aspecto motivacional dos alunos, quer seja de maneira intrínseca ou extrínseca, pois dessa forma, ativam-se e estimulam-se os recursos cognitivos. Ter-se esse aspecto como aliado e efetivo no processo de aprendizagem é imperativo.

Outro fator preponderante, a qual deve-se ter um olhar especial a ser lançado pelo professor é o feedback, nas diversas tarefas executadas, deve-se ser corretivo, informativo, apontando o problema detectado, entretanto que este também indique, que oriente rumo a melhor alternativa para a resolução do mesmo. Faz-se mais que necessário que se monitore de perto, o grau de dificuldade e assertividade ou não, afim de que se desenvolva a cultura da qualidade.

Ao debruçar-se em perspectivas para um futuro percebe-se ser estritamente necessário que o professor possibilite ao aluno agregar novas competências e habilidades, utilizando-se de estratégias de métodos que se ajustam as necessidades, bem como um currículo bem estruturado, sem jamais desprezar o vital papel que a motivação exerce nesse processo. Procedimentos de incentivo que buscam as causas para que o aluno se torne motivado garantem uma aula prazerosa e atrativa, logo, mais produtiva por parte do professor, pois o ato educativo está diretamente ligado a comunicação. O ensinar terá significância quando este interfere na aprendizagem, por isso se faz necessário entender como o professor ensina e como o aluno aprende (Paiva, 2008), somente assim o processo educativo tornar-se-á efetivo e o aluno aprenderá a sentir, a agir e apensar frente os desafios propostos. Não há aprendizagem sem que exista o fator motivacional direcionando a ação. Assim um aluno motiva-se quando sente a necessidade de aprender e atribui sentido ao aprendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo é possível afirmar que a motivação no contexto educativo como um todo, não apenas aos alunos de AEE, é fator preponderante no quesito qualidade e desempenho na aprendizagem. Pois, percebe-se que, indiscutivelmente, um aluno motivado revela-se um participante ativo em todo o processo, despende-se em esforços nas questões desafiadoras, utiliza-se de estratégias apropriadas, desdobra-se em desenvolver novos saberes e fazeres, novas habilidades de compreensão e domínio. Manifestando-se um genuíno entusiasmo na execução de tarefas e uma altivez diante de seus resultados e conquistas.

Portanto, torna-se imprescindível criar-se esta cultura de atuação motivacional na escola, bem como com todos os atores envolvidos e atuantes nesse cenário. Afim de que, se tenha um pilar a mais no eixo educacional, o qual torna-se essencial para o ato de aprender.

REFERÊNCIAS

ZABALA, A; ARNAU. L. **Como ensinar e aprender competências**. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2010.

BALANCHO, M.J.; COELHO, F. **Motivar os alunos - criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas**. Lisboa: Texto editora, 1996.

BORUNCHOVICH, E. **A motivação do aluno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

GARRIDO. I. Motivacion, emotion y accion educativa. Em: Mayor, L. e Tortosa. F.(EDS). **Ambitos de aplicacion de la psicologia motivacional** (p. 234-343). Bilbao: Desclee de Brower, 1990.

MURRAY, E.J. **Motivação e Emoção**. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan. 1986.

PAIVA. M.O.A. **Abordagens à aprendizagem e abordagens ao ensino: uma aproximação a dinâmica do aprender no secundário**. Dissertação de doutoramento, Instituto de educação e psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008.

PFROMM. S. N. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU , 1987.

VYGOSTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem** (2. ed.) São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MÍDIAS VIRTUAIS: O QUE ESTÁ ROUBANDO O TEMPO COM A SUA FAMÍLIA?

Carlos Antônio da Silva¹
Rochana Basso²

INTRODUÇÃO

O mundo virtual tem se caracterizado pelo acesso rápido e contínuo da informação, isso tem ocasionado alterações no cotidiano mais imediato das pessoas. Exemplo disso, são os internautas contumazes que têm limitado, ao mínimo, o seu tempo para se encontrar com familiares, amigos até parceiros íntimos por causa das mídias virtuais, como por exemplo, a internet.

Recorrente é o fato, de que as pessoas se relacionam: conectadas, sempre conectadas. Se por um lado, as mídias virtuais proporcionaram mais liberdade de comunicação também é verdade que colocaram em risco os relacionamentos, de um modo geral. Na era digital, é possível estar próximo sem estar presente e, essa virtualidade, de certa forma, concorre para a diminuição do fluxo das conversas tradicionais. As redes sociais, têm mudado a forma de se comunicar uns com os outros, e isso tem repercutido no mundo físico, especialmente nas relações humanas.

MUDANÇAS (DE HÁBITOS) NO TEMPO

Longe se vai o tempo dos filós, das rodas de amigos, dos bate-papos de fim de tarde, das conversas de domingo, até mesmo dos longínquos serões (do latim *seranu*, *seru* "tarde") onde revisitavam-se experiências, adquiriam-se outras, tudo por meio da conversa, ou mais incisivamente, roda de conversas, de muitas conversas. Aliás o termo conversa precisa ser definido, pois caiu no esquecimento, poderia se dizer, recuperado. A palavra “conversa” tem as suas origens na Antiga Roma, ela vem do latim *conversatio*. É composto por *com*, que significa “junto”, e *vertere* “Virar-se para”. Ou seja, voltar-se para falar com alguém. Ouvir. Voltar a falar. Comunicar-se.

Algo que não mudou muito no mundo virtual, diz respeito às crianças de outrora bem como aquelas de hoje: em tempos pretéritos não lhes era permitido interagir na conversa dos adultos. Na contemporaneidade, as crianças continuam alijadas do diálogo, só que hoje, sedadas pelas atraentes mídias pulsantes. É muito frequente, nos escassos momentos em que as famílias se encontram, a cena ébria de todos sentados, meio que colados uns aos outros, porém, todos em silêncio, cada um “ligado” em seu dispositivo eletrônico.

É a mudez virtual, que entra na vida das pessoas, por meio das mais variadas tecnologias, justamente quando as relações humanas deixam de ocupar o seu lugar. Muito melhor seria, se os hiatos do silêncio fossem preenchidos com conversas mais amistosas, afetuosas, às vezes.

¹ Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim

² Especialista em Direito Civil e Direito Civil Processual. Mestranda em Educação URI Frederico Westphalen

Como inspira Lévi (1994) tecnologia ajuda, mas calor humano faz falta.

A praticidade dos aplicativos que existem induzem a relacionamentos *on line*, e facilitam a perpetuação do distanciamento ou do isolamento. Afetam, por exemplo, também práticas comuns e espontâneas do dia a dia como a alimentação, que passa a dividir espaço com o incessante chamado sonoro e luminoso das mídias. Assim como abrir e-mails de trabalho no ambiente familiar pode ter consequências ainda latentes na maioria dos seus usuários, mas virão.

Segundo o IBGE (2017), o Brasil tem quase a metade da sua população presente de forma ativa nas redes sociais, o que tem gerado uma dependência virtual exacerbada. Esse fato é recorrente e desencadeia um círculo virtual vicioso, pois os pais são vistos pelos filhos de forma sorrateira e isso pode conduzir ao acesso midiático precoce na vida dos seus filhos, o que é indicativo de que as relações familiares, por certo não acontecerão em sua plenitude.

As crianças que nasceram em espaços ou ambientes conectados, têm limites impostos até aproximadamente os dez anos, após esta faixa etária, parece menos exitoso o fato dos pais conseguirem lidar com esta problemática na sua completude.

Nas escolas a situação se repete, a formação inicial dos professores, nem sempre alcança a versão geométrica de como a tecnologia evoluiu. Muito menos pode-se retirar o computador e outras mídias da vida das pessoas.

Entretanto, a geração digital está perdendo a capacidade de se aprofundar em conhecimentos e aprendizagens por conta do seu modo de vida cotidiano. Visualizações rápidas, superficiais, efêmeras, triviais. Isso traz a sensação de que se está perdendo habilidades, como a imersão em leituras, na compreensão, na redação e por consequência na própria expressão oral, como até mesmo numa simples fala coloquial. A comunicação nunca teve tanto aparato tecnológico que lhe favorecesse, e quando estes chegaram acabaram por minimizar o cabedal para o ato de comunicar-se.

É necessário saber diferenciar informação de conhecimento e de sabedoria também. A primeira relaciona-se com a prática cotidiana de informar-se; o segundo é quando advém ações que são premissas a uma determinada problemática, a última é aplicada quando o cotidiano pede respostas infalíveis.

Embora as crianças de hoje pertençam a geração digital, é bem provável que se fosse perguntado sobre a atenção dos seus pais, elas dariam como uma das respostas o fato de que estes andam muito distraídos em relação a serem ouvidos por eles. E o grande responsável pela distração ou distanciamento em relação aos filhos seriam os celulares de seus pais, que absorvidos por estes dispositivos eletrônicos mal conseguem ouvi-los, ou talvez até nem vê-los.

E o vício cibernético tem características irresistíveis: linguagem visual muito atraente e cada vez mais fácil de ser manipulada, é possível ter todas as informações à mão e na distância de um toque digital, apenas.

Esses novos artifícios da vida moderna têm afetado também a dinâmica de relacionamento entre casais. É necessário resgatar de que maneira estão ocorrendo as relações familiares. E neste contexto, verificar se os aparelhos midiáticos estão sendo usados com muita frequência, se está ocorrendo a sensação de que se está perdido, faltando algo. Isso também pode ser indicativo de que está havendo pequenos afastamentos iniciais das pessoas dos seus ambientes mais próximos, e que poderão se transformar em ausência contumaz.

Com relação às crianças e adolescentes, o fascínio pelas mídias virtuais advém de recursos como luzes, cores, animações, sons que são prevalentes nas telas de *smartphones*, *tablets*, entre outros.

O fato de que a imagem na televisão, no cinema, no vídeo é sensorial e tem um grande componente subliminar, como alerta Moran (2013), passa muitas informações que não se capta claramente. A força da linguagem audiovisual está no fato de ela conseguir dizer muito mais do que se capta, de ela chegar simultaneamente por muitos mais caminhos do que conscientemente percebe-se e de encontrar dentro de nós uma repercussão em imagens básicas, centrais, simbólicas, arquetípicas, com as quais identifica-se ou que se relacionam conosco de alguma forma.

As novas tecnologias de comunicação, sobretudo a televisão e o computador, de acordo com Kenski (2014), movimentaram a educação e provocaram novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo vinculado. A imagem, o som e o movimento oferecem informações mais realistas em relação ao que está sendo ensinado. E então o professor, neste momento, precisa mudar a sua conversa.

Diante desse arcabouço, capitaneado pelas mídias virtuais, percebe-se que se foi o tempo em que era possível cantar para acalmar um bebê, contar histórias enquanto se esperava por uma consulta pediátrica, ou ainda desenhar na mesa enquanto a refeição era servida. Foi o tempo em que o papel era quem aceitava tudo.

Porém, nem tudo isso é ruim, pois de acordo com a neurociência, as estimulações funcionam como treinamento cognitivo. Ou seja, trabalham a memória operacional e a visual de seus operadores, como que exercitando o cérebro e seus reflexos mais diversos.

O cauteloso, é o fato de que o contato exagerado com as mídias digitais pode ludibriar o principal ingrediente incondicional do desenvolvimento de qualquer criança: o afeto. E este, nenhuma máquina tem, ainda. Para a criança é importante o contato face a face, a fim de desenvolver sua linguagem, o senso de direção, o equilíbrio motor vinculado à audição, por exemplo. Mesmo assim, nenhum dispositivo virtual deve substituir o contato com os pais. Somente com o pai e a mãe, ou seja, com pessoas, é possível criar experiências como a emissão de sons pelo movimento dos lábios (balbucios, pequenos diálogos, conversas), incentivo a expressões como mímicas faciais, movimentos de pálpebras, gesticulações diversas. Psicomotricidade. E isso se prolonga na figura dos irmãos, avós e outras pessoas do convívio familiar mais próximo.

Entretanto, algumas vezes, as mídias virtuais são banalizadas e troca-se o aconchego humano por entretenimentos com os aparelhos eletrônicos, meio que espontaneamente, instintivamente, descuidadamente.

Para situações assim, recorre-se a ciência que tem provado que o excesso de contato com mídias virtuais por seus diferentes aparelhos (dispositivos) pode causar distúrbios do sono, diminuição do rendimento escolar, problemas de visão e audição, além de comprometimento esquelético - gênese de certas dores de cabeça -, entre outros. Assim, o melhor a fazer é apelar para o bom senso no uso de aparelhos digitais.

Embora o uso precoce e excessivo de mídias digitais seja um fenômeno recente no cenário infantil, a Sociedade Brasileira de Pediatria (2017) recomenda que tempo total em frente à tela não exceda duas horas por dia, sendo que cada sessão não deve passar 30 a 40 minutos. Para que este tempo seja alcançado sem grandes rebeldias, indica-se o oferecimento de repertórios variados além da disponibilidade de tempo dos progenitores, o que alcança uma investigação dos impactos e repercussões sobre a dinâmica familiar, desenvolvimento, comportamento e aprendizado infantil.

A abdução social aliada à pressão da sociedade, das relações interpessoais, da indústria do entretenimento e lazer, conduz ao reducionismo do mundo tecnológico incluso na complexidade dos tempos atuais, onde a influência tecnológica-midiática torna-se cada dia mais forte e sua utilização essencial para a sociedade.

Na sociedade das tecnologias e dos espetáculos, é muito comum encontrar crianças que usam com extrema desenvoltura e exímia maestria *smartphones*, brincam com *tablets*, jogam *games*, entretanto, poucas são capazes de amarrar os cadarços do tênis, pular corda, sapata ou amarelinha, subir em árvores, entre tantas outras atividades de desenvoltura e coordenação motora elementares, primárias. Brincar é preciso, é essencial. Movimentar-se e cantar, também.

RECORRENDO A CIÊNCIA

O acesso das crianças, cada vez mais cedo ao mundo digital e o longo tempo de permanência tem sido apontado como fenômeno globalizado.

Aproximadamente 80% crianças e adolescentes entre 9 e 17 são usuárias das redes sociais, especialmente da Internet, cujo o acesso diário corresponde a 68% delas, e o celular tem sido o principal dispositivo de acesso, bem como a própria casa tem sido o local preferido para estabelecer a conexão com a rede. (BRASIL, CGI.br, 2017)

Para os especialistas da área resta alertar quanto aos problemas, que de alguma maneira têm sido relacionados ao uso precoce e abusivo das tecnologias digitais pelas crianças, entre eles estão: alterações da visão, dificuldade de concentração, distúrbios do sono, riscos auditivos, disfunções posturais e articulares, dificuldades de socialização, atraso de aprendizagem, obesidade, agressividade, *bullying*, radiação e dependência incondicional do aleitamento digital.

Os vícios digitais promovem a incapacidade de se relacionar sem ser virtualmente, de manter a concentração e até mesmo dar sequência a um raciocínio lógico por mínimo que seja. É comum o relato de casos de crianças, que dependendo da idade, não comem, nem vão para a cama se não tiverem um dispositivo digital ao lado, trata-se de uma mamadeira virtual/digital.

Essa retrospectiva, ainda que mínima, dos efeitos, por vezes velados, subliminares e prejudiciais do uso intermitente das mídias virtuais seriam o suficiente para convencer que é urgente a necessidade de repensar como as mídias virtuais estão comprometendo os relacionamentos, quer sejam familiares, profissionais e até nos períodos para descanso mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do arrazoado exposto, pode-se inferir que a sublevação, ainda que usada de modo figurativo, é imperativa. Como se fosse uma avalanche, tem levado por diante todos aqueles que acidentalmente ou não, por perto se encontram.

Basta um breve silêncio e a absorção é imediata, uma distração e as mídias virtuais tomam conta de diferentes espaços, independente de quem por lá esteja.

Outros contextos poderiam ser apresentados, com certeza nenhum deles fugiria da celeuma midiática da contemporaneidade. O fascínio das mídias virtuais tem oportunizado encontros, mas os desencontros estão sendo maiores. Tem-se aproximado mais e rapidamente, porém a distância tem sido geometricamente proporcional à aproximação.

O essencial neste momento de contemplação exageradamente midiática, é não permitir que as experiências vividas no mundo cotidiano sejam substituídas pelo imagético virtual, e sobretudo, mover-se por interações humanas de completude rememorando de que existia vida antes da chegada das mídias virtuais e depois também. Espera-se!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro-RJ. 2017.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995. **Comitê Gestor da Internet no Brasil** (CGI.br). 2017

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: O novo ritmo da informação. 8ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LEVY, Pierre. **L'intelligence collective**: Pour une anthropologie du cyberspace. La Découverte, Paris, 1994.

MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. **Documento Científico**. Av. Carlos Gomes, 328 - Auxiliadora / Petrópolis, Porto Alegre - RS, 90480-000 (2017)

A INFLUÊNCIA DOS SUPER-HERÓIS NO CONSUMISMO INFANTIL

Bruna Milena Romanowski¹

Carlos Antônio da Silva²

Francine Fontana³

Rochana Basso⁴

INTRODUÇÃO

É premissa que a construção social de histórias de super-heróis ocorre por meio de diferentes significações e ressignificações ideológicas como a ética, moral, identidade social, padrões de comportamento entre outros aspectos, servindo-se para isso de diversos modelos de entretenimento: narrativo, crítico ou explicativo.

Empiricamente, os super-heróis são vistos como seres do bem, e como tais deveriam ter apenas qualidades, já os vilões são os personagens ricos em defeitos, que têm a única motivação tomar o poder e dominar os demais a qualquer custo. Na intenção de estreitar o universo mágico dos super-heróis e o universo dos espectadores dessas mídias, alguns personagens tomam forma humanizada, de ter qualidades e defeitos como qualquer outro ente, e então ser único. Desejos em comum de outro, são características prevalentes causadas por simbiose.

Na prática e no decorrer da produção de filmes e desenhos animados, os personagens surreais migram para condições de idolatria por parte dos espectadores. Os telespectadores passam a estabelecer uma lista de desejos, na qual constam itens que remetam à história dos seus heróis preferidos e também objetos personalizados que transpassem a essência do ídolo.

As concepções de heróis na literatura historiográfica televisiva mostram que estes surgiram nas revistas em quadrinhos, com o intuito de entreter e também de propagar modelos de cidadãos, os quais ainda que possuam defeitos e qualidades, acima de tudo pretendam fazer o bem à sociedade em geral e à sua maneira, levando em consideração as legislações do lugar e seu então momento histórico. A partir de respostas da audiência aos programas televisivos, algumas dessas histórias tiveram de ser alteradas em alguns pontos, que se tornaram cruciais para o entendimento da tomada de decisão dos super-heróis em determinadas situações.

BREVE DESCRIÇÃO DE SUPER-HERÓIS NOS DESENHOS ANIMADOS

Reconhecendo que as histórias de super-heróis, de início, não eram voltadas especificamente para o público infantil, algumas foram modificadas ao longo dos anos, para atender à conduta moral que a sociedade quer como exemplo. Na intenção de abranger e agradar maior público, é que a maioria destas histórias tiveram adaptações para desenhos animados. Todas as histórias de super-heróis tratadas nesse trabalho aparecem nos desenhos animados, algumas são protagonistas, outros aparecem como coadjuvantes, independente disto, suas características principais são enaltecidas.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

² Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

⁴ Especialista em Direito Civil e Processual Civil

O Capitão América, é um personagem que por ser tradicionalmente patriota, criado nos Estados Unidos, e que desperta nos seus espectadores essa ideologia, de servir à pátria, e defender os seus conterrâneos. Embora pareça extremamente bom defender o seu país, suas histórias rodam o mundo, fazendo com que as crianças de outros países levem em consideração o amor ao território e cultura estadunidense, perdendo o foco patriótico e voltando-se a idolatria capitalista com fundamentação religiosa protestante.

Representando as mulheres, a fundadora do grupo de super-heróis “Vingadores”, Capitã Marvel, milita ativamente em suas aparições nas histórias ao ocupar o lugar de capitã desse grande grupo. Ela tem atitudes que desafiam a postura estereotipada das mulheres nas mais variadas histórias, e demonstra determinação em suas tomadas de decisões, não se deixando abalar por provocações dos vilões, que em algum momento ou outro, a instigam e desmerecem exatamente por ser mulher e ocupar tal posição.

Nota-se muitas críticas, nas mídias, quanto a sua apresentação em determinados momentos das histórias, comparando a outros super-heróis, figuras masculinas que mantêm a mesma pose e não são criticados da mesma forma. E essas críticas, enaltecem ainda mais a importância de figuras femininas ocuparem tais posições dentro da ficção, para inspirarem meninas e mulheres da vida real, porque é possível uma mulher ser o que quiser, sem se preocupar com as críticas dizendo que está fazendo algo errado, comparando-a com homens que ocupam o mesmo cargo para avaliar pontos que coincidem ou que dão mais certo com um ou outro, e ainda provocações que tem a única finalidade as fazer desistir.

O amigo da vizinhança Homem-aranha, é um personagem que se aproxima da realidade dos adolescentes em geral, tem problemas econômicos, na escola, amorosos e com a família, além de ser divertido e procurar manter tudo equilibrado, aproxima o público jovem de si. Agrada muito por conseguir fazer a justiça da lei, ajudando a polícia local, sem ferir seus princípios. Porém, quando finaliza uma missão, culpa muito a si, e este é um aspecto muito constante nos jovens, pois muitos tentam equilibrar os estudos com o trabalho e reservar um tempo para divertir-se, e quando chega à noite ficam presos em seus pensamentos, sentindo-se insuficientes ou incapazes. A valentia do Homem-aranha ao enfrentar tantas dificuldades no dia-a-dia inspira o público a ver o lado bom das coisas, mesmo nas piores horas, e acreditar num futuro melhor, ultrapassando qualquer empecilho que ocorrer.

Atualmente é o principal representante negro das histórias de super-heróis. Sua história além de envolver uma cultura, que mesmo sendo ficcional representa figuradamente ritos e costumes presentes na vasta e diversificada cultura africana, retrata de forma estratégica questões sobre o racismo estrutural, que existe e ainda é bastante impregnado na sociedade. Partindo para a questão geopolítica, a história mostra uma cidade fictícia que retrata a África sem ação de cidadãos europeus, e que consiste em grandes riquezas, ética e moral próprias além de ser uma sociedade evoluída tecnologicamente. O diferencial dessa história, é que os personagens negros são os protagonistas, sem tratar de assuntos em voga na mídia, como violência, pobreza ou fome. É imensurável a importância de Pantera Negra na desconstrução de estereótipos raciais impregnados na sociedade.

Mais uma sequência de histórias que se aproxima da realidade dos jovens e dos problemas que esses enfrentam ao buscar a aceitação dentro dos grupos sociais. Cada personagem do grupo de mutantes, denominado X-men passa por conflitos individuais, sejam eles com a família, na escola ou consigo, e isso ocorre principalmente entres os jovens, o que não descarta este aspecto no ambiente adulto também. Na busca de se encontrar e de ser aceito, muitas pessoas desenvolvem problemas psicológicos por não se encaixarem nos padrões exigidos e adoecem, e nesse quesito os personagens ajudam muito e são referências, ao incentivar os espectadores a não revidarem com violência, tentarem sempre de forma

pacífica e se mostrar melhor que todo mal que os outros tentam lhes fazer, que têm lá suas qualidades, e que acima de qualquer coisa merecem ser bem tratadas.

Em algumas histórias percebeu-se a reconstrução dos personagens em função de enaltecer características e comportamentos pragmáticos da sociedade estadunidense.

Por ter essa alegria de viver, e ser companheiro de aventuras de Batman, Robin foi taxado como Gay, na forma pejorativa do adjetivo, assim como é, em geral, na sociedade. Outras polêmicas além do apontamento da homossexualidade, como aliciamento de jovens e crianças foi outro alerta, pois Robin é um personagem infantil, e fazia dupla com um homem sexy. Portanto, esse personagem teve que ser transferido para outro desenho animado em que fazia parte de um grupo composto por outros jovens e crianças “Os jovens titãs”, e foi aí que seus poderes são melhor explorados, e sua heterossexualidade também, em alguns episódios do desenho demonstrava interesse em sua colega de equipe Estelar, e esse relacionamento foi desenvolvido durante a série de desenho animado.

Por conta de polêmicas envolvendo aliciamento de jovens e crianças e homossexualidade com o colega Robin, Batman passou a ser descrito nas histórias como um playboy mulherengo, portanto em cada filme ou série, aparece apaixonado ou seduzido por alguma mulher. Debate-se muito sobre a frieza do personagem retratada nas histórias, e como é bem desenvolvida, tanto nos desenhos quanto nos filmes, fazendo com que o espectador use da empatia, pois Batman, ainda criança, viu seus pais serem mortos friamente, e então seu instinto e vingança começou a crescer, nesse meio caminho, desenvolveu habilidades para fazer justiça, e ajudar quem mais precisa dela.

Nas primeiras histórias, Super-homem era bem mais agressivo, combatia o mal exclusivamente com o uso da força. Posteriormente os autores foram suavizando essa característica, fazendo com que sua conduta moral fosse modificada, pois o acesso aos gibis e filmes havia chegado ao público infantil. O início de sua fama como super-herói foi no combate à violência doméstica e assaltos, portanto, reforça que os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa são os principais na sua lista de defesa. Sua dualidade entre Clark Kent e Super-homem lhe traz alguns problemas e dificuldades nos relacionamentos.

A principal figura feminina da companhia DC vem de uma ilha onde encontram-se apenas mulheres, portanto defende com totalidade as mulheres e seus direitos. A Mulher Maravilha, é uma das importantes representantes femininas no universo fictício dos super-heróis.

Super Choque é a principal figura do jovem negro do século XXI retratada nas histórias de super-heróis. Assim como anteriormente explanado, os jovens têm a necessidade de buscar aceitação fora do vínculo familiar, e Virgil é a representatividade de quem nasce num bairro pobre e violento, e tem a necessidade de provar que é diferente dos demais em sua sociedade todos os dias, e ele é julgado até mesmo quando está fazendo o bem. Isso acaba instigando nos espectadores um senso de empatia e angústia pelas injustiças que o personagem passa ao longo da série.

AS INFLUÊNCIAS SUBLIMINARES DOS SUPER-HERÓIS NA VIDA INFANTIL

O Código do Consumidor (CDC) garante no Art. 37, da Lei 8078/90, que: “É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.” No parágrafo 2º, define abusiva por: “publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”.

Para o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), principal órgão do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, a publicidade infantil apelativa fere o que está previsto na Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) publicado em 4 de abril de 2014, no Diário Oficial da União, a Resolução 163/2014 do Conanda, que contempla a proibição do direcionamento à criança de anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, banners e sites, embalagens, promoções, merchandising, ações em shows e apresentações e nos pontos de venda. O texto versa também sobre a abusividade de qualquer publicidade e comunicação mercadológica no interior de creches e escolas de educação infantil e fundamental, inclusive nos uniformes escolares e materiais didáticos.

Recortando os principais pontos dessa lei:

Art. 2º Considera-se abusiva, em razão da política nacional de atendimento da criança e do adolescente, a prática do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança, com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço e utilizando-se, dentre outros, dos seguintes aspectos:

I - linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores;

II - trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança;

III - representação de criança;

IV - pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil;

V - personagens ou apresentadores infantis;

VI - desenho animado ou de animação;

VII - bonecos ou similares;

VIII - promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil; e

IX - promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil.

O parágrafo 2º da mesma lei refere-se às propagandas informativas, sejam elas sobre segurança, educação, saúde, entre outros itens relativos ao melhor desenvolvimento da criança no meio social. Sendo assim, campanhas de vacinação, alimentação saudável, combate às drogas, são formas de publicidades legais a serem interiorizadas pelas crianças, a apelação seria utilizada de forma útil para a melhora de vida delas.

A bondade, bravura, força, dentre outras características primordialmente presentes nos protagonistas das histórias de super-heróis chamam a atenção e influenciam as crianças a desenvolver apego emocional e afetivo com suas histórias. Adquirir itens que remetam a estes seres, aproximam as crianças a esse universo. Há inúmeras formas de obter o ídolo mais próximo de si, seja: em casa, na decoração do quarto; na escola, no material escolar; na rua, com os gibis; nas comemorações, usando como decoração; em diversos outros espaços internos ou externos às suas residências, com os acessórios e vestuário.

Apresentam-se, a seguir, alguns traços subliminares dos super-heróis mais populares, comercializados principalmente para o público infantil.

As crianças associam a alimentação saudável aos super-heróis e as comidas industrializadas aos vilões. Mesmo assim, as redes de *fast-food* que já investem na propaganda de seus produtos, apelam mais ainda ao público infantil, que é influenciado a desejar produtos que remetam aos seus personagens favoritos. A publicidade apelativa em questão, é que algumas dessas redes forneçam brindes com a imagem dos super-heróis em troca da compra de seus alimentos.

Quando se procura por estes itens, percebe-se ausência dos ícones femininos, retratando, subjetivamente, que o público alvo dos super-heróis são meninos, e que as heroínas não fazem tanto sucesso. Estereótipo de que há brinquedos de meninas e de meninos, se desfazendo da ideia de que brinquedo é coisa de criança. Essa problemática, ao ser internalizada pelas

crianças, refletem nas distintas brincadeiras, jogos, esportes e no futuro, com a distinção de salário entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. Um exemplo nítido é o futebol, que é uma categoria do esporte que provém de muitas figuras femininas, talentosas dentro e fora de campo que não são justamente reconhecidas, ou que quando reconhecem suas habilidades são comparadas aos colegas do futebol masculino. Além de prejudicar as mulheres dentro da sociedade em geral, por tomadas de atitudes reconhecidas exclusivamente como dos homens. Um detalhe que se torna um empecilho na formação da identidade de meninas que crescem com o senso de inferioridade.

O ponto crucial que se encontra na propaganda desses produtos é consumismo infantil, ideologia perigosa para o desenvolvimento dos consumidores mirins, assim denominados pois são aqueles que escolhem o que os responsáveis vão comprar, em muitos casos. As crianças são alvos principais das propagandas, e ao serem atingidas se tornam fiéis a produtos, marcas e à necessidade de consumir, prática imposta pela mídia, que deve ser estudada e tratada com a devida importância. Os seres em formação ainda não reconhecem totalmente os riscos que o consumismo excessivo exerce sobre eles, cabe aos responsáveis conhecerem os direitos que têm, não só de cortar gastos, mas de denunciar possíveis abusos das campanhas publicitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há a necessidade de primar por uma apresentação verdadeira do produto ou serviço oferecido, esclarecendo sobre suas características e funcionamento, considerando especialmente as peculiaridades do público-alvo a que se destina. Sendo justa, e procurando aperfeiçoamento dos produtos ofertados. A propaganda apelativa e enganosa é um desserviço à formação dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristina Batista de. A escola: construção social, acontecimento e cotidiano. **Revista Solta a Voz**, v. 19, n. 2. Goiânia, 2008.

ARISTÓTELES, De Anima. **Metafísica**. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentários de Giovanni Reale São Paulo: Loyola, 2001.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. <http://www.ufrgs.br/epsico/subjetivacao/tempo/juventude-contrucao-social.html>. Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. Resolução CONANDA Nº 163 DE 13/03/2014.

BRASIL. Art. 37 do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8078/90.

BOWEN, M.; KEER, M. E. **Family Evaluation: Diffrentiation of Self**. Tradução: VASCONCELOS, Nina; CASTILHO, Vânia. New York: Ed.W.W. Norton & Company, 1988. p. 89-111.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

DUTRA, Joatan Preis. **História & História em Quadrinhos**: a utilização das HQs como fonte histórica político-social. Santa Catarina. 2002.

GALO, Regina Aranda da Cruz. Dos livros para os quadrinhos: as quadrinizações de obras literárias na sala de aula. **UNOPAR CIENTÍFICA: Ciências Humanas e Educação**, v. 11, n. 2, p. 33-41, 2010.

JOSÉ, Gesilane de Oliveira Maciel. **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: a formação do indivíduo na sociedade contemporânea. Campinas: UNICAMP. 2012.

KALINKE, Marco Aurélio. **Para não ser um professor do século passado**. Ed. Expoente. 1999.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias**: O novo ritmo da informação. Campinas-SP. Papirus. 2012.

LÉVY, Pierre. **L'intelligence collective**: pour une anthropologie du cyberspace. La Découverte, Paris, 1994.

SOARES, Diones; CHALHUB, Anderson. **A influência dos super-heróis no processo de diferenciação do self em crianças**. Ed. UNIJORGE, Salvador. 2010.

SILVA, Cinthia Lopes da. CEZARINO, Marília SOUZA, Marcio CARVALHO, Lucas de Andrade. Ferreira de. **Experiências pedagógicas a partir de histórias em quadrinhos de super-heróis**: educação para o lazer. Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Piracicaba. 2018.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Grafhia Editorial, 1999.

VIANA, Nildo. **Heróis e super-heróis no mundo dos quadrinhos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. 2002.

A PRESENÇA DO MEDO INFANTIL EM VÍDEOS DO FOLCLORE BRASILEIRO

Francine Fontana¹
Carlos Antônio da Silva²
Bruna Milena Romanowski³
Rochana Basso⁴

INTRODUÇÃO

A fim de tornar as aulas mais atrativas, professores utilizam dos vídeos como ferramenta auxiliar em suas aulas. De acordo com Rover *et al.* (2006, p.136): “O vídeo é capaz de conjugar imagem e som, motivar e prender a atenção, pois provoca todos os sentidos; é um recurso audiovisual que, quando usado de forma coerente, tem grande potencial educativo”.

Os vídeos disponibilizam informações que atraem a atenção de quem as vê, pois não são informações representadas em formas de palavras escritas, além delas se tem os recursos de imagens e sons que prendem ainda mais a atenção.

Estes em suas constituições despertam emoções a quem os assistem, sejam elas positivas ou negativas, essas emoções quando ligadas a realidade, passam a ter significação, sendo assim, os vídeos com funções educativas podem ter contribuições na aprendizagem. Conforme Rover *et al.* (2006, p.145) reforça que: “Entende-se o vídeo como um recurso auxiliar do professor e deve ser enfatizado como um instrumental que permita aos alunos não apenas o aprender pela imagem, mas também o apreender da própria imagem novas situações de aprendizagem”.

Estes recursos unem-se às metodologias utilizadas pelos professores, que sem analisá-los com cuidado antes, buscam um vídeo que contenha informações básicas referente a determinado assunto e utilizam para a introdução de uma nova aprendizagem. Portanto, o professor não percebe que o vídeo possui além de algumas informações básicas a serem repassadas aos alunos, nele contém cenas, falas, ações que por muitas vezes passam despercebidas aos olhos dos professores, mas que para os alunos possa ter um resultado diferente, seja positivo ou negativo.

Por vezes, os professores contam uma lenda que corresponde ao folclore brasileiro, e os alunos, tendo acesso momentâneo a internet, buscam por mais informações na rede, tem-se aí outra forma de contato com os vídeos. Por muitos usados como uma forma de entreter crianças, distrair ou como forma de educação nas escolas, mas o que não se percebe é que nestes vídeos podem conter cenas, falas, sons, dentre outros aspectos que podem despertar um sentimento psicológico na criança, sendo este sentimento o medo.

Há uma permissividade irrestrita frente aos multimeios, portanto, se ocorrer o acesso sem um acompanhamento ou mediação de um adulto, a criança estará assistindo e interiorizando informações contidas nos vídeos, pois eles possuem aspectos que prendem a atenção e são capazes de passar diversas informações em apenas alguns minutos.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

² Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

⁴ Especialista em Direito Civil e Direito Civil Processual. Mestranda em Educação URI Frederico Westphalen

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

O medo na concepção de Lima (1970, p. 356) é: “as situações de perigo que provocam o medo, ou seja, são os estímulos que pela aprendizagem, o indivíduo sabe representarem fatores de desprazer, de consequências negativas e prejuízos.” O autor ainda afirma que o sentimento de medo pode dispor o indivíduo a agir com maior vigor em determinadas situações. Patologicamente, os sintomas do medo podem afetar órgãos do corpo humano, como por exemplo, aceleração cardíaca, mal-estar no estômago, falta de ar e de voz, arrepios, entre outros, sendo que o maior nível do medo corresponde ao terror.

Já nas palavras de Schoen e Vitalle (2012) o medo é um sentimento que serve como forma de proteção quando o indivíduo se depara em uma situação considerada perigosa, fazendo com que este busque diferentes estratégias para enfrentá-la. Os medos são expressados por meio da ansiedade, ocasionando outros fatores físicos ou psicológicos, como o suor, o tremor, tristeza, dificuldade de interação com outros, dependência dos adultos, incapacidade de resolver problemas, entre outros. Essas manifestações podem ser momentâneas, desde que o indivíduo as saiba enfrentar, no entanto, quando o medo é excessivo, o sujeito se torna incapaz de realizar esse confronto.

Esta emoção se faz presente em todos os seres humanos e em todos os momentos de suas vidas. Celeri *et al.* (2010) ao traduzirem o artigo de Charles Darwin “A Biographical Sketch of an Infant”, publicado no periódico *Mind* em julho de 1877, relatam o estudo de Darwin a respeito do desenvolvimento humano, no qual o mesmo fala sobre o desenvolvimento da criança pequena, que partiu de observações e análises feitas em seus filhos. Assim, Darwin relata sobre alguns “indicativos comportamentais de emoções” presente nas crianças, sendo o medo um deles. Para Darwin, o medo é um dos primeiros sentimentos vivenciados pelas crianças, desde os primeiros meses de vida, descobriu isso ao fazer barulhos altos perto de seu filho e o mesmo responder com o choro. Conforme as crianças crescem os medos continuam presentes, mas causados por fatores diferentes, o que ele chama de “medos vagos e indefinidos”, como por exemplo, o escuro.

Para Queiroz e Guimarães (2014) o medo pode ter respostas positivas, quando se trata de um alerta ao perigo. Para os autores, medos de escuro e de animais podem ser considerados normais para crianças, medos de seres sobrenaturais considera-se normal para crianças de 4 a 6 anos, desde que não alterem seus comportamentos, suas ações, sejam elas na escola ou de sua personalidade. Ainda retratando o medo como um sentimento positivo, Custódio (2015) faz a relação do medo com o prazer, pois muitas vezes se busca o que ocasiona o medo como forma de se divertir e se satisfazer, é o caso de parques de diversão ou esportes radicais. Mostrando assim um lado positivo do medo, como uma forma de instigar o ser humano a compreender o que causa estranhamento ele.

Ao analisar os autores a cima citados, pode-se dizer que o medo é um sentimento cujo o ser humano está destinado a sentir, ou seja, já faz parte de sua constituição biológica e psicológica, sendo normal qualquer pessoa se sentir ameaçada perante alguma situação, retratando este sentimento como normal e positivo, no entanto, o que se pode ressaltar, é que o medo possui limites, pois se uma pessoa entra em contato extremo com esse sentimento, os resultados podem ser negativos.

Para Silva (2017, p. 22):

Quando se está nas primeiras fases da vida humana, o medo é apaziguado por um adulto. Porém, se nessa mesma fase esse medo se transformar em algo que atrapalha o desenvolvimento físico ou intelectual da criança, é necessário procurar um especialista que o

ajude a criar barreiras ou uniforme de maneira sensata como conduzir a sua angústia para melhorar a sua qualidade de vida.

O medo que um adulto possui pode vir desde sua infância, independentemente de qual for a razão desse medo, podendo afetar o seu próprio comportamento, personalidade e até desenvolver fobias e/ou inseguranças, que o acompanharão durante todo seu desenvolvimento humano. Ao ter contato com esse sentimento, a criança buscará formas de enfrentá-lo ou então precisa de ajuda de um adulto para mediar essa situação, porém, se esse medo não for minimizado ou sanado, a criança irá crescer e esse sentimento irá acompanhá-la, até virar uma fobia, que afetará seu modo de viver, sentir e se expressar.

MEDO E FOLCLORE

O folclore é conceituado por Globo *et al.* (1967 p. 134) como: “Ciência que estuda determinado tipo de fato social, aquele que se caracteriza, principalmente, por ser anônimo e não-institucionalizado e, eventualmente, por ser antigo, funcional e pré-lógico.”

Atualmente, a conceituação está acrescida de manifestações folclóricas que são interpretadas como impulsos, forças inconscientes, ligadas à própria alma do povo que as recebeu de uma fonte comum universal. Alguns autores indicam que: [...] há necessidade de serem preservadas as “antiguidades populares”, isto é, os restos de lendas, baladas, tradições que representavam usos e costumes antigos, ameaçados de desaparecer, e com eles os testemunhos da sabedoria anônima das gerações pretérita. (COELHO, 2009).

Por ser um país rico em culturas, o Brasil é um lugar em que se existe diversas lendas folclóricas, pois a cada cultura existem diferentes modos de viver, com músicas, culinária, vestimentas e lendas típicas de cada região, na maioria das lendas os personagens são seres sobrenaturais ou animais que habitam lugares em meio a natureza. Dessa forma, os adultos utilizam desses personagens para a imposição de limites nas crianças, mas sem levar em consideração as consequências que podem vir a ter.

Conforme o relato de Custódio (2015) sobre os monstros, estes são os principais causadores do medo e recebem diferentes caracterizações de acordo com os aspectos culturais, correspondem a formas de ocasionar medo nos indivíduos, sendo o balizador entre aquilo que é permitido ou que vai contra os princípios emanados de uma determinada cultura.

Carapuça (2017) apresenta os monstros como sendo uma fonte do desenvolvimento do medo nas crianças nos últimos séculos. Desde a Grécia antiga, por meio da mitologia, os monstros estão presentes na vida do ser humano, eram retratados como sendo uma mistura de seres humanos com animais, eram eles quem assustavam os famosos heróis daquela época. Os anos foram passando, mas, os monstros sempre estiveram fazendo parte da história, foram ganhando uma “fama” mais elevada e indo parar em telas de cinema, livros, histórias infantis, aparecendo em diferentes lugares e de diferentes formas, sendo recorrentes no folclore.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura consultada mostra que o medo e o folclore estão fortemente entrelaçados. Personagens assustadores, monstros, seres sobrenaturais, todos fazem parte do rico folclore brasileiro, no entanto, eles possuem uma função diferente da de contar lendas de diferentes regiões do país, no contrário são utilizados para a imposição de autoridade dos adultos sobre as crianças, fazendo com que as mesmas obedeçam os seus comandos, se as crianças fizerem

algo contraditório a isso, são esses personagens que irão realizar algum ato maldoso com elas.

As crianças criam fobias desses seres, que afetam seus comportamentos, trazendo insegurança, timidez, dificuldade de se relacionar, não saber como se portar diante de uma determinada situação, dentre outros fatores, onde o medo tem causas externas, geralmente geradas a partir de ações do cotidiano nas quais os adultos projetam situações de controle, disciplina, entre outros, ocasionando bloqueios que serão perpetuados até que as crianças alcancem sua maturidade psicológica.

REFERÊNCIAS

CARAPUÇA, B. T. **Os monstros na ilustração para a infância**. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Artística) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

CELERI, E. H. R. V.; JACINTHO, A. C. A.; DALGALARRONDO, P. Charles Darwin: um observador do desenvolvimento humano. **Latinoam. Psicopat. Fund.**, v. 13, n. 4, p. 558-576, 2010.

COELHO, N. N. Folclore. **E-Dicionário de Termos Literários**. Lisboa/Portugal, 2009. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/folclore/>. Acesso em: 5 maio 2019.

CUSTODIO, P. C. **O fascínio pelo medo: elementos que instigam**. 2015. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP, 2015.

GLOBO. **Dicionário de Sociologia**. Porto Alegre/RS: Editora Globo, 1967.

LIMA, L. P. **Dicionário de Psicologia Prática**. v. 2. São Paulo/SP: Honor Editorial Ltda, 1970.

QUEIROZ, Z. F. R.; GUIMARÃES, J. M. C. O medo em crianças de infâncias diferenciadas. **Revista Intercâmbio**, v. 5, p. 53-75, 2014.

ROVER, A.; FERREIRA, A. T.; LÜCKMANN, L. C.; MOTERLE, R. R. O vídeo no processo de mediação didático – pedagógica da Educação a Distância. **Roteiro**, v. 31, n. 1-2, p. 135-158, 2006.

SCHOEN, T. H.; VITALLE, M. S. Tenho medo de quê? **Ver Paul Pediatr**, v. 30, n. 1, p. 72-78, 2012.

SILVA, L. C. **O medo e sua construção de sentido através da literatura infantil: uma reflexão do livro “Pequeno Manual de Monstros Caseiros”, de Stanislav Marijanovic**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Linguagens e Códigos/Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, MA, 2017.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNDO DIGITAL - A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Rochana Basso¹
Carlos Antônio da Silva²
Francine Fontana³
Bruna Milena Romanowski⁴

INTRODUÇÃO

As tecnologias estão cada dia mais presentes no cotidiano do ser humano. Considera-se quase impossível a sobrevivência sem os dados e as mídias oferecidas pelo meio digital. A evolução tecnológica é muito rápida, a adaptação tem que ocorrer de forma instantânea. E quem consegue, utilizar desses meios com facilidade, são as crianças e os adolescentes.

O aproveitamento que se faz dos recursos digitais é questionável, principalmente para crianças e adolescentes em fase de aprendizagem. Essas mídias são utilizadas, na maior parte dos casos, sem controle e sem ressalvas. O que poucos lembram, por assim dizer, é que para a maioria dos acessos virtuais, exigem a realização de um cadastro, quando esse não é solicitado busca-se nos dados já cadastrados no e-mail. Assim, todas as informações pessoais ficam à mercê da segurança fornecida pela própria rede de tecnologia.

Dessa forma, procura-se por meio deste artigo, apresentar as orientações jurídicas trazidas pela Lei 13.709/2018 que disciplina a Proteção dos Dados Pessoais (LGDP), demais normatizações e doutrinas com intuito de orientar sobre a divulgação de dados pessoais na internet, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes.

TECNOLOGIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para Veloso (2011, p.3) o conceito de tecnologia pode ser aplicado a tudo aquilo: “que, não existindo na natureza, o ser humano inventa para expandir seus poderes, superar suas limitações físicas, tornar seu trabalho mais fácil e sua vida mais agradável.” Além disso, diz ainda que tecnologia: “não é apenas instrumento, ferramenta ou equipamento tangível. Ela pode constituir-se por elementos intangíveis, como procedimentos, métodos, técnicas [...]”

Corroborando com Veloso, Tajra (2012) ressalta que a tecnologia vai além de simples equipamentos, isto porque está presente até mesmo em elementos não tangíveis. Sendo que as classifica em três grupos. Destaca como tangíveis as tecnologias físicas que são as inovações de instrumentos físicos tais como computadores, televisores, aparelhos eletrônicos e muitos outros equipamentos tocáveis. Há também as tecnologias organizadoras que são maneiras de relacionar-se com o mundo e com os diversos sistemas e métodos. E as tecnologias simbólicas que relaciona a forma de comunicação entre as pessoas, ou os símbolos da comunicação, ambas consideradas não tangíveis.

¹ Especialista em Direito Civil e Direito Civil Processual. Mestranda em Educação URI Frederico Westphalen

² Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim

³ Acadêmica do curso de Pedagogia URI Erechim

⁴ Acadêmica do curso de Pedagogia URI Erechim

Notavelmente, o expressivo avanço tecnológico tem difundido e propagado inúmeras possibilidades na aplicação de tais recursos. A presença significativa dos aparatos tecnológicos tem oferecido à sociedade diversas variedades e apropriação, na qual visa o aperfeiçoamento e aprimoramento das práticas desenvolvidas pelo ser humano. Como destaca Veloso (2011, p.3): “A tecnologia tem estado presente em cada vez mais espaços da vida social”. Cada recurso tecnológico desempenha importantes tarefas no cotidiano humano, tornando um recurso facilitador das práticas diárias.

Em virtude da aplicação dos diferentes recursos disponibilizados à sociedade humana, percebe-se que a expansão de seus poderes e de sua autonomia desfaz quaisquer restrições que surjam no processo de evolução.

Na sociedade atual a globalização e o uso em massa das tecnologias vêm sendo uma característica que influencia no contexto geral das pessoas, além do que é uma linguagem que o homem utiliza enquanto meio de comunicação, se amplia gradativamente servindo para as transformações culturais, inclusive.

Levy (1994) afirma que o desenvolvimento de novos instrumentos de comunicação impulsiona e ultrapassa as gerações, mas põem novas bases de problemas do laço social. Então, esse sistema de comunicação deveria propor um compartilhamento de conhecimentos e possibilidades de transformação da sociedade, permitindo a inteligência coletiva. Para isso, há a necessidade de disciplinar por via legal, as decorrências possíveis do uso das tecnologias.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO LEGAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É senso comum que as crianças e adolescentes estão em constante aprendizagem. Essa nova geração conta com a tecnologia ao seu favor e a usa com frequência. Possuem ao seu alcance, vídeos em alta definição, jogos interativos online, competições virtuais, aplicativos com as mais variadas formas e funções. De fato, esse meio veio agregar na formação do sujeito e a sua busca pelo conhecimento. No entanto, a dificuldade enfrentada é a distinção entre a informação útil e alguns entretenimentos que subliminarmente trazem um contexto de violência, drogas, pornografia, etc.

Assim, para que possa ser feita uma triagem na própria divulgação midiática, o Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe algumas orientações, a citar o art. 74, que disciplina: “O poder público, por meio do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada”. No art. 75 encontra-se que: “Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária”. E no art. 76: “As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”. (BRASIL, 1990, p. 37). É notória a preocupação da Lei quanto ao conteúdo repassado para esse público.

Parafraseando Moran (2013) a imagem na televisão, no cinema, no vídeo é sensorial, sensacional e tem um grande componente subliminar, isto é, passa muitas informações que não se capta claramente. A força da linguagem audiovisual está no fato de ela conseguir dizer muito mais do que se capta, de ela chegar simultaneamente por muitos mais caminhos do que conscientemente percebe-se e de encontrar dentro de nós uma repercussão em imagens básicas, centrais, simbólicas, arquetípicas, com as quais se identifica ou que se relacionam conosco de alguma forma.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A LEI 13.709/2018 QUE DISCIPLINA A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS (LGDP)

De imediato, em seu art. 1º a Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP), explica que “dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”.

E prossegue no parágrafo único desse mesmo artigo, afirmando que “as normas gerais contidas nessa, são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”, redação que foi atualizada pela Lei 13.853, de 2019. Percebe-se, portanto, a proteção e cuidado do Estado, em relação aos dados pessoais com todas as pessoas físicas e jurídicas de sua Nação.

Argumentos trazidos por Pinheiro (2018, p.15) mostram os “[...] princípios, direitos e obrigações relacionados ao uso de um dos ativos mais valiosos da sociedade digital, que são as bases de dados relacionados às pessoas.” Por isso, explica-se por si só a proteção e regulamentação fornecida pelo Estado.

Ao citar Silva (2019), este infere que “diante da constante e indevida manipulação de dados pessoais dos brasileiros, em 14 de agosto de 2018, foi editada a Lei Federal nº 13.709, que dispõe sobre a proteção de tais informações e altera o Marco Civil da Internet, instituído pelo diploma nº 12.965/2014. Não obstante o início da vigência da novel normativa venha a ocorrer ainda em 14 de abril de 2020”.

O mesmo autor ainda indica que a Lei de Proteção de Dados Pessoais dispõe sobre o seu tratamento e como pressuposto, determina que seja dado o aval do indivíduo, possibilitando que este o revogue, altere e/ou solicite a exclusão de determinados itens e a portabilidade destes. Foram expressamente previstas ainda, determinações sobre a segurança, bem como preceitos relativos as boas práticas durante a execução de coleta e uso, recomendando o legislador para o fato de que quando ocorrerá a sua finitude, além de indicar em quais situações será admitido a transferência de elementos informacionais recíprocos. A responsabilização dos usuários que transitam pelos espaços da coleta e do processamento de dados foi regrada por via legal, assim como as premissas para o descumprimento das regras postuladas também são partes presentes de forma contundente no fato posto.

A Ciência Jurídica precisa estar atenta às novas práticas introduzidas pelas tecnologias virtuais, a fim de cumprir com o seu papel regulador e protetor do cidadão comum, zelando pelo perfeito e ilibado proceder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, pode-se afirmar que as tecnologias influenciam e também interferem no desenvolvimento da aprendizagem das crianças e dos adolescentes, trazendo o benefício do conhecimento, porém em algumas situações os cuidados básicos quanto às divulgações dos dados pessoais ficam esquecidos. Assim, o legislador, para amparar a lacuna social, publicou a Lei nº 13.709/2018 que combinada com a Lei 8.069/1990 (ECA) têm o fim de resguardar e proteger o público infantil e jovem da divulgação midiática e em consequência salvaguardar seus dados pessoais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei federal nº8069, de 13 de julho de 1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente. – ECA. Brasília. DF.

LEVY, P. **L'intelligence collective: Pour une anthropologie du cyberspace**. La Découverte, Paris, 1994.

MORAN, J. M; Marcos T. MASSETO, M. A. B. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21 ed. Rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2013.

TAJRA, S. F. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 9. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2012.

VELOSO, R. **Tecnologias da informação e da comunicação: desafios e perspectivas**. V555t. São Paulo: Saraiva, 2011.

PINHEIRO, P. P. **Proteção de Dados Pessoais - Comentários à Lei 13.709/2018**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, J. S. L. da. Dados Pessoais dos Consumidores devem ser protegidos com base na Lei 13.709/18. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-04/direito-civil-atual-dados-consumidores-protetidos-lei-1370918>.

CONTRATOS DIGITAIS: O QUE OS EDUCADORES PRECISAM SABER

Rochana Basso¹
Carlos Antônio da Silva²
Bruna Milena Romanowski³
Francine Fontana⁴

INTRODUÇÃO

As mídias de um modo geral, trouxeram à tona novas formas de gerenciamentos de produtos e serviços que por conta da era digital necessitam de novas leituras a fim de não gerar inseguranças futuras diante do contexto midiático da contemporaneidade. O Código Civil Brasileiro de 2002, apesar de não vislumbrar contratações virtuais, em seu artigo 104, trouxe alguns aspectos obrigatórios para dar validade aos negócios jurídicos, e por consequência, aos contratos, a saber: a) agente capaz; b) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; c) forma prescrita ou não defesa em lei, para citar alguns.

No entanto, considerando as múltiplas dimensões da globalização, do fim das fronteiras nacionais, aculturação de práticas, costumes, alimentação e linguagem, tantas outras que são encontradas facilmente no cotidiano da maioria da população, vê-se a necessidade nacional e até mesmo internacional em progredir com a segurança jurídica afim de acompanhar o acelerado mundo virtual e suas ações.

Não é diferente quando se fala em educação. Esta traz características retrógradas, mas, é cerceada pelas tecnologias digitais, a tal ponto de que o processo didático pedagógico prescinde de multimeios para sua efetivação plena e satisfatória.

Desta forma, este artigo preconiza o uso das tecnologias pelos educadores e alerta para o conteúdo subjacente dos contratos digitais que são aceitos num simples toque digital, às vezes instintivamente, e que por este ato, poderão gerar danos futuros.

A DEFINIÇÃO JURÍDICA DE CONTRATO

O contrato não tem uma definição específica estabelecida no Código Civil, no entanto, a doutrina, traz alguns conceitos estabelecendo que: a) é um ato jurídico bilateral; b) necessita, para sua validade, de pelo menos duas declarações de vontade; c) tem como principal intuito a criação, modificação ou a extinção de direitos e deveres que versam sobre o patrimônio. Via de regra, o contrato é, pelo acordo de vontades e por outros elementos acessórios, o ato de mancomunar estabelecido entre as partes. (TARTUCE, 2018).

Outros fatores importantes de serem observados quando da celebração do contrato, são: a) trazer em seu conteúdo o objeto lícito; b) não seguir em desacordo com a legislação vigente; e c) preservar a boa-fé, função social, econômica e bons costumes. (TARTUCE, 2018)

Em suma, para (PEREIRA, 2018), o contrato é o “acordo de vontades com a finalidade de produzir efeitos jurídicos”.

¹ Especialista em Direito Civil e Direito Civil Processual. Mestranda em Educação URI Frederico Westphalen

² Professor Departamento de Ciências Humanas URI Erechim

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

⁴ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim

Assim, prosseguindo o raciocínio jurídico, o acordo de vontade entre as partes pode ser manifestado, de forma expressa ou tácita, ademais, ilustra o artigo 107 do Código Civil Brasileiro, *in verbis*: “A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”. Estas formas referidas na legislação são historicamente utilizadas no contexto social brasileiro, no entanto, as tecnologias acabaram por interferir na elaboração dos contratos, impondo um formato novo que subverte as premissas mais tradicionais assim como instaura a necessidade de uma reordenação na estrutura tradicional do contrato e até mesmo no seu próprio conceito.

Recorre-se, nesta fundamentação as disposições gerais trazidas pelo Código Civil que, busca por seus artigos disciplinar de modo genérico algumas linhas e princípios que as partes devem observar, como os exemplos citados a seguir:

Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim, na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.

Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código.

Portanto, percebe-se que o legislador sempre teve a intenção de reger de forma a não prejudicar o acordo estabelecido entre os envolvidos, porém, continuou a zelar pela garantia e cuidado da parte mais frágil além do interesse de terceiros, promovendo, assim, a resolução do contrato de maneira ágil, dentro da lisura e da prática legal.

CONTRATOS DIGITAIS: O QUE SÃO?

A origem dos contratos digitais está na Lei Modelo da UNCITRAL (United Nations Commission On International Trade Law), de 1996, que versa sobre o comércio eletrônico. Em seu artigo 5º regra: “não se negarão efeitos jurídicos, validade ou eficácia à informação apenas porque esteja na forma de mensagem eletrônica”. No artigo 11 expressa: “[...] salvo disposição em contrário das partes, na formação de um contrato, a oferta e sua aceitação podem ser expressas por mensagens eletrônicas.” Alude ainda: “Não se negará validade ou eficácia a um contrato pela simples razão de que se utilizaram mensagens eletrônicas para a sua formação.”

De acordo com Lorenzetti (2000), o contrato eletrônico traduz uma transação eletrônica em que as declarações de vontade se manifestam por meios eletrônicos, podendo ser, inclusive, manifestadas automaticamente por um computador ou mediante a oferta pública em um *site* e a aceitação pelo consumidor por meio de um *click*.

Para Finkelstein (2000, p.189) o contrato eletrônico é “caracterizado por empregar meio eletrônico para sua celebração [...] é o negócio jurídico bilateral que resulta do encontro de duas declarações de vontade e é celebrado por meio da transmissão eletrônica de dados”.

Porém, com a internet os contratos eletrônicos passaram a ter uma dimensão muito mais ampla, alcançando características novas, fazendo surgir a categoria dos contratos telemáticos.

Os contratos telemáticos à distância firmados por meios que não permitem o imediato conhecimento da manifestação de vontade de uma parte contratante pelo outro

contratante, como por exemplo, os firmados por *email*, *sites*, entre outros, já que desta forma, não permitem saber se a parte contratante está conectada no exato momento da manifestação de vontade.

Também existem os contratos telemáticos intersistêmicos, que conforme Finkelstein (2004) consistem em negociações contratuais firmadas remotamente onde as manifestações de vontade dos contratantes perfazem-se por comandos eletrônicos e computacionais, sem o comando da parte contratante.

No entanto, com o uso de novas tecnologias e o surgimento da "internet das coisas", fez crescer as relações contratuais intersistêmicas, e máquinas passaram a manifestar a vontade de contratar perante outra, gerando obrigações entre elas. Em suma, com um simples comando, o proprietário do equipamento eletrônico e conseqüentemente da conta vinculada, assume direitos e obrigações perante terceiros. Essas informações, por serem tão relevantes e gerarem tantos efeitos necessitam ser divulgadas. Assim, o melhor caminho para que isso ocorra é por meio do âmbito escolar, que em primeiro momento busca o auxílio dos educadores para tal fim.

ORIENTAÇÕES AOS EDUCADORES QUANTO À CONTRATAÇÃO DIGITAL DE RECURSOS MIDIÁTICOS *ON LINE*

Inicialmente cabe alertar que com relação aos termos de uso e as idades mínimas para acessar e fazer uso de determinados aplicativos, jogos eletrônicos, sites de relacionamentos, mensagens, buscas ou publicações de imagens e/ou fotos pessoais ou de outrem, além de vídeos, compartilhamentos, entre outros, é necessário estar atento à indicação da faixa etária permitida para estabelecer o uso, contatos, relacionamentos, participações, comunicações, partilhamentos e compartilhamentos, é necessário observar e cumprir o que está exposto, implícito ou não, nos contratos digitais que são, às vezes, subliminarmente inseridos no momento de baixar da rede.

São declaradamente acessíveis a idade de treze anos: *Periscope*, *Snapchat*, *Pokémon Go*, *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, *Gmail*, *Foursquare*, *Vine*, *Ask.fm*, *Kiwi*, *Circle*, entre outros.

O aplicativo *Vimeo* requer que o internauta tenha 13 anos completos e assegure o consentimento dos pais.

Podem usar o *Skype*, *Whatsapp*, caso a idade do acessante seja de dezesseis anos. Enquanto que para usar o *Youtube*, *Tinder* e *Happn*, é necessário ter dezoito anos.

Jogos *on line*, como por exemplo o *Pokémon Go*, indicam em seu contrato digital que para usar os serviços, o usuário concorda com os termos expostos e também acolhem a política de privacidade, expressando que se o usuário tem familiares ou a guarda legal de crianças com idade inferior a 13 anos, ao concordar com o acesso, autoriza a estes a usar os serviços disponibilizados na página. Ao final, alerta que se o usuário não concordar com o exposto no contrato digital, não deve usar o serviço. O que muitas vezes, se não na maioria, é ignorado pelos usuários, até pelo fato do contrato estar redigido no idioma inglês.

A popularização do *Whatsapp*, por envio de mensagens, áudios, vídeos, contatos, localização e documentos de forma gratuita, tornou-o aplicativo de maior uso cotidiano em diferentes espaços e de modo intermitentemente.

Entretanto, o consentimento do usuário ao instalar o programa, permite a este o acesso ao histórico do aplicativo bem como ao histórico registrado no mesmo. Também é possível indicar a localização, contatos do usuário.

Os termos de uso do *Google Drive*, indica que seu acesso concede ao *Google* extensivo aos que se vinculam a este, uma licença em nível mundial para usar, hospedar, armazenar, reproduzir, modificar [...] exibir e distribuir publicamente o conteúdo. Essa licença perdura indefinidamente, mesmo que os serviços por parte do usuário não sejam mais usados. Licença similar está transcrita no contrato digital do *Gmail*, *Google Photos*, *Backup*, este último em celular *Android*.

O termo de uso do *Dropbox* indica, por exemplo, que quando o usuário acessar os arquivos fornecerá informações que abrangem arquivos, conteúdos, mensagens enviadas por *email*, contatos. Embora esteja expresso a propriedade dos arquivos do usuário, os direitos concedidos permitem que os serviços sejam oferecidos independente da restrição.

Assim, analisados alguns aplicativos e vendo seus termos de uso, fica clara a inobservação desses requisitos por grande parte dos contratantes. Apesar da maioria das vezes a utilização do serviço ser de forma gratuita, ainda assim o contrato é assinado digitalmente. Desse modo, é pertinente a orientação, em primeiro plano, aos educadores para que estes possam disseminar o conhecimento a respeito desse importante tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A popularização das mídias digitais e a interligação desses entre si por meio de recursos de telecomunicações, fez surgir uma nova forma de comunicação entre pessoas, apta a permitir a constituição de relações jurídicas, o que provocou o questionamento sobre a validade jurídica de negociações celebradas por intermédio dessas redes de computadores.

Assim, toda orientação emanada pela ciência jurídica deve chegar até a sociedade. Um dos vetores para essa transmissão está vinculada à escola, que por meio de seus educadores, tem o papel de socializar com a comunidade escolar, orientações que possam servir de meio na condução das práticas midiáticas mais comuns, que seja por meio de mídias televisivas, telefônicas, comunicativas ou até mesmo analógicas.

A escola não pode mais furtar-se do debate e da condição de produtora e dispersora do saber, do conhecimento e também da sabedoria. Em tempos de mundo digital é preponderante que a sociedade possa ser aparada pela escola na resolução de celeumas e conflitos, prestação de serviço público, e esclarecedora de boatos, notícias sem consistência de suas fontes, e toda propagação injuriosa de conteúdos maliciosos que em nada contribuem com a educação de crianças e jovens, que ainda fazem da escola um lugar de aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil Brasileiro. **Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002** . Brasília- DF. 2002.

BRASIL. Código Defesa Consumidor. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Brasília-DF, 1990.

FINKELSTEIN, M.E. **Aspectos Jurídicos do Comércio Eletrônico**, Porto Alegre: IOB-Síntese, 2004.

LORENZETTI, R. L. **Comercio Electrónico**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2000.

ONU – Organização das Nações Unidas - Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional. **Lei Modelo da UNCITRAL sobre o comércio eletrônico**. Nova York, 1997.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**, v. 3: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie; 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, 1913-2004. **Instituições de Direito Civil**: volume 3: contratos / Caio Mário da Silva Pereira; rev. e atual. Caitlin Mulholland. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: UM OLHAR DA PSICOLOGIA SOBRE O COMPORTAMENTO HUMANO

Rafael José de Oliveira¹

Daniel Sbardeloto²

Vânia Maria Barboza³

INTRODUÇÃO

As novas formas de aprender, utilizando recursos tecnológicos têm causado desconforto aos educadores, que ficam acuados diante de tanta modernização e ferramentas tecnológicas disponíveis na contemporaneidade. Para os professores é meta ensinar os alunos nas mais variadas áreas do conhecimento e prepará-los para enfrentarem as adversidades da vida futura. Por outro lado, o choque de realidade entre as formas tradicionais e as modernas de se obter conhecimento causam frustrações aos alunos que têm à sua disposição as mais variadas possibilidades de aprender que o mundo da tecnologia propicia, mas que são pouco exploradas no modelo de educação adotado em nosso país que, na maior parte das vezes, utiliza métodos tradicionais que não são renovados há décadas.

Na atualidade, as pessoas têm acesso a todo o tipo de informações em seus smartphones, notebook, entre outros dispositivos que fazem uso contínuo da internet. Acessam tudo em tempo real, são ágeis, curiosos, informados e dominam a tecnologia. No entanto, mesmo tendo os melhores recursos, não possuem um rendimento escolar adequado, há dificuldades de diálogo, um paradoxal isolamento do indivíduo diante da sua vasta rede de contatos e conexões, dificuldades de comunicação, falta de afeto familiar, entre outras inconformidades que permeiam a sociedade moderna.

Diante desse paradigma da educação pouco adaptado aos jovens da atualidade é que se faz necessário um olhar atento ao comportamento dos alunos dentro e fora da sala de aula, pois a sua forma de agir durante o processo de aprendizagem traz informações importantes aos educadores, os oportunizando adaptar sua metodologia de ensino.

A Psicologia atua nesse campo de estudo como forma de auxiliar no entendimento do comportamento dos indivíduos e na compreensão entre a real necessidade de aprender e a sua realização pessoal, minimizando a lacuna existente entre as novas tecnologias e a rotina tradicional de educar proposta pelos professores.

COMPORTAMENTO E APRENDIZAGEM

Segundo o dicionário da língua portuguesa a palavra aprendizagem é definida como: ação, processo, efeito ou consequência de aprender (AURÉLIO, 2002). Então entende-se que

¹ Graduando em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI - Câmpus de Erechim. *E-mail*: rafael.sloch@gmail.com.

² Graduando em Ciência da Computação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI - Câmpus de Erechim. *E-mail*: dani.sbardeloto@gmail.com

³ Mestranda do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus de Erechim; Especialista em Psicopedagogia; Especialista em Processos Interdisciplinares em Arqueologia; Graduada em História. *E-mail*: vania@uri.com.br

aprendizagem é o processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, possibilitado através do estudo, do ensino ou da experiência.

Este processo pode ser analisado sob diversas perspectivas, das diferentes teorias da aprendizagem. A psicologia condutista iniciada por John B. Watson na segunda década do século XX, descreve a aprendizagem de acordo com as alterações que se podem observar no comportamento de um indivíduo (em inglês behavior), ou seja, para o condutismo, o mecanismo que explica a conduta baseada no estímulo e na resposta. Assim, este mecanismo determina a aprendizagem humana através da maneira como atuamos (WATSON, 1913).

Watson (2013, p.158) explica que a psicologia condutista:

[...] um ramo puramente objetivo e experimental da ciência natural. Seu objetivo teórico é a previsão e o controle da conduta. A introspecção não faz parte essencial de seus métodos [...]. O condutista [...] não reconhece uma linha divisória entre o homem e o animal. O comportamento do homem, com todo seu refinamento e complexidade, forma somente uma parte do esquema total de pesquisa do condutista.

Uma das características centrais do Behaviorista foi sua ênfase no ambiente. Embora Watson tenha se referido em muitas ocasiões a fatores biológicos, e especialmente neurofisiológico sem seus trabalhos com animais, crianças e adultos, a ênfase se centrou no papel do ambiente. Ele nunca descartou o papel da biologia na conduta. No que tange ao ambiente, deu-lhe uma importância primordial. Em uma das suas frases mais conhecidas diz o seguinte:

[...] deem-me uma dúzia de crianças saudáveis e bem formadas e meu mundo específico para criá-las, e eu me comprometo a escolher uma delas ao acaso e treiná-la para que chegue a ser qualquer tipo de especialista que escolher: médico, advogado, artista, comerciante, e inclusive mendigo ou ladrão, sem levar nem um pouco em conta seus talentos, capacidades, tendências, habilidades, vocação ou a raça de seus antepassados (WATSON, 1930, p. 104).

Com o passar do tempo esse conceito abordado por Watson foi dando origem a outras vias de estudos sobre o comportamento humano e a forma de aquisição de conhecimento. Entre os grandes autores cabe destacar o Psicólogo Burrhus Frederic Skinner (1904-1990). Skinner foi o principal representante do condutivismo e sua pretensão nessa linha de estudo era explicar o comportamento humano e animal em termos de respostas a diferentes estímulos. Sua proposta estava totalmente baseada no condicionamento operante, ou seja, o organismo está em processo de “operar” sobre o ambiente onde ele está inserido. Em outras palavras ele se refere que o organismo (indivíduo) que se encontra com um determinado tipo de estímulo, chamado de estímulo reforçador, esse simplesmente reforça a sua ação imediatamente após o um estímulo, esse estímulo tem o efeito de incrementar o operante, por tanto o seu comportamento é seguido de uma consequência e a natureza da consequência modifica a tendência do organismo a repetir o comportamento no futuro (SKINNER, 1948 apud VARGAS; VARGAS, KNAPP, 2007).

Em seu livro *Ciência e Comportamento Humano* (1953), Skinner aborda as formas nas quais os princípios do condicionamento operante funcionam em instituições sociais, governos, igreja, economia, educação entre outros. Sobre o comportamento e aprendizado humano Skinner enfatiza no mesmo livro a necessidade de o conhecimento ser útil e ter um significado prático para o indivíduo e ainda destaca que a ciência poderia e deveria ser um “corretivo” para os problemas humanos (SKINNER, 1953/1970). Sobre a Ciência ele escreve “a ciência é única ao mostrar um progresso acumulativo” (SKINNER, 1953/1970, p.15), para ele real e imediato da ciência poderiam ser comparados demonstrando que a ciência moderna é muito

superior a ciência grega. Os humanos como seres dotados de inteligência acumulam conhecimentos ao longo da vida, obtém informações pelos diferentes mecanismos de captação e processamento, que fazem parte do seu organismo fisiológico, e também pela troca de informações entre o indivíduo e o ambiente onde ele está inserido.

EDUCAÇÃO, DESAFIO E COMPROMETIMENTO

Considerando todos os estudos do passado sobre aprendizagem e também sobre como o comportamento humano, cabe exaltar toda a evolução científica desse tema tão profundo. A ciência evoluiu muito em um século, mas nos últimos vinte anos teve um salto nunca antes imaginado, mas em muitos setores da sociedade os passos são lentos e desanimadores. Ainda hoje presenciamos comportamentos dos professores em sala de aula muito semelhantes ao dos seus antecessores, que apresentavam comportamentos rígidos e de certa forma ditatoriais ainda são muito praticados. Esses comportamentos não levam em consideração a individualidade do aluno, não observam a natureza daquela pessoa, não se compromete saber a origem daquele indivíduo e muito menos as suas frustrações ou aspirações. Tratam todos da mesma maneira e isso com certeza não é educar, muito menos preparar alguém para o futuro.

A didática em sala de aula não deveria ser a mesma usada na década de noventa e anos anteriores, onde a centralidade ou detentor do conhecimento era o professor e todos os alunos presentes eram somente os depositários que, para serem aprovados em uma disciplina, gostando ou não, tendo empatia com a matéria ou não, facilidade ou dificuldade, precisavam simplesmente decorar o conteúdo, apenas para saber responder quando questionado na prova. Esse conteúdo é apagado da sua memória em pouco tempo, pois não é relevante para o indivíduo, saber que as caravelas se chamavam Santa Maria, Pinta e Niña, não irá colocar comida na mesa da maioria da população do nosso país. Este é um exemplo simples e também insignificante, mas ilustra muito bem a vida das pessoas que estando dentro da escola ou nunca terem frequentado a escola, pois esse saber não mudará a sua história pessoal.

É fato que a tecnologia é capaz de mudar as pessoas e também mudar o mundo seja para o bem de todos ou para o seu mau, conforme o uso. Inúmeros estudos têm sido realizados para avaliar o impacto do uso da tecnologia na educação propiciando a reflexão, o aprimoramento e até que se transforme o modo de ensinar e também de aprender. Oliveira (2018), ao observar o comportamento humano referente à utilização do telefone celular em sala de aula, em um curso de nível superior, concluiu que o uso moderado e pontual em determinadas atividades traz benefícios ao desenvolvimento intelectual do aluno e enriquece o conteúdo trabalhado em aula, seja dentro da sala ou fora, mas que o agente motivador é o professor, que deve criar e cultivar a motivação do aluno e desafiá-lo a buscar conhecimento utilizando os recursos disponíveis na internet ou nos livros.

A Ciência está presente em tudo o tempo todo, mas para a educação evoluir e chegar a todas as pessoas é preciso que o conhecimento seja de fácil acesso, desde o seu mais simples conteúdo até o mais complexo trabalho científico.

Segundo CORDAZZO (2013), o acesso à comunicação e à tecnologia evoluíram muito: atualmente existe um fluxo contínuo de informações que impulsionam uma interação mais efetiva e rápida entre todos. Essas transformações provocaram mudanças profundas de uma geração para outra, sobretudo em relação ao uso de celulares. Nessa perspectiva, fica claro que somente o quadro, o caderno e a caneta não são suficientes para manter os estudantes interessados em aprender. Nesse cenário, o uso pedagógico da tecnologia pode contribuir muito com a motivação dos estudantes, possibilitando a evolução pessoal, produzindo interesse em aprender e a conhecer o desconhecido, criar a sua projeção de um

futuro, que o possibilite a obter realizações pessoais. Por outro lado, os alunos também devem se manter conscientes do uso nocivo das mídias eletrônicas em sala de aula e até mesmo em seu cotidiano evitando o excesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que existem múltiplas perspectivas ou ponto de vista sobre o mundo, visto que duas pessoas nunca poderão ter a mesma série de experiência e percepções partilhadas com outros e cada um construirá as suas próprias experiências que, por sua vez, afetam as percepções das experiências partilhadas com os outros, é notório que o conhecimento só se dissemina a partir da troca significativa entre o indivíduo e o ambiente onde está inserido, e que todo o resto de instruções presentes no ser são programadas involuntariamente em seus genes.

Por fim, o uso racional da tecnologia pode realmente fazer grande diferença na vida das pessoas, disso não há dúvidas, porém, o uso excessivo não é recomendado, pois como tudo na vida é necessário buscar o equilíbrio na utilização, e isso inclui a tecnologia.

REFERÊNCIAS

AURELIO. **O minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CORDAZZO, K.; MORAES, C.H. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos 2013.

OLIVEIRA, R. J. O uso do celular em sala de aula: percepções comportamentais. **Anais [...]** XX Fórum Nacional de Educação; XXIV Fórum Municipal de Educação; XXI Fórum Regional de Educação, 2019, Getúlio Vargas. Entre saberes e fazeres, a tecnologia: diálogos com a cultura digital. Erechim, RS: EdiFAPES, 2019. v. IV. p. 37.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, (1953), 1970.

SKINNER, B. F. **O Comportamento Verbal**. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, (1957), 1974.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, (1974), 1995.

SKINNER, B. F. Verbal Behavior. Unpublished manuscript. Personal Collection.

VARGAS, E.A.; VARGAS, J.S.; KNAPP, T.J. Análise do comportamento verbal segundo B.F. Skinner: um estudo. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 175-194, dez., 2007.

WATSON, J. B. Psychology as a behaviorist views it. **Psychological Record**, v. 20, n.2, p.158-177, 1913.

WATSON, J. B. **Behaviorism**. Ed. rev. New York: Norton, 1930.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: A TECNOLOGIA COMPUTACIONAL AUXILIANDO A APRENDIZAGEM

Daniel Sbardeloto¹
Rafael José de Oliveira²
Vânia Maria Barboza³

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta um crescimento de problemas auditivos no Brasil. Ricardo Bento, professor titular de Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina da USP, afirma que o número de pessoas com surdez no Brasil tende a aumentar por diversos fatores, um deles é o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Outro fator, é a exposição ao ruído de modo geral presente em pequenas e grandes indústria pela falta do uso de protetor auditivo e pela ausência de fiscalização eficiente, além do uso de aparelhos de som, com volumes elevados, que vão degenerando a audição, ao longo do tempo (USP, 2017). Assim, a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) se torna de suma importância na comunidade em geral. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de deficientes auditivos no Brasil chega a cerca de 9,7 milhões de brasileiros, o que representa 5,1% da população do país. Referindo-se a idade, quase 1 milhão são crianças e jovens até 19 anos. Uma das grandes conquistas para a comunidade surda é a aprovação da Lei nº 10.436 de 2002, que marca não só o reconhecimento da Libras como oficial no Brasil, mas também o início da conquista de direitos por parte dessa população. Porém apesar dos avanços, deficientes auditivos ainda continuam enfrentando barreiras com a acessibilidade (AMARO, 2017).

A variedade de novas tecnologias auxiliando os métodos de ensino e aprendizagem vem proporcionando avanços nas técnicas tradicionais de ensino, podendo tornar mais fácil o aprendizado por parte dos alunos e também contribuir com a forma com que o professor pode conduzir sua didática em sala de aula. Contudo, algumas tecnologias, devido às suas peculiaridades de implantação e custo, como as que envolvem Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA), são restritas a poucas instituições de ensino. Tanto a Realidade Virtual quanto a Realidade Aumentada possuem grande capacidade de auxílio na transmissão do conhecimento (MARTINS; GUIMARÃES, 2012).

A realidade virtual depende de equipamentos de visualização, como monitor, projetor ou óculos de realidade virtual (Óculos Rift), normalmente utilizados em ambientes fechados onde o usuário não se movimenta e é inserido em um ambiente virtual, contudo torna-se necessária uma preparação para sua usabilidade. A realidade aumentada não apresenta restrição de uso desses dispositivos, podendo ser usada em qualquer ambiente, como por exemplo em dispositivos móveis (celulares, tablets), que diferentemente da Realidade Virtual traz o ambiente virtual para o mundo real (KIRNER; SISCOOTTO, 2007).

A integração de elementos virtuais interativos, de forma precisa e contínua com o ambiente real é uma forma de reduzir a distância aluno-conteúdo. Com os dispositivos móveis oferecendo toda a tecnologia de rastreamento e visualização necessária a obtenção de efeitos de realidade aumentada muitos aplicativos gratuitos para produção ou acesso a conteúdos de realidade aumentada vem sendo disponibilizados. Basta aos educadores aproveitar o potencial de realidade aumentada que os alunos carregam em seus bolsos (TORI, 2016, p.50).

Para aplicar essas tecnologias em larga escala no ensino é necessário que a usabilidade seja simples o suficiente para que os próprios professores desenvolvam os conteúdos educacionais. Além disso, para a tecnologia agregue valores no processo de ensino, também é necessária a criação e adoção de uma metodologia eficaz de inserção no contexto educacional (KIRNER; SISCOOTTO, 2007).

Mesmo com a necessidade da inserção de novos métodos didáticos e inclusão da tecnologia na educação, o aprendizado de Libras ainda possui poucas ferramentas e aprimoramentos tecnológicos. Assim, com o objetivo de aprimorar esse aprendizado e auxiliar a educação para deficientes auditivos, cabe à Ciência da Computação e à Pedagogia desenvolverem ferramentas fáceis e interativas. Fazendo uso da realidade aumentada para aprendizado em Libras, ampliam-se as formas e possibilidades comunicativas entre professores e alunos além de fornecer uma ferramenta de aprendizagem individual.

IMPORTÂNCIA EM ADQUIRIR A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

De fato, as características e as etapas, de aprendizado da língua de sinais (Libras) por surdos podem ser comparados aos da aquisição da língua oral por ouvintes. Se para ouvintes, que possuem a referência visual, parece difícil construir uma frase em Libras, pode-se imaginar a dificuldade que um surdo pode enfrentar para escrever em português, sem a referência oral e auditiva, ponto chave da língua portuguesa (FERREIRA, 2011).

O acesso a Libras é primordial na construção da identidade pessoal em todos os aspectos perante a sociedade. Ser exposto à língua de sinais o mais breve possível é um ponto muito importante para o indivíduo, garantindo o seu direito a uma linguagem para se expressar. É possível perceber que o maior problema não se encontra nas pessoas com surdez, mas sim nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais da educação escolar (FERREIRA, 2011).

Torna-se urgente, do nosso ponto de vista, repensar esses estudos para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pela nossa incapacidade pedagógica de ensiná-los a aprender a aprender (FERREIRA, 2011, p. 25).

Dificilmente a escola atual pode resistir ao uso de computadores entre outras ferramentas tecnológicas que vêm ganhando espaço nos ambientes de ensino, mas se o fizer, pagará um preço bastante alto de deixar de ser o *locus* privilegiado da educação em nossa sociedade que, segundo muitos, já não ocupa mais esse posto (CHAVES, 1998).

Disse McLuhan: “Platão, em todo seu esforço de imaginar uma escola ideal, deixou de notar que Atenas era uma melhor escola do que qualquer universidade que ele conseguisse inventar”. Algo parecido está acontecendo com aqueles que estão tentando reformar a escola em vez de usar o potencial educacional existente na sociedade, fora da escola. O problema talvez não seja trazer a tecnologia para dentro da escola, mas, sim, levar a educação para a sociedade, através da tecnologia (CHAVES, 1998, p.56).

É possível perceber os riscos de obsolescência das escolas, quando se dá conta da grande quantidade de recursos tecnológicos hoje disponíveis nas áreas de computação, e dos meios de comunicação em massa, tornando viável que os indivíduos assumam um papel cada vez maior na sua própria educação, e, portanto, uma responsabilidade cada vez maior pelo seu

desenvolvimento intelectual e cognitivo. É com base nesses pensamentos que se faz necessário desenvolver recursos tecnológicos para educação de forma individual e de fácil acesso. Assim o desenvolvimento de um software para a tradução de palavras da língua portuguesa para a língua brasileira de sinais vai proporcionar um conjunto de recursos para que o aluno possa aprender a língua de forma independente e sem dificuldades de acesso ao material (CHAVES, 1998).

AUXÍLIO TECNOLÓGICO PARA O ENSINO DE LIBRAS

Com o avanço de novos sistemas computacionais, foi desenvolvido pela Bacharel em Ciência da Computação Lori Ronaldo Flores Machado Filho da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ, 2016), uma ferramenta para o auxílio da língua de sinais, que reconhece os gestos através de uma câmera e traduz a língua visual para língua escrita, através de uma técnica de interpretação de partículas. A ferramenta obteve resultados satisfatórios, demonstrando o quanto se obtém ganho ao fazer uso de ferramentas computacionais no processo de ensino-aprendizagem (MACHADO, 2016).

Tendo o conhecimento da facilidade de incorporação das novas tecnologias que são desenvolvidas utilizando a computação. E os benefícios da realidade aumentada (RA) que podem ser incluídos como instrumentos capazes de promover e facilitar o aprendizado do aluno surdo assim como ouvintes. O desenvolvimento de um sistema que emprega a tecnologia de Realidade Aumentada e possibilita a manipulação de elementos virtuais, que passam a fazer parte do espaço real, fornecera mais benefícios e formas de aprender a língua de sinais. Para a criação de atividades que empregam essa tecnologia, são aplicados marcadores, como por exemplo, cartões com as palavras escritas, ou desenhos de objetos. O marcador é acionado quando visto pela câmera de um computador ou dispositivo móvel, dessa forma o software reconhece a palavra do cartão ou marcador, busca a tradução desse objeto no seu banco de dados e permite que o elemento virtual seja criado, exibindo-a em linguagem de sinais no formato de animação de um personagem virtual realizando os movimentos da língua visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Computação é uma das áreas que mais evoluem em tecnologia e pode contribuir diretamente no ambiente de ensino e minimizar a dificuldade no aprendizado em determinadas áreas como a língua de sinais brasileira (Libras). O artigo busca evocar a importância do auxílio fornecido pelas ferramentas computacionais, e como a criação de ferramentas de ensino e aprendizagem possibilita tornar mais fácil o ganho de conhecimento da língua de sinais brasileira (Libras), possibilitando um aumento da qualidade de vida das pessoas com deficiência auditiva. Sob essa observação o desenvolvimento de um sistema de ensino de Libras, que utiliza realidade aumentada e de simples funcionamento possibilita um aprendizado mais eficaz do aluno. Também, espera-se agregar uma nova possibilidade de ensino para professores da área, em suas didáticas, e tornar o aluno independente para evoluir no seu aprendizado, possibilitando aprender tanto a língua gestual quanto a linguagem escrita, facilitando o processo de desenvolvimento de sua comunicação.

REFERÊNCIAS

AMARO, Daniel. *Quase 10 Milhões de Brasileiros Possuem Deficiência Auditiva*. **Edição do Brasil**, 08/06/2017. Disponível em: <http://edicaodobrasil.com.br/2017/06/08/quase-10-milhoes-de-brasileiros-possuem-deficiencia-auditiva/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CHAVES, E. **Tecnologia e educação**: o futuro da escola na sociedade da informação. Campinas SP: Mindware, 1998.

CREVILARI, Vinicius. Quase 30 milhões de brasileiros sofrem de surdez. **Jornal da USP**, 19/09/2017. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/quase-30-milhoes-de-brasileiros-sofrem-de-surdez/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

FERREIRA, Cleonice Biduco da Rocha, **Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez**. 2011. 66f. Monografia – Faculdade UAB/UNB, Pólo de Anápolis-GO, 2011.

KINER, C.; SISCOOTTO, R. **Realidade Virtual e Aumentada**: Conceitos, Projeto e Aplicações: Pré-Simpósio IX Symposium on Virtual and Augmented Reality. Porto Alegre: SBC - Sociedade Brasileira de Computação, 2007.

MACHADO FILHO, L.R.F. **Implementação de software de leitura gestual para o aprendizado de libras**. 2016. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, (UNIJUÍ), 2016.

MARTINS, V.F.; GUIMARÃES, M.P. Desafios para o uso de Realidade Virtual e Aumentada de maneira efetiva no ensino. **Workshop de Desafios da Computação Aplicada à Educação**, p.100-109, 2012.

TORI, Romero. Tecnologia e metodologia para uma educação sem distância. **Em Rede - Revista de Educação a Distância**, São Paulo, v.2, n.2, 44-55, Dez/2015.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Alana Mathilde Tomielos¹
Gustavo de Moraes Tedesco²

INTRODUÇÃO

Diante da inexistência da pesquisa relativa à temática posta, torna-se oportuno aprofundar o mesmo. E pela pertinência vinculada aos debates sobre a educação em períodos recentes e adequação à legislação pertinente, cabe descrever um pouco sobre os principais direitos fundamentais da criança e do adolescente.

O artigo tem como objetivo principal a definição do que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, a origem das primeiras leis, principais direitos fundamentais, ambos em relação à criança e o ao adolescente.

Neste prioriza-se o debate sobre o assunto principal que são os direitos fundamentais da criança e do adolescente, sendo que, são direitos essenciais para a vida de todos.

A proteção à criança e o adolescente no Brasil se desenvolveu de forma lenta. Assim, somente depois da Independência do país, quando José Bonifácio decidiu criar um projeto de lei que protegesse a criança da mulher escrava. Porém, ainda foi necessária muita evolução para que fosse criada uma lei abrangente à proteção da criança e do adolescente.

Com a criação do Código de Mello Mattos de 1927, o Brasil se torna o primeiro país a ter um Código especializado em menores. O código mencionava leis e decretos que tratavam a criança e o adolescente de uma forma mais humanizada. Durante a Era Vargas é criado SAM - Serviço de Assistência a Menores-. Com o passar dos anos, consoante à mobilização em torno do tema, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O marco teórico da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - teve início com a Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Embasando-se nos princípios norteadores da Constituição Federal de 1988, o Estatuto assume um preceito de normas internacionais, regulando os direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

Os direitos fundamentais que constam na Constituição Federal de 1988 estão relacionados com os do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo eles: direito a vida, à saúde, liberdade, respeito e à dignidade. Todos esses direitos fundamentais são de extrema importância para que se tenha um bom desenvolvimento pessoal e intelectual.

Diante das evidências, a motivação para a presente pesquisa reside em reportar-se sobre os Direitos Fundamentais da criança e do adolescente, segundo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

São etapas presentes neste artigo: revisão de literatura, estudo bibliográfico com características hermenêuticas, visando descrever a criação das primeiras leis e tendo foco principal os direitos fundamentais da criança e do adolescente segundo o - ECA- e a Constituição Federal.

Dentre as partes deste artigo estão, primeiramente, a criação das primeiras leis de proteção à criança e o adolescente, os direitos fundamentais, e, ao final, as considerações

¹ Acadêmica do 4º semestre do curso de Direito diurno, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim

² Acadêmico do 4º semestre do curso de Direito diurno, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim.

finais.

ORIGEM: DAS PRIMEIRAS LEIS E INICIATIVAS ASSISTENCIAIS EM FAVOR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A consolidação da proteção jurídica e social à criança e ao adolescente no Brasil se desenvolveu de forma lenta e gradual. As primeiras leis que tratavam do tema eram meros mecanismos para uso externo, sem execução prática, isto é, visavam apenas mostrar ao mundo que o Brasil estava ciente do problema em questão, mesmo que não o enfrentasse efetivamente.

Após a independência, o país vivia ainda com a vigência do regime escravocrata. José Bonifácio escreve então um projeto que defere direitos à escrava grávida visando proteger sua criança. A escrava seria poupada de trabalho durante o período de gestação e, após dar a luz, poderia trabalhar pelo ano seguinte próxima da prole. O projeto, no entanto, nunca foi sancionado, visto que Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira.

De 1862 a 1888, a classe política, já visando o fim da escravatura, sanciona leis em prol do escravo jovem, como a proibição de separar pai e filho no momento da venda e a lei do ventre livre – que, apesar de significar um avanço, mantinha o menor junto ao proprietário de escravos até os oito anos, com potencial de extensão do prazo para os vinte e um anos -.

Após a lei áurea, a necessidade do baronato por mão-de-obra conduziu à imigração ao Brasil, impulsionando o fenômeno de urbanização. As cidades sofriam com um número cada vez maior de menores desassistidos nas ruas, além dos altos índices de mortalidade infantil no país - problema que só foi solucionado recentemente. Em decorrência da situação cada vez mais precária nos centros urbanos, foi fundado, em 1896, a Casa dos Expostos, que prestava assistência às crianças necessitadas, sendo mantida por associações civis e religiosas - com destaque para a Igreja Católica - Apesar do progresso lento em relação ao tema, o Código Penal de 1890 considerava somente o menor de nove anos como não criminoso, destacando que caso o jovem de idade entre nove e quatorze anos cometesse algum crime, seria analisado o discernimento do mesmo no ato, podendo sofrer com agravante, visto que a menoridade era condição atenuante - absurdo esse corrigido pela lei 4.242 de 1921.

Somente no início do século XIX uma quantidade expressiva de intelectuais, guiados por ideais progressistas, começa a militar por uma ação mais incisiva do Estado na proteção do menor exposto, uma vez que medidas filantrópicas não são suficientes para reduzir o problema. A partir dessa mudança de mentalidade é criado no ano de 1924 o Juizado de Menores, e, após, o Patronato de Menores.

Com a criação do Código de Mello Mattos de 1927 o Brasil se torna o primeiro país a ter um Código de Menores na América Latina. O Código sintetizou leis e decretos que tratavam de uma atenção especial à criança e ao adolescente, sendo uma legislação corretiva que visava disciplinar e preparar o menor para sua vida adulta. O Código, no entanto, encontrou dificuldades em sua busca por resultados positivos por conta da falta de autonomia aos institutos já existentes e de recursos para a criação de novos.

É durante a era Vargas que ocorre a criação o SAM - Serviço de Assistência a Menores -, que visava ir além do caráter normativo consagrado pelo Código de Mello Mattos e prestar amparo social aos menores desvalidos. Seu fracasso desencadeou um clamor público pela proteção da criança e do adolescente, que só foi sanado com a criação da FUNABEM, já durante a Ditadura Militar de 64 e, mais tarde, com o Código de Menores de 1979, que atendia somente o menor em situação irregular.

O trabalho de pessoas interessadas na proteção do menor durante a redemocratização resultou no artigo 227 da Constituição Federal. Esse desenvolvimento gradual, consagrado na Constituição, serviu de base para o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990. Dá-se no artigo 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Constituição Federal de 1988.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ao contrário do Código de Menores de 1979, resguarda proteção integral à criança e ao adolescente, sendo considerado um marco na história do país quando se trata da proteção jurídica e social desse grupo. Desde então, o Brasil busca, através do Estatuto, reverter o seu histórico de violação de direitos e de opressão para com o jovem, seja ele da origem que for.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no artigo 2º menciona que é considerada criança a pessoa com até 12 anos incompletos, e adolescentes aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade. Em alguns casos expressos em lei pode ser considerado adolescente até os 21 anos de idade.

DO DIREITO A VIDA E À SAÚDE

O direito à vida é o mais importante de todos, pois sem ela não se há-de cogitar de outros direitos. No entanto, a criança é um ser humano em pleno desenvolvimento, por isso é necessário que tenha acesso a serviços de saúde de qualidade. Desde cedo os pais ou seus responsáveis possam ficar atentos para a saúde da criança, é necessário realizar o teste do pezinho entre 3º e o 5º dia de vida, receber gratuitamente as vacinas indicadas no calendário básico de vacinação, viver em um lugar limpo, ensolarado e arejado, ter acesso a uma alimentação rica de vitaminas e proteínas, entre outros inúmeros fatores que faz com que a criança possa crescer bem e com uma saúde de qualidade. Assim, segundo o artigo 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, verifica-se que é importante que a criança tenha um desenvolvimento sadio e harmonioso desde o seu nascimento.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Estatuto da Criança e do Adolescente.

DO DIREITO A LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º inciso III fala do princípio da dignidade da pessoa humana, no qual elenca uma série de fatores, sendo alguns deles: não submissão à tortura, não privação de direitos por motivos de crença entre outros. Entretanto, o dever de

zelar pela dignidade das crianças e dos adolescentes não é só do Estado, mas de todos. Assim, o artigo 18º do Estatuto da Criança e do Adolescente menciona:

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com base no artigo 18º do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda criança e adolescente não pode ter qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante etc. Assim, cabe o Estado, os pais e os responsáveis evitar que isso aconteça. Entretanto, toda criança e adolescente têm o direito de estudar, mas há muitos casos que, as crianças desde muito novas trabalham nas ruas para levar dinheiro para seus familiares. Estas crianças ou até mesmo adolescentes tem moradia precária, onde na maioria dos casos morram perto de pontos de tráficos, também a falta de disponibilidade para lazer e a má qualidade da educação, faz com que o trabalho infantil aconteça, no qual a exploração é enorme.

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º incisos IV, VI, IX e XVI consta o direito de liberdade de pensamento, liberdade religiosa, liberdade de expressão e liberdade de manifestação, no qual todo o cidadão tem esses direitos, pois sem liberdade não há como uma pessoa se desenvolver em plenitude. Ademais, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 16 elenca os diversos tipos de direito a liberdade que a criança e o adolescente têm, sendo eles: direito de ir e vir; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Ainda na Constituição Federal de 1988 consta no seu artigo 227º a convivência familiar e comunitária, no qual é um direito fundamental para a criança e o adolescente. Também, este direito fundamental está no artigo 19º do Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual menciona:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Estatuto da Criança e do Adolescente.

É de suma importância que o menor cresça e seja educado no seio familiar ou de um responsável legal, pois somente assim poderá desenvolver sua personalidade. Entretanto, o direito à convivência familiar e comunitária é muito importante quanto ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade. A constituição federal de 1988 menciona no seu artigo 226º que família é à base da sociedade, e que compete a ela, ao Estado, à sociedade em geral e às comunidades assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais.

A família tem o direito de proteger a criança e o adolescente, quando isto é violado, consta no artigo 101º do Estatuto da Criança e do Adolescente que é necessário impedir a violência e a negligência, assim, pode ser chamado o Conselho Tutelar por determinação Judicial, e isto implica na suspensão temporária do poder da família sobre a criança ou o adolescente. Porém, isso acontece quando os pais ou algum dos responsáveis deixam de cumprir os deveres de sustentar ou de proteger os seus filhos, ou que as crianças ou adolescentes podem ter sofrido abusos ou maus tratos.

Toda criança e adolescente precisam ter os direitos fundamentais, sem eles é difícil de ter uma vida digna e também saudável, por exemplo, sem o direito de educação a criança ou o adolescente se torna uma pessoa inútil para a sociedade. Entretanto, cabe os pais e os responsáveis fazer com que elas possam usufruir desses direitos que constam na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º (Dos direitos e garantias fundamentais) e também no Estatuto da Criança e do Adolescente.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Toda a criança e adolescente tem direito a uma vida digna, no qual é necessário frequentar a escola e ter uma educação de qualidade, onde se inicia nas series iniciais e que possa concluir as series seguintes. Cabem os pais ou responsáveis incentivar a criança a ir à escola, a estudar, assim, para ter um futuro bom e também aprender diversos assuntos interessantes que só na escola que se aprende.

A cultura é o conhecimento que a criança e o adolescente obtêm tanto na escola quanto no ceio familiar. Também, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e entre outras aptidões que são adquiridos principalmente quando criança, e é levado para a vida toda. Assim, é de suma importância que os pais ou os responsáveis pela criança ensinem o que é cultura dentro do ceio familiar, isso faz com que ela possa se desenvolver a criar o seu próprio pensamento, buscando sempre o que é melhor para si.

O esporte é muito importante na vida de uma criança e de um adolescente, Assim, quando a criança desde cedo pratica algum tipo de esporte ela tem menos chances de criar uma obesidade, isso tudo junto com uma alimentação saudável. Portanto, é importante que os pais ou responsáveis incentivem a criança a correr e brincar para que no futuro não tenha algum tipo de doença, também que esse hábito da atividade física possa se manter na adolescência e seguir para sempre.

O lazer é essencial na vida de uma criança, pois a criança consegue se desenvolver melhor e conhecer novos amigos, também cria habilidades para trabalhar em grupo. Entretanto, também é necessário que a criança possa ter o seu tempo para brincar, assim melhorará a sua saúde física, mental, emocional e intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a esclarecer a trajetória da consolidação dos direitos da criança e dos adolescentes, além de apresentar as garantias que o Estatuto dispõe. Para isso, foi feita uma pesquisa histórica, a fim de embasar e situar interessados no tema em relação a tudo aquilo que foi conquistado. Através do conhecimento histórico damos valor ao que temos, pois nos tornamos cientes do árduo processo que é a conquista de direitos por uma sociedade, sejam eles quais forem.

Evidente que, concomitante à obtenção de garantias, surge a necessidade de atualização da norma. A manutenção do constante - e recente - progresso em relação aos direitos da criança e do adolescente se dá, antes de tudo, pela conservação daquilo que já foi conquistado.

Por fim, em concordância àquilo que nos propomos a apresentar, é de fundamental importância alertar que não se pode aceitar quaisquer regressos sobre tudo que foi obtido com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A nossa função é, acima de tudo, fazer parte da ascensão do debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Franciele Fagundes. **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção.** 2013.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822013000200019%20As. Acesso em: 17 jul. 2019.

Saúde da Criança: o que é, cuidados, políticas, vacinação, aleitamento. 2018.
<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/crianca>. Acesso em: 20 jul.2019.

SANTOS, Raquel Santana. **A dignidade da pessoa humana como princípio absoluto.** 2010.
<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5787/A-dignidade-da-pessoa-humana-como-principio-absoluto>. Acesso em: 20 jul. 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: Editora Ltr, 1999.

TERCEIRIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Giseli Zobot¹
Caroline Dallagnol²
Luiza Filippi³

INTRODUÇÃO

As relações interpessoais vêm passando, cada vez mais, pela perspectiva da materialização. Ou seja, através de objetos, os homens vêm procurando atingir a estabilidade emocional e a autoafirmação. Conseqüentemente, possuir ou acumular idealiza um status. Mas quando o assunto é relacionamento, inúmeras vezes o afeto tem sido colocado numa escala secundária, neste novo sistema cultural que se formou a partir de um desejo irreprimível de consumir (MARTINES, 2017).

Especialmente para as crianças, a questão do consumo ultrapassa o fator comportamental de comprar jogos, aparelhos eletrônicos, calçados da moda, brinquedos dos personagens de desenhos animados etc. Mas interfere na sua formação, não apenas envolvendo a saúde, mas a educação e os valores da sociedade futura (DOS SANTOS, 2007)

Parafraseando Santos (2001), existem vários fatores, que contribuem para essa preocupação, entre eles o aumento da violência que antes ocorria apenas nas grandes cidades, conjuntamente com a necessidade de contribuir com a renda familiar, queda do poder aquisitivo associado as novas situações familiares, como divórcio dos pais, novos irmãos, perda de um ente querido, etc. Tudo isso têm contribuído para que as crianças permaneçam mais tempo dentro de casa, ao invés de encontrá-las nos parques, nas brincadeiras de ruas e andando de bicicleta. O que faz com que elas passem muito tempo em frente à televisão e navegando na internet. Essas mídias, associadas ao lucro do capitalismo são repletas de propagandas que incentivam o consumismo inadequado já que o marketing associa consumo ao entretenimento, fazendo das crianças possíveis consumidores.

A SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E A RELAÇÃO COM A INFÂNCIA

Na sociedade dos consumidores, todos os indivíduos, independentemente de condições econômicas, classe grupal, gênero ou idade, são convocados a fazer parte das redes de consumo (ANDRADE, 2010).

Do ponto de vista de uma perspectiva histórica, a sociedade de consumo culminou com a Revolução Industrial, que aconteceu no final do século XVIII. Uma das principais características desta sociedade é o seu alicerce no capitalismo, que estimula o acúmulo de material interno e a criação de novas necessidades, o que gera insatisfação e impulsiona a compra, para a aquisição de novos bens de consumo (DOS SANTOS, 2007).

Durante o seu desenvolvimento, a noção de valor se estendeu a esfera do simbólico. Sendo assim, a lógica da mercadoria passou a abranger desde o mundo material até as instâncias culturais da sociedade, sinalizando que qualidades abstratas como os sentimentos

¹Graduanda do curso de psicologia URI Erechim. *E-mail*: giselizabot@gmail.com

²Graduanda do curso de psicologia URI Erechim. *E-mail*: 094628@aluno.uricer.edu.br

³Graduanda do curso de psicologia URI Erechim. *E-mail*: luizamfilippi@outlook.com

também passaram a fazer parte do domínio de valor de troca. A partir de então não se é mais possível separar o econômico do cultural e do ideológico, visto que as imagens, as representações, a cultura e até mesmo os sentimentos e a própria estrutura psíquica se tornaram parte do econômico (DOS SANTOS, 2007).

O consumo vem deixando marcas inclusive no modo como a infância é vivida no século XXI, e vem sendo ressignificada no interior desta nova condição. Todos são vistos como potenciais consumidores, inclusive as crianças, vistas como sujeitos que precisam ser iniciados desde cedo para assegurar a continuidade do modelo em que a sociedade se apresenta (ANDRADE, 2010).

Juliet Schor (2009) realizou uma pesquisa sobre a produtividade de crianças para o mercado de consumo norte-americano, e dissertou sobre esta pesquisa em seu livro *Nascidos para comprar*, se manifestando desta forma:

Os arquitetos dessa cultura - as empresas de propaganda, o mercado e os publicitários de produtos de consumo - têm se voltado para as crianças. Embora elas tenham uma longa participação no do mercado consumidor, até recentemente eram consideradas pequenos agentes ou compradores de produtos baratos. Elas atraíam uma pequena parcela dos talentos e recursos da indústria e eram abordadas principalmente por intermédio de suas mães. Isso se alterou. Hoje em dia, crianças e adolescentes são o epicentro da cultura de consumo norte-americana. Demandam atenção, criatividade e dólares dos anunciantes. Suas preferências direcionam as tendências de mercado. Suas opiniões modelam decisões estratégicas corporativas (SCHOR, 2009, p. 2)

Ainda de acordo com esta autora “a nova regra é que crianças e marqueteiros unam forças para convencer os pais a gastar dinheiro” (SHOR, 2009, p.10). O que vem dando certo, visto que, os pais têm cada vez tem menos tempo de estar com seus filhos, e acabam por atenuar a sua falta com meio eletrônicos e tecnológicos para distrair a atenção de seus filhos.

COMPORTAMENTO AFETADO PELA MÍDIA

Com o passar dos anos os costumes relacionados à infância foram se modificando, quando no passado essa fase da vida humana não era muito valorizada e nem tinha voz, atualmente é justamente o contrário, as crianças têm mais voz do que nunca e seus pais estão preocupados de tal forma para que elas recebam a infância feliz que eles sonharam, que muitas vezes perdem a capacidade de impor algo que traga infelicidade para seus filhos. Uma outra preocupação do século XXI é o aumento da violência que faz com que os responsáveis não permitam mais que as crianças saiam para brincar na rua com tanta frequência, preferindo que elas fiquem em casa onde supostamente estariam seguras (DOS SANTOS, 2007).

O consumo tem sido o remédio para essas questões entre outras preocupações, colaborando também no aumento de autoestima e suprimindo carências. É através de objetos que os homens vêm tentando atingir a estabilidade emocional e a autoafirmação. Se tratando do consumo ligado às crianças e jovens, é algo alarmante, já que, são fases onde o indivíduo está se modificando, moldando sua personalidade, valores e caráter (DOS SANTOS, 2007).

O consumo infantil fatura cerca de US\$ 15 bilhões por ano e, o poder de persuasão das crianças nas compras dos adultos aproxima-se de US\$600 bilhões (LINN, 2006). Para Sandra Jovchelovitch, da London School Economics, os brinquedos se constituem em formas de apego da criança, mas a sociedade de consumo vem modificando esta função. Os jovens estão sujeitos a inúmeras propagandas de produtos que são apresentados pela mídia, como as crianças não têm conhecimento do que é necessário, e como seus pais não tem mais o costume de dizer não a elas, quando veem esses bens irão pedir e implorar para poder adquiri-los. O

problema está na frequência com que isso acontece, e no fato de que no momento em que essa criança ganha o produto desejado, graças a mídia, ela já estará insatisfeita e irá querer outro, gerando uma pilha de bens descartáveis dos quais ela não gera apego (JOVCHELOVITCH, 2005).

Segundo o Ibope Mídia, que anualmente divulga os dados de investimento publicitário no Brasil, constatou que foram movimentados cerca de R\$ 112 bilhões em 2013 com publicidade. A televisão permanece a principal mídia utilizada pela publicidade, representando 70% do investimento. Ao aproximar essa informação com o fato de a criança brasileira passar em média cinco horas e 35 minutos por dia assistindo à programação televisiva é possível imaginar o impacto da publicidade na infância (LINN, 2006).

VULNERABILIDADE INFANTIL

As crianças são vistas como um mercado do futuro, com quem as empresas desejam estabelecer relacionamento e lealdade para que este seja mantido até a idade adulta, apesar disso o mercado infantil é muito mais volátil e incerto do que o adulto. A taxa de falhas de novos produtos é muito mais alta e enquanto enormes fatias de dinheiro indubitavelmente possam provir de marcas comerciais e de uma gama de produtos bem-sucedidos, há sempre um alto grau de risco. (MCNEAL, 1999).

As crianças são vistas sempre como vítimas de uma forma facilmente manipulativa na cultura do consumo, na qual chega ser impossível de resistir ou escapar. Sendo assim vulneráveis, a produtos de consumos feito em grande escala, divulgado por meios de comunicações que chama facilmente a atenção das crianças, como envolvimento de desenhos ou filmes infantis. É importante ressaltar, que muitas vezes a criança é influenciada, pois o consumo representa um modo de inserção social dependendo do grupo e sociedade que ela está inserida. E a mídia vende os produtos com alegria evidente em se ter a posse, então consumindo você será aceito na sociedade diferente daquele que não consome o tal produto

As crianças absorvem progressivamente o conteúdo oferecido pela mídia, influenciando assim a formação de opinião, assim como sua capacidade de entendimento e a assimilação de conteúdo.

SAÚDE FÍSICA E MENTAL

A influência causada pela mídia interfere nas atitudes e na construção da visão do mundo das crianças, já que nessa fase elas apresentam uma grande ingenuidade e não notam que estão sendo induzidas a querer coisas ou gostar de coisas. Segundo Carmona (2002, p. 331), as crianças brasileiras "sempre foram vistas como consumidoras pela televisão e, sendo assim, os programas produzidos para elas estão invariavelmente mais preocupados com os interesses comerciais do que com os aspectos sociais ou educacionais.

O divertimento infantil na atualidade se dá por meio do uso das tecnologias, isso ocorre por conta do medo dos pais em relação ao perigo presente nas ruas como também o fato de que tanto a mãe quanto o pai têm seus afazeres e não dispõem do tempo necessário pra brincar com seus filhos, produzindo um período muito maior em frente de aparelhos eletrônicos e conseqüentemente em presença da publicidade (DOS SANTOS, 2007).

Durante os intervalos dos desenhos favoritos de uma criança estarão presentes inúmeras propagandas mostrando produtos de possível interesse para ela. Esse pequeno ser humano, irá pedir esses itens aos seus pais e eles irão adquirir, já que, há algum tempo perderam o hábito

de dizer não aos seus filhos. O maior problema encontrado com a frequência desse acontecimento está no fato de que o período infantil é uma fase muito importante para a formação de uma visão de mundo em um indivíduo e esse ato de sempre ganhar o que deseja e de sempre ter algo além para desejar acaba reproduzindo uma convulsividade que interfere na personalidade dessa criança (JOVCHELOVITCH, 2005).

Como a troca de uma aquisição para outra geralmente é muito rápida não dá tempo para que ocorra o apego no objeto, e essa falta de vínculo afetivo acaba instalando uma forma de ver o mundo muito materialista que afeta a maneira como esses indivíduos irão se conectar com as pessoas no futuro. As relações interpessoais futuras tendem a ser caracterizadas pela superficialidade, consumismo e descartabilidade, de acordo com suas necessidades (JOVCHELOVITCH, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou o poder de persuasão da sociedade de consumo capitalista nas decisões e desejos do público infantil e especificou de que forma isso participa na formação de valores, na maioria das vezes indo contra direitos de cidadania e menosprezando laços afetivos.

As crianças são um ponto frágil da sociedade, e através da televisão e internet são facilmente seduzidas a conteúdos ofertados pela mídia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paula Deporte; COSTA, Marisa Vorraber. Usando crianças para vender: infância e consumo na publicidade de revistas. **Reflexão e Ação**, v. 18, n. 2, p. 230-248, 2010.

CARMONA, B. A participação da criança na televisão brasileira. *In*: FEILITZEN, C. V.; CARLSSON, U. (Org.). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 331-336.

DE SOUZA, DAIANE. **Os impactos da influência da mídia ao consumo infantil**. Psicologia P.T Portal dos Psicólogos, 2015.

DOS SANTOS, Andréia Mendes; GROSSI, Patricia Krieger. Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea (Bought Childhood: consumption habits in contemporary society). **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v, v. 6, n. 2, p. 443-454, 2007.

JOVCHELOVITCH, S. **Mídia e consumo**. PUCRS Informação, Porto Alegre, n. 124, p. 26, maio-jun, 2005.

LINN, S. **Crianças do consumo: infância roubada**. Trad. Cristina Tognelli. São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MÍDIA, IBOPE. **Perfil do e-commerce brasileiro**. Disponível: <http://startupi.com.br/2013/12/ibope-midia-traca-o-perfil-do-e-commerce-brasileiro/#sthash.Udm0SPCd>. Dpuf. Acesso em: 02 jul. 2019.

MARTINES, Dominique. **Educação e consumismo infantil**: Reflexões sobre o consumo exagerado na infância e o papel da escola. União das faculdades dos grandes lagos, 2017.

SANTOS, A, M. **Obesidade infantil**: a família com excesso de peso. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

SCHOR, Juliet B. **Nascidos para compra**: Uma leitura essencial para orientarmos nossas crianças na era do consumismo. Trad. Eloisa Helena de Souza Cabral - São Paulo: Editora Gente, 2009.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO, O TRABALHO INFORMAL E A EDUCAÇÃO

Rochana Basso¹

INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização tem sido vivenciado de maneira global, o que de certa forma, tem concorrido para alterações no *modus vivendi* da grande maioria da população mundial. Inicialmente de cunho eminentemente econômico, a globalização tem transformado as relações no mundo do trabalho, alterando padrões na produção, comercialização, transporte, qualidade e de consumo. Criaram-se mecanismos que regem, sob a óptica capitalista, a relações mercantis do mundo contemporâneo.

A introdução de formas inovadoras e de maximização dos lucros trouxe a produção *just in time*, caracterizada pelo fim dos grandes estoques, instigou as compras por encomendas, servindo-se do marketing aliados às tecnologias de ponta que fazem com que as distâncias diminuam exacerbadamente entre produtor e comprador.

Nesse cenário as relações de trabalhos também são alteradas e novos padrões produtivos são estabelecidos. Mas esse fato não está restrito apenas ao mundo mercantil. A educação tem sido um dos setores que experimenta os reflexos da ação globalizante de forma contundente.

Novas formas de ensinar e aprender começaram a tomar os espaços da aprendizagem. Valoriza-se o ensino profissionalizante, inovador, *start up*. A distância diminui e o mundo torna-se uma “aldeia global”, interligada por redes nas mais diversas áreas, interconexões que fazem o fluxo das coisas acontecerem o tempo todo, *full time*.

Nesse contexto, esse artigo procura refletir sobre as interconexões que a globalização pode gerar, desde o saber lidar com o capital quanto ao seu poder de mudança e alienação subjungando setores, espaços e práticas com um propósito único: conquistar novos territórios de forma hegemônica e lucrativa.

BREVE CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Embora o conceito de globalização não seja um fato definido, pode-se afirmar que alguns indicadores são básicos na construção de seu significado. Entre eles, estão: a globalização pode ser entendida como uma época histórica; noutras circunstâncias torna-se um fenômeno sociológico para a compreensão do tempo e dos espaços. Além disso, a globalização postula valores liberais de forma hegemônica e por último, e não menos importante a globalização é vista como um fenômeno sócio econômico que implica no social, no cultural e também na esfera política. Entretanto, o foco preponderante está no fato de oportunizar ou conduzir para a integração de mercados entre os países interligando os espaços, as culturas, induzindo a uma conectividade entre pontos distantes e distintos da

¹ Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Mestranda em Educação URI FW

Terra, porém compartilhando características comuns, nasce assim a aldeia global capitaneada pelo lucro, inicialmente alicerçada nos modelos taylorista, fordista e toyotista de produção.

A acumulação flexível em relação à economia, levou à internacionalização do capital, que por sua vez como parte integrante dessa acumulação, provoca o desemprego estrutural, devido a lógica do capital, que para aumentar seus lucros, investe numa produção cada vez mais enxuta, intensificando o uso de tecnologia, automação, o que vai provocar o desaparecimento de postos de trabalho, e forçar mudanças nas relações trabalhistas, levando a uma intensa precarização dos direitos a elas inerentes.

A criação do funcionário pró-ativo dá agilidade ao processo produtivo, entretanto, esse formato traz benefícios para as empresas, porém, limita os mesmos aos funcionários, pois amplia a exploração patronal quando sistematiza as técnicas de produção por meio do uso da multifuncionalidade e da especialização difusa, ou seja, que ocorre em diferentes segmentos ou setores.

Como reflexo da reestruturação da produção pelo aumento da produtividade, começa a emergir as fragilidades no âmbito da disponibilidade finita de recursos naturais. Quando se percebe a possibilidade da limitação desses, buscam-se novas alternativas energéticas, inovações tecnológicas viáveis, reengenharias na cadeia produtiva.

É tão corriqueira a exclusão social que tem afetado a sociedade, que muitas vezes passa despercebida aos olhos dos operários que simplesmente buscam prestar seu serviço e esquecem de lutar por ideais de melhorias. Desse modo, a exclusão social fica mais agressiva e ampla, tornando cada vez mais complicado a reversão desse quadro.

A globalização é importante para o crescimento de um país, no entanto, o modo como é inserida nessa sociedade é que deve ser analisado. O que acontece é uma inserção abrupta e impositiva. Os que melhor se adaptam mantêm seus postos de trabalho, aos demais resta a certeza do desemprego.

É consenso que a diminuição do emprego é causada pela abertura indiscriminada do comércio, pela não uniformização dos mercados, aumento dos juros, políticas recessivas que defendem o montante financeiro, além dos cortes na economia.

Nessa mesma linha de raciocínio, encontra-se que as alterações tecnológicas combinadas à grande utilização de insumos vindos do exterior na elaboração de bens de consumo, em desvantagem da produção local, ocasiona o denominado desemprego estrutural, no qual são drasticamente excluídas as oportunidades de emprego do mercado. Isso se dá em razão do desenvolvimento tecnológico e das mudanças no núcleo produtivo, o que remete a gênese do desemprego, originado exclusivamente de situações econômicas e de mercado, o que fomenta a grande quantidade de excluídos do mercado de trabalho.

O contingente de pessoas sem emprego que investem na informalidade vai afastando as garantias concedidas pelo direito do trabalho, que assegura principalmente os empregados formais (carteira de trabalho e previdência social...).

É inegável, assim, que a ação da globalização reproduza os seus efeitos na sociedade de forma continuada, perpetuando o legado dos modelos de industrialização que, possivelmente, serão aperfeiçoados ininterruptamente por meio do incremento de novas tecnologias, conduzindo ao aprimoramento do conhecimento no mundo do trabalho e mudando a forma de pensar das pessoas, que atentas à necessidade de prover às gerações futuras os insumos de sustentabilidade ampla, direcionarão seus esforços na promoção do bem estar social, tornando-os primazes nas futuras demandas mundiais.

O TRABALHO INFORMAL E AS TECNOLOGIAS

Para o IBGE (2018) o emprego informal é aquele no qual a pessoa trabalha sem condições regulamentadas pelo governo, ou seja, é aquele em que não há vínculo empregatício, o trabalhador não possui registro em carteira, nem usufrui dos benefícios que lhes são de direito, como FGTS, direito à licença maternidade, auxílio do governo em caso de doenças, entre outros.

O reflexo mais imediato do desemprego surge com a globalização, que remete à exclusão social, a informalidade e a ilegalidade. Nesse diapasão, tem-se buscado, no mundo jurídico, entender os motivos causadores dessas dificuldades, bem como diversas formas de resolver, ou ao menos amenizar seus efeitos.

Desse modo, desemprego nada mais é do que a falta, não de oportunidade, mas de condições sociais para que todas as pessoas tenham acesso. Não há como negar que idade, cor, gênero, qualificação, fazem parte dos requisitos classificatórios. Observando todas essas prerrogativas, tem-se que essa classe da sociedade vive sem renda própria, ou apenas com auxílio de programas sociais disponibilizados pelo governo. No entanto, há pessoas desempregadas que, para conseguir uma renda, subjugam-se a informalidade.

O trabalho informal sendo um meio rápido, prático e com rentabilidade maior, chamava a atenção dos desempregados e até mesmo de quem precisa aumentar a renda para sustentar a família. Configura-se como uma proposta ilusionista aos olhos do Direito do Trabalho, pois de fato, quem sujeitava-se a essas condições abria mão da segurança jurídica do mercado formal.

A informalidade nas relações de trabalho foi reflexo da conjuntura global, na medida que a inexistência de vínculos refletia na redução de postos de trabalho vinculados, ou seja, com amparo da legislação trabalhista. Resta dizer que, ao nível de Brasil, as Leis nº13.429/2017 e nº 13.467/2017 tentaram, de certa forma, inserir novas oportunidades de trabalho, no entanto deixaram a mercê a aplicabilidade dos direitos dos trabalhadores.

Diante do exposto, o contexto social mostra que é necessário compreender como funcionou e ainda funciona a organização da sociedade com relação as transformações nos setores econômicos e trabalhistas. Diversas mudanças aconteceram e as Leis nº13.429/2017 e nº13.467/2017 foram publicadas com o intuito de amparar o obreiro, dando um ar de legalidade ao processo antes informal. Essa nova estrutura atingiu diversas áreas sociais, inclusive a educação.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Atualmente, o conhecimento tornou-se complexo, então deve-se auxiliar o aluno a manter uma melhor organização desses conhecimentos, relacionando-os uns com os outros, levando-o a confrontar o que ele está aprendendo como novo. São verdades atualizadas a cada dia, por meio das novas tecnologias que vêm trazendo transformações e conseqüentemente mudando o paradigma da educação. Não há mais como regular o aluno, ele acessa informações das mais variadas e não está alienado sobre o que acontece a sua volta. Com isso o aluno cria sua própria opinião sobre a realidade, inclusive sobre outras culturas, pois o que acontece no mundo em questão de segundos é compartilhado em todo tipo de mídia. Essa mudança de paradigma implica também na necessidade de repensar a prática educativa. São os efeitos globais que, direta ou indiretamente, acabam transformando o espaço e a realidade local.

A tendência é que a educação se alie ao processo globalizante, porém, não deve ser manipulada pela mesma e cabe aos professores, construir e reforçar a própria identidade cultural, partindo do espaço imediato para o global, preservando assim a identidade, a cultura, as tradições que foram geridos no espaço local.

Com intuito de adequar-se aos tempos globalizantes, por meio de novas posturas, a educação, de um modo geral, precisa promover, fomentar e articular ações que possam contemplar a diversidade, em toda a sua complexidade e abrangência, e assumir uma postura política e pedagógica, ao mesmo tempo, oportunizando ações de ressignificação didático - pedagógica adequadas ao novo perfil de seus alunos e da sociedade global.

Fruto da demanda capitalista neoliberal, a educação também está envolta no padrão econômico mundial, que prioriza a formação para o mundo do trabalho, acrescida sobremaneira das tecnologias e suas inovações, onde estejam muito próximas as alterações na estruturação do mercado de trabalho e suas exigências mais recentes e às vezes, pontuais.

Dessa forma, nem a escola conseguiu escapar da mercantilização almejada pelas ações capitalistas voltadas ao lucro a qualquer preço. Outrora lugar de divulgação do saber, tornou-se nos dias atuais espaço para a exploração e consequente fonte de geração de ganhos, independente da sua função social ou não, fato idêntico ao ocorrido com o trabalho e a sua força produtiva.

Nesse contexto, percebe-se que ocorrem algumas mudanças no nível estrutural como uma tendência à modernização e inovação nos conteúdos, permanente formação e qualificação docente, novas formas e procedimentos para avaliação.

A globalização, principalmente enquanto fenômeno cultural, consegue interferir na escola, buscando ampliar sua dominação atraindo para si diversos atores sociais. Assim, o papel democrático e emancipador da escola, torna-se refém, o que poderá dificultar a plenitude educativa, uma vez que há o indicativo de que a educação é a legitimadora das alterações, dos novos arranjos oriundos do processo globalizador.

A importância da educação está em prover o acesso a todos como a forma mais segura, ideal e digna de se alcançar a cidadania, para além da satisfação das necessidades básicas mínimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a globalização é o vetor de inúmeras consequências, trouxe as novas tecnologias e com elas o desemprego estrutural e a “reorganização” dos mercados.

O trabalho informal tornou-se possibilidade de renda para muitos, embora maquiada pela legalidade, fazendo com que a sociedade se reinventasse aos moldes do sistema capitalista.

E, para a educação não restou outro caminho senão o de acolher e salvaguardar os desempregados, sem qualificação mínima, exército de reserva no mundo do trabalho e subjugados à falta de escolarização, limitados ao direito de cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Maurício Lociks de. Globalização e transformações no Direito do trabalho no Brasil. **Revista dos Estudantes de Direito da UnB**, 6. ed., Brasília, UnB, 2007.

BATISTA, E. A Dialética da Reestruturação Produtiva: a Processualidade entre Fordismo, Taylorismo e Toyotismo. **Revista Aurora PPGCS UNESP**, Marília, v. 7, n. 2, Marília, SP, 2014.

BRASIL. **Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro. 2018.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A Ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992

CHARLOT, B. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, n. 04, p. 129-136, out/dez. 2007.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed., São Paulo: LTr, 2013.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEREIRA, L. **Pejotização**: o trabalhador como pessoa jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, E. R. dos. **O direito do trabalho e o desemprego**. São Paulo: LTr, 1999.

CONCEPÇÕES DE METODOLOGIAS ATIVAS DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA EM DUAS UNIVERSIDADES DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Louise Cerqueira Feijó¹
Franciele Fátima Marques²

INTRODUÇÃO

A aprendizagem, por meio das metodologias ativas, promove estímulos aos estudantes para a construção do saber, ao validar conhecimentos pela análise de problemas. Portanto, por intermédio desta abordagem metodológica, o indivíduo envolve-se em seu objeto de estudo, pois seus sentidos são estimulados para a aprendizagem.

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de campo, realizada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia e apresenta como temática central a análise dos dados coletados nesta pesquisa, de caráter qualitativo, com enfoque exploratório e bibliográfica, em que o objetivo central foi conhecer quais as concepções de metodologias ativas que implícitas no discurso dos acadêmicos de Pedagogia a partir do segundo semestre em duas Universidades de um estado do Rio Grande do Sul.

As estratégias para a construção desta pesquisa constituíram-se de leitura, fichamento de obras pertinentes, contato e coleta de dados com os sujeitos pertencentes ao universo pesquisado, organização, análise e síntese dos dados e sistematização da pesquisa. Os dados foram analisados de acordo com categorias definidas pela orientação teórica e constantes nos instrumentos elaborados para a coleta de dados.

Participaram da pesquisa um total de 05 (cinco) turmas de Pedagogia, em ambas as Universidades, somando o total de 91 (noventa e um) acadêmicos participantes. Somente os acadêmicos matriculados no curso de Pedagogia que estiveram presentes no período de coleta de dados, a partir do segundo semestre, realizaram a pesquisa proposta, conforme constava em documento aprovado pelo Comitê de ética de ambas as universidades.

OS PARTICIPANTES DA PESQUISA: BREVE ANÁLISE

Dos (as) acadêmicos (as) que responderam o instrumento de pesquisa, todos estão cursando a partir do segundo semestre letivo, visto que, esses já estão inseridos nas práticas.

Do total de 91 (noventa e um) participantes, 24 (vinte e quatro) atuam em sala de aula, em sua maioria como auxiliares de sala de aula e/ou corredor, auxiliando os professores regentes no cuidado diário e na escolarização das crianças ou como bidocentes, atuando no cuidado das crianças com deficiência, na Educação Infantil ou nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Apenas um atua na regência de turma, na Educação Infantil.

Ainda, do total de 91 (noventa e um) participantes da pesquisa, apenas 9 (nove) frequentaram Curso Normal Magistério no Ensino Médio, 3 (três) cursaram outro Curso

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia - URI Campus de Erechim. *E-mail*: loufeijo@gmail.com

² Professora do Departamento de Ciências Humanas - URI Campus de Erechim. *E-mail*: francielemarques@uricer.edu.br

Técnico e 79 (setenta e nove) frequentaram o Ensino Médio Regular.

Destes, 21 (vinte e um) afirmam frequentar todos os cursos de formação ofertados pela Universidade, já 13 (treze) afirmam participar, mas com pouca frequência e os demais, num total de 57 (cinquenta e sete) assumem nunca participar dos cursos de formação específicos, ofertados pela Universidade que frequentam. Ainda, 34 (trinta e quatro) consideram que tais formações apresentam impactos positivos em sua formação, enquanto 45 (quarenta e cinco) visualizam poucos ou nenhum resultado e 12 (doze) não responderam. Destaca-se, por fim, que todos os participantes da pesquisa consideram que o Curso de Pedagogia mudou a visão deles acerca dos processos educativos e da formação dos seres humanos.

CONCEPÇÕES DE METODOLOGIAS ATIVAS NO DISCURSO DOS(AS) ACADÊMICOS(AS) E SUA APLICABILIDADE PRÁTICA

Compreende-se as Metodologias Ativas como um ponto de partida para os processos reflexivos, de interações cognitivas e de generalização e reelaboração de novas práticas pedagógicas. (MORAN, 2015). Por meio delas, proporcionam-se habilidades essenciais para a vida acadêmica, profissional e pessoal dos estudantes, pois estimulam-se a criticidade e a autonomia. Moran (2015) defende que quando as atividades e desafios são planejados e organizados, competências desejadas são mobilizadas. Assim, com o auxílio do docente, os estudantes estabelecem conexões não percebidas e tornam-se conscientes do próprio processo de aprendizagem.

Desafios e atividades podem ser dosados, planejados e acompanhados e avaliados com apoio de tecnologias. Os desafios bem planejados contribuem para mobilizar as competências desejadas, intelectuais, emocionais, pessoais e comunicacionais. Exigem pesquisar, avaliar situações, pontos de vista diferentes, fazer escolhas, assumir alguns riscos, aprender pela descoberta, caminhar do simples para o complexo. Nas etapas de formação, os alunos precisam de acompanhamento de profissionais mais experientes para ajudá-los a tornar conscientes alguns processos, a estabelecer conexões não percebidas, a superar etapas mais rapidamente, a confrontá-los com novas possibilidades. (MORAN, 2015, p. 18).

O estudante ativo e consciente de seu processo de aprendizagem necessita escrever, perguntar, discutir ao resolver problemas e desenvolver projetos. Deve realizar mapas mentais que o leva a raciocinar sobre o que está fazendo. Assim, promove tarefas mentais como análise, síntese e avaliação de resultados. (BONWELL; ELSON, 1991; SILBERMAN, 1996).

O papel do docente na aprendizagem ativa é conduzir o processo por meio da seleção de ferramentas pedagógicas, realizar analogias e reflexões junto aos estudantes, para assim, mediá-los ao conhecimento.

Segundo o(a) acadêmico(a) UB, *“Metodologias ativas são metodologias em que o aluno participa em todos os momentos da aula, fazendo a aula dele”*. Ainda, o(a) acadêmico(a) UD descreveu as metodologias ativas como: *“Atividades que desenvolva motora fina e a ampla, e o que possa desenvolver o ser humano como um todo.”* Classifica-se as respostas com pouco fundamentação teórica acerca do assunto, visto que, não se resumem as metodologias ativas na simples participação do estudante, tampouco em atividades psicomotoras.

Um outro exemplo, é a fala do(a) acadêmico(a) FX, ao mencionar que: *“Metodologias ativas é uma aula em que o professor é o centro da aula com bastante conhecimento.”* Neste pensamento, descreve-se o método tradicional de ensino, em que o docente é o centro dos conhecimentos, e não menciona sobre o papel ativo do estudante nesse processo. O(a)

acadêmico(a) FE completa tal pensamento, ao afirmar: “[...] são metodologias utilizadas no dia a dia em sala de aula.” Assim, descreve o que é metodologia como um todo, e não especificamente, metodologias ativas.

Segundo o(a) acadêmico(a) US: “Metodologia ativa é algo diferente do normal com atividades lúdicas, mas que ao mesmo tempo estejam dentro do conteúdo dado.” Assim, tem um discurso priorizando a ludicidade do ensino, mas não especificando sobre a autonomia ou papel ativo e crítico do estudante, característica essencial do estudante nas metodologias ativas.

Do contrário, pode-se perceber que alguns acadêmicos(as) alguma noção do que são as metodologias ativas, como verifica-se em algumas falas. De acordo com UY, “São metodologias utilizadas pelo professor, afim de tornar as aulas mais dinâmicas e mais participativas por parte dos alunos, fugindo do sistema tradicional de ensino.” Nesta citação, constata-se que UY apresenta uma noção do que é a metodologia ativa, pois descreve como diferente do método tradicional de ensino e cita a dinamicidade nas aulas, princípio da metodologia ativa.

Bem como o(a) acadêmico(a) FD, que descreve: “São metodologias que envolvem os estudantes de maneira participativa durante as aulas”. Nesta fala, observa-se que o(a) acadêmico(a) destaca a participação dos estudantes, mas não as classifica como autônomas ou críticas.

Porém, a partir de algumas respostas analisadas, nota-se que somente 15 (quinze) acadêmicos(as) (12,74%) possuem noção clara do que são as metodologias ativas. De acordo com FE: “Metodologia ativa é quando o aluno é o personagem principal e é o responsável pelo seu processo de aprendizado.” O(a) acadêmico(a) destaca a autonomia do estudante e seu papel ativo, descrevendo, de forma sintetizada, mas corretamente, as metodologias ativas.

Ainda, UI, descreve: “Metodologia ativa, ao meu ver, é uma metodologia baseada na participação do estudante, onde ele é o protagonista do próprio ensino aprendizagem, buscando, pesquisando, etc” O (a) acadêmico (a) salienta o papel ativo ao mencionar o protagonismo do estudante, e ainda cita exemplos, como a pesquisa, como práticas pedagógicas, o que o classifica como os(as) poucos(as) que apresentaram uma noção correta das metodologias ativas.

De acordo com outro questionamento inserido do questionário anônimo, “Que práticas você considera dentro dos princípios das metodologias ativas?”, observa-se também, que a maioria dos(as) acadêmicos(as) expressaram-se de forma equivocada, alguns manifestam alguma noção e poucos descreveram práticas que se encontram dentro da concepção de metodologias ativas.

Conforme o(a) acadêmico(a) FF, as práticas dentro do princípio das metodologias ativas são constituídas por: “[...] aulas expositivas que abrem algum espaço para diálogo, como seminários.” Ou seja, destaca-se, em sua concepção, a aula expositiva como uma prática ativa, o que é considerado uma contradição, um equívoco.

Já o(a) acadêmico(a) UF descreve as práticas como: “Aquele em que todos participam da aula.”, sem, no entanto, especificar quais as práticas que envolvem as metodologias ativas.

Dos que demonstraram alguma noção das práticas ativas, pode-se destacar o exemplo do(a) acadêmico(a) UR, que cita: “Debates, mapas conceituais, maneiras em que os estudantes possam se expressar.” Enfatiza algumas práticas corretas, porém não mencionando os projetos, a aprendizagem baseada em problemas, o uso das tecnologias ou, ainda, a “gameificação”.

Ainda, o(a) acadêmico(a) FY descreve que as práticas são: “Teoria e prática, uma complementando a outra. Professor reflexivo, o que busca inovar nas suas atividades em sala

de aula.” Destaca o papel do docente em si, e não a autonomia e o protagonismo do estudante.

Há, porém, alguns acadêmicos(as) com noções exatas das práticas que englobam metodologias ativas, destacando-se algumas falas. O(a) acadêmico(a) FV, as menciona como: *“Práticas que reconheçam os conhecimentos prévios das crianças e sua realidade. E visem a autonomia dos educandos.”* A resposta faz muito sentido, pois ao construir e planejar uma prática que visa a autonomia do estudante e que relacione-a ao seu contexto, constrói-se uma aprendizagem ativa.

Destaca-se ainda o(a) acadêmico(a) UY que exemplifica as práticas como: *“A inversão de sala de aula, o uso de jogos, de tecnologias em geral, para a busca de diferentes fontes que completem o que foi dito em sala de aula, unindo a educação formal, com a busca pelo conhecimento.”* Neste discurso, verifica-se que a partir de exemplos descritos, o(a) acadêmico(a) possui domínio dos conceitos e práticas de metodologias ativas.

Segundo Pecotche (2011), para promover a aprendizagem ativa, o estudante necessariamente deve realizar funções mentais de observar, refletir, entender e raciocinar, que segundo o autor, em conjunto formam a inteligência. Contrapondo o ensino tradicional e passivo, o estudante necessita ser dinâmico em sua aquisição de conhecimentos.

Por meio das práticas realizadas na sala de aula, quando estas apresentam uma organização e planejamento, constrói-se o conhecimento de forma mais eficaz e prazerosa. Segundo o(a) acadêmico(a) FB, as práticas ativas devem: *“Valorizar os conhecimentos prévios, utilizar a conversa como mediação em conflitos, respeitar e considerar o estudante como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem.”* O(a) acadêmico(a) UG menciona as práticas ativas como: *“Projetos construídos junto com os alunos e eles vão em busca do objeto de estudo. Práticas inovadoras construídas pelos alunos relacionando a teoria e prática.”*

De acordo com Ribeiro (2005), os estudantes que vivenciam os métodos ativos adquirem mais confiança na tomada de decisões e aplicações de conhecimentos em práticas. Por meio das metodologias ativas, aprendem a se expressar com mais desenvoltura, tanto na oralidade quanto na escrita e constroem uma aproximação na resolução de problemas, buscando vivenciar situações que necessite de tomada de decisões por conta própria, enfatizando a autonomia do pensar e praticar.

Nestes termos expostos, partindo do conceito de metodologias ativas proposto pelos autores mencionados nesta pesquisa, observa-se que a maioria dos acadêmicos, de ambas Universidades pesquisadas, não possuem uma clara noção do que são as metodologias ativas. Verificou-se ainda, que alguns apresentaram ter pouco conhecimento do conceito estudado e poucos manifestaram uma ideia correta do que são as metodologias ativas e sua aplicabilidade prática, destacando a necessidade de uma maior inserção destas práticas pelos professores que atuam em sua formação, bem como, estudos mais aprofundados sobre a temática em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta pesquisa de campo e estudo bibliográfico, por meio da análise dos questionários anônimos estudados dos(as) acadêmicos(as) dos cursos de Pedagogia, afirma-se que as metodologias ativas ainda são práticas pedagógicas pouco conhecidas. Apesar de serem metodologias que se apresentam em vários estudos de profissionais e pesquisadores da educação como possibilidades de ferramentas didáticas com o intuito da formação crítica, autônoma e reflexiva do indivíduo, são poucos os sujeitos que tem conhecimento acerca de sua existência e da organização da educação a partir destas.

Ser ativo, significa interagir, com seu meio, docente, estudantes e colegas, com o material pedagógico e também utilizar as diversas linguagens para favorecer o envolvimento do estudante com sua aprendizagem, de maneira globalizada: seu pensamento, linguagens, movimento corporal, comunicação com o mundo. Somente por meio da criticidade e comprometimento, é provável que a formação do indivíduo seja autônoma e significativa.

Enfim, diante da relevância destes conhecimentos apresentados, percebe-se por meio da análise deste estudo e pesquisa que é escassa a percepção e noção das metodologias ativas, e quanto maior visibilidade e aprofundamento deste tema for realizado, um maior diferencial será implementado na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico - prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BONWELL, C. C.; EISON, J. A. **Active learning: creating excitement in the classroom**. 1991. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED336049.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. *In*: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (Org.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2. Ponta Grossa: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas). Disponível em: <http://rh.unis.edu.br/wp-content/uploads/sites/67/2016/06/Mudando-a-Educacao-com-Metodologias-Ativas.pdf>. Acesso em: 24. Out. 2018.

PECOTCHE, C. B. G. **Logosofia: ciência e método**. São Paulo: Ed. Logosófica, 2011.

RIBEIRO, R. de C. **A aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma implementação na educação em engenharia**. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis, 2005.

SILBERMAN, M. **Active learning: 101 strategies do teach any subject**. Massachusetts: Ed. Allyn and Bacon, 1996.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA NO OLHAR DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Micheli Santa Catarina¹
Leandra Sacon²
Franciele Fátima Marques³

INTRODUÇÃO

A gestão democrática e participativa, têm sido, no âmbito educacional, defendida como uma dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando garantir processos coletivos de participação e decisão, que ampliem o envolvimento de estudantes e professores, bem como, promovam a construção da autonomia. Escritos à luz de Lima (2000), apontam como relevantes alguns critérios para a construção da democracia, tais como, métodos de diálogo, de participação e de discussão. A escola que adota em sua prática a gestão participativa e a coloca em prática, estará contribuindo positivamente para a formação de sujeitos autônomos, pois, de acordo com Freire (1996), a autonomia é vista como um princípio pedagógico para uma educação libertadora, que fornece condições para que o educando tenha suas próprias ideias e argumentos, que seja sujeito de sua história e responsável por seus atos. Ainda, de acordo com Veiga (2001), para a compreensão dos fundamentos da gestão democrática, é necessário entender a escola como uma instituição social, a qual tem por objeto a formação plena de cidadãos críticos e conscientes, destarte, tal premissa precisa encontrar maneiras efetivas de concretização, vivenciando a democracia primeiramente no contexto escolar. Discutir gestão democrática implica, assim, refletir sobre os problemas enfrentados diariamente na escola e em seu entorno, entendendo que esse movimento de organização do trabalho pedagógico corrobora ou impede o desenvolvimento de uma prática participativa também no contexto social.

Ressalta-se que, na perspectiva dos autores aqui mencionados, a participação coletiva nos espaços de discussão são de suma importância para a efetivação da gestão democrática. E, é tendo por base tais perspectivas que traz-se à tona discussões com um aprofundamento teórico e sua fundamentação prática, a partir da pesquisa realizada com um grupo de professores de escolas públicas de um município do Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir do exposto, caracteriza-se como gestão democrática as ações da equipe gestora que levam em consideração os princípios democráticos, sendo estes a participação, o diálogo, a autonomia, a discussão, a igualdade, entre outros, incluindo-se os professores, funcionários, alunos e família, nos processos de planejamento e organização dos espaços e da ação escolar, estabelecendo-se assim uma democracia, na qual integram-se os diferentes segmentos da sociedade e todos participam ativamente nas decisões da escola.

A pesquisa teve como universo de investigação duas escolas da Rede Pública, sendo uma Municipal e outra Estadual, onde foram aplicados questionários anônimos à quatorze

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI Campus de Erechim

² Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI Campus de Erechim

³ Professora do Departamento de Ciências Humanas - URI Campus de Erechim

participantes, dentre estes, diretores, coordenadores pedagógicos e professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de investigar quais as estratégias utilizadas pelos gestores, consideradas democráticas e constituintes da autonomia de professores e estudantes.

O CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES

A gestão democrática refere-se à forma de organização do trabalho pedagógico, incluindo-se nesta os princípios democráticos do diálogo, da participação ativa e crítica, das decisões coletivas e do engajamento nas ações. Sobre este aspecto, o professor EL afirma acerca da gestão democrática que: *“É a que prioriza o coletivo, ou seja, a participação de todos no âmbito escolar [...]”*. Como preconiza também o professor MD, ao descrever que: *“É quando acontece a participação do coletivo: gestores, professores, funcionários, famílias e alunos, enfim todos os envolvidos na comunidade escolar, nas ações e decisões da escola.”* Percebe-se com as falas, que torna-se indispensável a presença e participação de diferentes segmentos da sociedade no ambiente escolar.

Em viés contrário a estas percepções, o professor EG aponta que: *“É uma direção em que decide junto com os professores e funcionários da escola [...]”*. Também, o professor MB afirma que: *“É quando possibilita a participação de professores e funcionários nas decisões da escola.”* Percebe-se nestas concepções abordadas que pais e estudantes são excluídos dos processos de decisões da escola ou são vistos como sujeitos secundários, que acatam as decisões, sem envolvimento nestas. Assim, os professores envolvidos apresentam, por vezes, concepções contrárias ao real sentido da gestão democrática, entendendo a necessidade de participação coletiva em poucos momentos e, ficando direção e professores como os principais sujeitos atuantes na esfera de decisões escolares.

É necessário que, para validar a gestão democrática de uma escola, analise-se sua prática, em que nela deverão estar presentes ações que garantam a efetivação da democracia. Os espaços escolares em que os colegiados são compostos por representantes de diversos segmentos escolares e da sociedade, são um exemplo comprovado de gestão democrática. Sobre este aspecto, o professor MB, ao ressaltar as ações realizadas na escola e que são consideradas democráticas, afirma que, são instituições que garantem o poder de decisão descentralizado: *“Existência do CPM, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil atuantes, Conselho de Classe, reuniões pedagógicas, entre outros.”* Conforme destaca Abranches (1998), é de suma importância a existência desses órgãos colegiados no ambiente escolar, pois possibilitam novas formas de gestão, auxiliando a escola em questões pedagógicas, financeiras e administrativas, além de auxiliar a escola no desenvolvimento de um ensino de qualidade.

No entanto, apesar do entendimento da necessidade de uma gestão que atue de forma descentralizada, buscando a participação e o envolvimento de todos, percebe-se, nas falas, que alguns professores deixam clara a inexistência de propostas fundamentadas em princípios democráticos. Tal afirmação faz-se presente na fala do professor EL, ao afirmar que são: *“Troca de ideias, Reuniões pedagógicas, o saber ouvir da equipe diretiva com relação aos professores.”* E ainda, como traz o professor EG: *“Reuniões pedagógicas; Rodas de conversas; Observações de atitudes e comportamento dos estudantes.”* Em suma, nota-se que, além da falta de entendimento dos professores acerca da gestão democrática e dos princípios de autonomia que esta proporciona, também não possuem clareza sobre as ações a serem desenvolvidas para garantir a efetivação dos princípios democráticos já pontuados anteriormente.

Ressalta-se, nas colocações dos professores, o papel fundamental destes na efetivação da gestão democrática do espaço escolar, em que estes promovem a participação de estudantes e, em consequência, dos pais e comunidade escolar. Destaca-se, novamente, o conselho de classe como um órgão colegiado relevante, pelo qual concretiza-se uma das formas de participação dos professores. São estes profissionais, atuantes em sala de aula, que estão em contato diário com os estudantes, podendo observar seus anseios, problemas, conflitos e trazê-los à tona nos momentos de reuniões, procurando juntos a resolução de problemas e conduzindo melhorias. Em conclusão, estes contribuem positivamente com a gestão da escola, como aponta Dalben (2004) afirmando que as formas de participação do Conselho de Classe vão desde intervenções em sala de aula à relações com o processo pedagógico global da escola.

Nestes termos, em concordância com o exposto, expressa-se a fala do professor EJ, o qual destaca que: *“Os professores opinam e atuam de forma coletiva, pois estão envolvidos na gestão democrática de forma atuante.”* Corroborando com estas ideias, o professor MD destaca que: *“Os professores participam na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola, do Conselho Escolar, do CPM.”* De acordo com estas falas, verifica-se que os professores participam da gestão da escola, ao passo em que se envolvem nos colegiados e reuniões. Entretanto, são participações em momentos específicos de convocação por parte da direção, assim como fica expresso em vários momentos, nas afirmações dos professores. Sobre a temática, ressalta-se a fala do professor EG: *“Colaboramos com opiniões e críticas construtivas aos projetos delimitados pela direção, em reuniões e conversas informais.”* Assim como a fala do professor ME, ao escrever que: *“O professor como educador contribui na construção do conhecimento e de indivíduos letrados e competentes em todas as áreas sociais, com sua ação delimitada a sala de aula.”* Percebe-se, com isso, que alguns professores não têm clareza de sua atuação na gestão, logo, não estão participando ativamente desta, limitando sua inserção escolar na prática de sala de aula, em que expressam estar cumprindo o seu papel docente. Extrai-se então, que a gestão democrática não está sendo exercida de forma integral, ou seja, com a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar e local.

Ao passo em que se considera relevante a participação dos colegiados no cotidiano da escola, é necessário pensar também na organização e atuação do grêmio estudantil, que é um órgão colegiado no qual existe a participação ativa dos estudantes na gestão escolar, que contribui na formação e no desenvolvimento pessoal destes, formando cidadãos críticos, conscientes, responsáveis e participativos. A escola, de acordo com Libâneo (2002, p. 49) é: *“[...] uma instância de promoção da autorreflexão e do desenvolvimento das capacidades intelectuais e operativas, necessária à formação da razão crítica [...]”*, sendo assim, um espaço que garante a formação integral dos indivíduos para o exercício da cidadania. Além da participação no grêmio estudantil, como destaca o professor MA, ao afirmar que os estudantes participam também de: *“Conselho escolar, elaboração das normas de convivência escolar, conselho de classe, entre outros, de acordo com as necessidades da escola.”* É de suma importância os alunos terem este espaço para se expressar, bem como, ressalta-se a relevância dos professores em saber ouvir os anseios e as propostas desses estudantes e buscar ações coletivas. Como afirma Freire (1996), uma pessoa só fala efetivamente com a outra, quando esta é escutada criticamente. O educador que consegue escutar seus alunos, está educando sua fala, ou seja, não é mais uma fala à ele e sim, uma fala com ele. Não considera-se uma gestão democrática, quando o professor impõe suas ideias e impossibilita o diálogo, como afirma o professor EH, ao declarar que: *“Os alunos participam das atividades promovidas pelo gestor, mas não opinam [...]”*. E ainda o professor EK escreve que os alunos participam: *“Nas escolhas de algumas atividades realizadas na escola.”* A partir destas falas, verifica-se que

alguns professores ainda não estão abertos ao diálogo e a participação dos estudantes, impossibilitado que estes tenham uma formação dentro dos princípios de autonomia e democracia.

Observa-se, por fim, os diferentes posicionamentos dos espaços escolares, em que uma das escolas pesquisadas apresenta uma proposta de gestão democrática, e a outra nega esse direito aos seus estudantes, oportunizando-lhes poucos espaços de atuação e decisões.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DO ESPAÇO INSTITUCIONAL E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

São as instâncias colegiadas, formadas por representantes da comunidade escolar e local, que validam a gestão democrática na escola. Assim sendo, as propostas são pensadas e decididas em conjunto, ouvindo-se todos os representantes e decidindo juntos pelo melhor para a escola e para o processo de ensino e aprendizagem. Nos dizeres de Silva (2014, p. 34): “A integração da comunidade escolar com a gestão democrática participativa é fundamental, e essa junção contribuirá para o surgimento de parcerias e resultados positivos para a educação. Ao que também afirma o professor ME, ao ressaltar que a comunidade: *“Poderá participar dos processos decisórios da escola, organização, construção dos projetos pedagógicos, administração dos recursos escolares, do conselho escolar, grêmios estudantis, entre outros.”* Além disso, o professor MF destaca que: *“É através do CPM, Conselho Escolar e mãe conselheira [...]”* que a comunidade escolar está participando, conquistando seus espaços e contribuindo com a gestão da escola.

Destaca-se, no entanto, que na concepção dos professores pesquisados, a gestão democrática está limitada a poucos momentos de participação, como fica expresso na fala do professor MB, o qual afirma que há: *“[...] participação das famílias nas reuniões e eventos da escola.”* Ou seja, em momentos que a direção sente necessidade e, assim, clama pela atuação dos demais segmentos.

Para a efetivação da gestão democrática escolar, torna-se necessário que algumas ações sejam realizadas e passem a fazer parte do cotidiano da escola, como a participação e envolvimento de diferentes segmentos da comunidade escolar e local em processos decisórios. Contudo, para a efetivação da participação coletiva, torna-se necessário que a escola esteja aperfeiçoando-se e pensando em melhorias como uma maior participação dos alunos e comunidade escolar; decisões coletivas e gestão participativa, para então otimizar o seu trabalho e garantir espaços de atuação de todos. Escreve o professor MF, ao afirmar ações necessárias à melhoria da gestão democrática: *“Que a comunidade escolar, como um todo, participe efetivamente da escola [...]”*. Contribuindo com esta ideia, o professor MA escreve que, para melhorar a gestão democrática, deverá se ter: *“A participação efetiva da comunidade escolar na gestão integral da escola [...]”*. Fica nítido que, se os professores sugerem como melhoria da gestão democrática o envolvimento e atuação da comunidade escolar, logo, a escola não está operacionalizando o que é necessário para que exista de fato a democracia. Por conseguinte, existem princípios da gestão democrática considerados fundamentais para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, como por exemplo a participação ativa, democracia e diálogo, assim como afirma o professor EH: *“Alguns princípios são: a participação dos envolvidos, a transparência nas atividades e democracia nas decisões.”* Acrescentando a essa ideia, o professor MD afirma que são os princípios de: *“Diálogo, união, respeito, valorização e trabalho coletivo [...]”* que auxiliam nesse processo.

Ressalta-se que, a partir do momento em que os sujeitos têm voz e vez no cotidiano da escola, estes vão desenvolver efetivos graus de autonomia. É relevante trazer à tona outra vez,

os colegiados, que são de extrema importância para os sujeitos estarem expressando suas ideias, anseios, críticas, enfim, tendo espaço para poder representar os demais, desencadeando assim, uma participação e atuação responsável, fomentando o desenvolvimento da autonomia. Como afirma Freire (1996, p. 40), “É decidindo que se aprende a decidir [...]” e é por meio desse processo de tomada de decisões responsáveis que se aprimora gradativamente a autonomia de professores, estudantes e comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, com a pesquisa, que as práticas pedagógicas adotadas pelos gestores e que são consideradas por eles democráticas e constituintes da autonomia são os órgãos colegiados, mas que possuem pouca participação, o que ficou presente nas falas de boa parte dos professores pesquisados. A partir do exposto e, percebendo-se que apenas parte dos professores visualizam estas práticas democráticas no ambiente escolar, extrai-se que a gestão democrática não está sendo exercida de fato, apresentando-se de forma esparsa e delimitada, com o foco da gestão mantido na figura central do diretor e de sua equipe de trabalho: vice-diretores e coordenadores pedagógicos.

Percebe-se por meio das falas dos participantes da pesquisa, a falta de entendimento por parte destes sobre os princípios que permeiam e estabelecem a gestão democrática, bem como, acerca das ações que validam tais princípios no cotidiano da escola, assumindo essa falta de entendimento como a principal causa da não implementação da Gestão Democrática.

Por fim, destaca-se que há ainda um longo caminho a percorrer no que se refere aos conceitos e a aplicabilidade dos princípios democráticos da gestão, para a efetiva participação da comunidade escolar nas decisões coletivas do âmbito escolar. Coube a esta pesquisa ser uma fonte inicial de discussão para tais conceitos e proposições de efetivação da Gestão Democrática Escolar.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica Fernandes. **Colegiado Escolar**: espaço de participação da comunidade. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252464>. Acesso em: 06 jun. 2019.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação - Perspectiva na Gestão Pedagógica da Escola**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Licínio Carlos Viana da Silva. **Organização escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã; v. 4).

SILVA, Michele Pereira. **A participação da comunidade escolar na gestão democrática: Os mecanismos de participação.** Monografia (Especialização). Universidade de Brasília. Brasília, DF: 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9141/1/2014_MichelePereiraSilva.pdf. Acesso em: 13 jun. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). Projeto político-pedagógico da Escola: uma construção coletiva, *In: Projeto político-pedagógico da Escola: uma construção possível*. 13. ed., Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.

A BNCC E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lurdes Casa¹
Anelise Brod²
Leandra Sacon³

INTRODUCAO

O presente trabalho do curso de Pedagogia apresenta como tema principal a importância da BNCC para o currículo da Educação Infantil. Tendo como problema, quais fundamentos legais e teóricos embasam o currículo na Educação Infantil e garantem o desenvolvimento educacional e integral da criança a partir da BNCC? Para sua construção foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de caráter exploratório, diante do exposto, tem-se como objetivo refletir sobre a importância do currículo e como ele está sendo inserido na Educação Infantil. Este trabalho tem como estudo o conceito do currículo escolar informando as considerações e organizações curriculares na Educação Infantil, tendo como eixo a Educação Infantil na legislação. Justificando também que a legislação vigente e as teorias a respeito da Educação Infantil nos obrigam a refletir sobre as práticas pedagógicas docentes a fim de garantir uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem. Após o término desse trabalho podemos perceber que a pesquisa foi um suporte relevante para as reflexões de um currículo pensado e baseado em elementos orientativos na área educacional. O projeto curricular é uma ferramenta fundamental para a tomada de decisões e a melhoria da qualidade do ensino, um importante instrumento de renovação, transformação e socialização de valores.

A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA ESCOLA

O currículo deve servir de orientação aos professores para organizar as características em que identifique os conteúdos das diferentes áreas, ele informa quando, como e o que ensinar e avaliar nos conteúdos educativos. O conceito curricular é entendido como o que a criança precisa aprender (a descoberta de si mesma, do meio social e natural, as linguagens...).

Diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como:

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA, 1997, p. 17-18)

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia URI Erechim. *E-mail*: lurdescasa22@uricer.edu.br

² Acadêmica do curso de Pedagogia URI Erechim. *E-mail*: leandrasacon@gmail.com

³ Professor do Departamento de Ciências Humanas URI Erechim. *E-mail*: anelise@reitoria.uri.br

Segundo Bastos (2013), pode-se dizer que essas concepções reproduzem e diversificam ações, responsabilidades e pontos de vista teóricos, as discussões sobre o currículo incorporam conhecimentos, procedimentos, transformações, valores e identidade.

Para Saviane (1996) o currículo educacional brasileiro vem adquirindo clareza e contexto em suas reformulações nos diversos graus de ensino, sendo utilizado como um importante instrumento no desenvolvimento de renovação, transformação e socialização de valores e engajamento, definindo conhecimento, bem como, um conjunto de experiências vivenciadas pelos alunos associando com o que eles são, pensam, sabem e o que aprendem, proporcionando a reconstrução dos conhecimentos já obtidos, tendo como estratégias e argumentos, os acontecimentos nas escolas ou sala de aula.

A relação entre currículo e a prática pedagógica apresenta-se no cotidiano escolar desde a Educação Infantil. O cuidar e o educar se tornam elementos articuladores para as ações na Educação Infantil. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o cuidar e o educar devem agir em conjunto, juntamente com a equipe pedagógica da instituição, garantindo uma forma integrada nas metodologias aplicadas.

O cuidar está interligado a tudo o que acontece no dia a dia na escola, desde a alimentação, até a segurança. Na hora da refeição todo cuidado é pouco. A atenção nos atos que a criança faz como não jogar o alimento fora, cuidar para que o outro colega não pegue sua refeição e observar e incentivar as crianças na alimentação são pequenas coisas, mas que fazem parte do seu desenvolvimento.

O educar se refere ao aprendizado da criança fator que contribui para o processo de formação, juntamente com o cuidar.

As práticas, como contar história, banhar os bebês, alimentá-los são vivências que integram o desenvolvimento do currículo da criança, sempre baseado nos objetivos da instituição escolar para introduzi-las a uma comunidade. (MOREIRA,1997).

As concepções curriculares distinguem-se nos diversos modos de como a educação é influenciada historicamente, com elementos diferenciados política, cultural e socioeconômico. Na visão de Moreira e Candau (2007), p.18 “[...] os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir.”

Partindo deste princípio, currículo é o entendimento de que as experiências escolares que constroem a identidade dos nossos estudantes associando-se então a um conjunto de aplicações de trabalhos pedagógicos com intenções educativas. De maneira geral, pode-se afirmar que currículo é a seleção cultural de determinados conhecimentos e práticas de ensino e aprendizagem que, produzidos em contextos históricos determinados, procuram garantir aos educandos o direito ao conhecimento e a cultura, elaborado socialmente. (MOREIRA E CANDAU, 2007).

É importante garantir os direitos das crianças de descobrir e conhecer o mundo por meio das brincadeiras, atividades, trocas, por meio das mais variadas relações com os adultos, objetos e demais crianças, pelas discussões na consolidação de um currículo pautado no respeito e reconhecimento da criança como sujeito de direitos, construindo assim a primeira etapa da Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 1996).

Uma proposta curricular considera maneiras de incluir e de almejar a vida. Pressupõem formas de preparar o ser humano, o conhecimento e a sociedade, assim se define o papel da escola em concordância com suas funções. Sendo um documento de referência, a BNCC orienta as formulações do currículo no contexto da Educação Infantil, estruturando-a em eixos e articulando objetivos em torno desses princípios, no campo da política pública nacional. A BNCC avança e desenvolve documentos normativos e constitucionais em que os

currículos não se limitem aos conhecimentos, saberes e valores, mas que sejam capazes de incentivar a aprendizagem de habilidades para que os sujeitos aprendam a fazer escolhas. (RODRIGUES, 2017).

A BNCC na Educação Infantil fundamenta suas estruturas com objetivos e direitos a aprendizagem e desenvolvimento educacional em todas as etapas de escolarização, constituindo como principal elemento os princípios éticos, estéticos e políticos como um conjunto que orienta as definições e objetivos das propostas curriculares educacionais. Dá-se destaque ao Artigo 8º das DCNs, às preocupações com o ensinar e o brincar, o qual comunica:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009, p 20).

De acordo com Rodrigues (2017) nas orientações das DCNs para a Educação Infantil a BNCC aponta cinco princípios de ações que irão orientar o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, são eles: Brincar, Explorar, Conviver, Expressar, Participar e Conhecer-se. Esses campos de experiências dão fundamento a inúmeras práticas pedagógicas, com espaço para a construção de novos saberes onde a criança aprende e se desenvolve por meio de suas aprendizagens, vivências e constrói suas experiências, conhecer os vários modos de desenvolver o senso crítico e estético depende de um comprometimento com a educação, organizando e estruturando o currículo o mais próximo da vida concreta da criança, respeitando o mundo da criança, entrelaçando saberes e conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural dela.

Essa prática pedagógica que compõe a proposta curricular apontam cinco campos de experiências, que devem ser assegurados às crianças por meio de interações e brincadeiras:

a) O eu, o outro e o nós;

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. E ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

b) Corpo, gestos e movimentos;

Com o corpo as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

c) Traços, sons, cores e imagens;

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras.

d) Escuta, fala, linguagem e pensamento;

Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

e) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade, etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã, etc.). A Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.

Rodrigues (2017) fala que nesses campos os saberes selecionados são adequados às crianças, contextualizando sua formação social e pessoal, experiências e visão de mundo. Nessa concepção a criança passa a ser o foco absoluto do currículo como um sujeito histórico e social com direitos. Direito a educação, a cultura, a saúde a viver com dignidade como um ser dinâmico que passa por diferentes transformações. Toda criança ao chegar em uma unidade de Educação Infantil já chega com aprendizagens e experiências já vividas que devem ser valorizadas como ponto de partida da prática pedagógica. Os campos de experiências do cotidiano das crianças desperta vários processos de desenvolvimento que constituem situações concretas por meio do contato com o outro ela aprende a desenvolver-se em diferentes condições e em situações variadas. Nessa perspectiva a possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento fundamenta a criança enquanto sujeito histórico social com direito de aprender e se desenvolver de uma maneira democrática, lúdica e solidária, conceituando o espaço escolar como um organismo vivo e um currículo em constante transformação.

Pensar em currículo para a Educação Infantil é pensar sobre a identidade das crianças, como elas aprendem, e como se desenvolvem, assim como suas necessidades e interesses. Além disso, a construção do currículo deve passar pela questão que norteia as escolhas vinculadas à proposta Pedagógica. O currículo não deve atrapalhar o processo de ensino e aprendizagem e, para isso, o professor deve estar atento à intenção do que será desenvolvido, se está ou não, dificultando o aprendizado por causa de sua excessiva extensão, assim como avaliar constantemente o método utilizado, procurando ajustar suas ações para que seja favorecido o desenvolvimento contínuo das crianças da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os estudos feitos sobre currículo na Educação Infantil foi possível identificar que os conteúdos elencados não apresentam muita variação, pois a Base Nacional Comum Curricular orienta sobre como o currículo deve ser implementado nas instituições, as obras literárias contribuem para o que considero fundamental, a elaboração de projetos educativos pedagógicos, a estruturação cultural e social, o cuidar e educar visando sempre o crescimento educacional e social da criança.

O currículo é essencial para que na escola se manifeste uma ação autônoma para investigar e permitir discussões para que predomine o intermediar. A importância de formar seres autônomos, descobridores e curiosos é a finalidade da educação, não somente no cuidar de si, mas também em seu aspecto moral. Melhorias acontecerão se existir a perspectiva onde educadores, estudantes e toda a população, com ações concretas em âmbito institucional exigirem mudanças na política educacional.

A integração da Educação Infantil no âmbito da Educação Básica, como direito das crianças de 0 a 6 anos é dever do Estado e da sociedade civil. Portanto, a organização do

currículo é essencial para que a educação seja de qualidade, e proporcione aprendizagem eficaz e sirva para planificar a cidadania por meio do currículo escolar.

REFERÊNCIAS:

BASTOS. M. A. **Considerações Sobre o Conceito de Currículo e seu Papel na Universidade**. 2013. Disponível em:

https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/o_encontro.html . Acesso em: 02 jun. 2019

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394/96. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NASCIMENTO. L. F, CAVALCANTE. M. M. D. Organização curricular na educação infantil: uma questão de gestão escolar. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/10814> . Acesso em: 02 jun. 2019.

MOREIRA, A. F. B. (org.) **Currículo: Questões Atuais**. Campinas, SP: Papiros, 1997

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. (org.) **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

RODRIGUES. A. C. S. DAMASCENO. J. L. COSTA E SILVA. W. A. SILVA. A. C. **A Base Nacional Comum Curricular: Perspectivas para a Formação da Identidade e o Reconhecimento**. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/index>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SAVIANE. Nereide. **Elaboração e Implementação do Currículo: alguns enfoques e problemas atuais**. **Revista do SIMPEEM**, n. 3, São Paulo, fevereiro de 1996, p. 9-14.

A EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

Leandra Sacon ¹

Idanir Ecco ²

Micheli Santa Catarina ³

INTRODUÇÃO

A educação humanizadora é uma maneira do professor trabalhar com valores humanos no contexto escolar e, assim, por extensão vivenciá-los, por seus alunos, no dia a dia na sociedade em que estão inseridos. Por meio da educação humanizadora os escolares valorizam o diálogo e refletem antes de praticar qualquer ação. Porém, é perceptível que muitas vezes professores desenvolvem os conhecimentos científicos e se esquecem do mais importante que é a educação na perspectiva da humanização.

Este artigo, resultado de uma pesquisa, consta argumentos registrados por professores no instrumento de coleta de dados, (questionário anônimo) em que contempla a concepção de educação humanizadora dos professores que estão inseridos no processo educativo. A principal base teórica utilizada nessa elaboração foi: Freire (2007), Veiga (2008), Klaar *et al.* (2015), Ecco (2018).

Portanto, a educação vista como prática da liberdade do ser humano, o considera um ser pensante constantemente desafiado, em suas ações, para que reflita e construa uma solução para o que foi proposto.

A educação deve ser pensada como prática para a formação do ser humano, tendo em vista a sua contribuição para resgatar valores humanos. Com a prática da educação humanizadora, pode-se acreditar em um mundo melhor. Assim, a relação com as pessoas da sociedade será aprimorada, levando em consideração a dignidade humana.

EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: ALGUNS ASPECTOS

A concepção de educação humanizadora na visão de Freire (2007), caracteriza os seres humanos como sendo eles incompletos, inconclusos e inacabados, tendo como fundamental a busca do ser mais. Assim, o ser humano está sempre em busca de acrescentar algo em sua vida, superar os desafios, alcançar os objetivos que lhes são importantes, querendo sempre superar-se, e é desta maneira que o ser humano constrói sua própria identidade.

A educação na perspectiva da humanização compreende o ser humano na sua totalidade, partindo sempre de suas experiências e vivências. Assim, educar é um processo ativo que constitui a reflexão e interação entre os humanos no seu dia a dia, na vivência em sociedade, estando sempre em constante transformação por meio da reflexão e ação do homem.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia - URI Campus de Erechim

² Professor do Departamento de Ciências Humanas - URI Campus de Erechim

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia - URI Campus de Erechim

Na sequência apresenta-se a análise dos dados coletados mediante a investigação nos Projetos Políticos Pedagógicos de três escolas participantes, e da aplicação de um Questionário Anônimo com os professores da rede pública de um município da região norte do Rio Grande do Sul. Todos os professores participantes consideram-se professores humanizadores, enfatizando a formação integral dos alunos, respeitando as suas individualidades e valorizando o diálogo, como foi registrado em resposta à uma das questões do instrumento de coleta de dados em que perguntou-se: “Você se considera um professor humanizador”.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO HUMANIZADORA EXPRESSA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Pensando nos elementos que fundamentam o processo educativo na escola, destaca-se a importância que projeto político pedagógico possui para orientar a prática dos professores e gestores educacionais. Entretanto, “a principal possibilidade de construção do Projeto Político Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.” (VEIGA, 2008, p. 14).

Nos projetos políticos pedagógicos analisados um dos aspectos citado é a formação de cidadãos críticos e conscientes capazes de realizar possíveis transformações no meio em que vivem e na sociedade, para que ela se torne cada vez mais justa e igualitária, considerando o que consta em um dos Projetos Políticos Pedagógicos, “o desenvolvimento das competências intelectuais, éticas e estéticas necessárias à formação do ser humano apto a interagir na sociedade do seu tempo e capaz de interferir construtivamente na realidade sócio-econômico-cultural.” (PPP, 2017c, p. 32).

Identificou-se em um dos Projetos Políticos Pedagógicos analisados princípios norteadores para as práticas desenvolvidas no ambiente educativo na perspectiva da educação humanizadora, sendo esses fundamentais para resgatar os valores e atitudes essenciais para a formação dos alunos, e que contribuem no processo de ensinar e aprender, “[...] compreendendo os direitos e deveres do homem sem segregar raça, cor, religião ou ideologia.” (PPP, 2017b).

Cabe ressaltar que os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas necessitam abordar a diversidade, o respeito às diferenças e a educação das relações étnico-raciais e de gênero para construir um referencial curricular baseado na realidade do aluno. Em um dos Projetos Políticos Pedagógicos está registrada essa preocupação: “A escola busca um processo pedagógico eficaz, em que o aluno seja sujeito do mesmo e participe de sua aprendizagem, que deverá ser contínua e cumulativa, zelando pela garantia da ética e do bem comum.” (PPP, 2017a, p. 23). Percebe-se o quanto é importante à participação de todos que estão envolvidos com a escola para construir o Projeto Político Pedagógico, pois será a base das práticas para desenvolver no dia a dia no ambiente educativo.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO HUMANIZADORA DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

A partir da análise do registro das falas contidas nos instrumentos de coleta de dados quando perguntados “Na sua concepção defina educação humanizadora”, foi possível

identificar que as respostas agrupam-se em torno de duas grandes concepções: formação integral e relações afetivas.

A formação integral engloba diversos aspectos relacionados com o desenvolvimento intelectual, cognitivo e afetivo do aluno:

A formação integral do sujeito, visando uma educação conscientizadora, transformadora e dialógica buscando uma integração entre alunos e professores voltados para um processo de construção do conhecimento numa dimensão crítica e criativa. Em um meio produtivo onde todos ensinam e aprendam vinculando às próprias experiências existenciais e origens culturais, há possibilidades de perceberem suas realidades e produzirem conhecimento por meio do diálogo. (KLAAR *et al.*, 2015, p. 25737).

Os registros destacam que a educação humanizadora consiste na formação integral dos alunos, colocando o ser humano no centro de sua proposta pedagógica, valorizando os saberes dos alunos e considerando as diferenças culturais, sociais e pessoais. Perceptível nesta fala: *“Formando alunos pensantes, críticos e ativos, possibilitando escolhas e posicionamentos dos alunos em relação a si próprios, aos outros e ao mundo.”*¹ O professor é responsável por valorizar cada aluno no seu individual. Procura-se enxergar o aluno como ser humano que aos poucos vai tecendo seus sentimentos e percepções acerca da sua realidade por meio da significação de valores e conhecimentos, enriquecendo o seu processo de aprendizagem.

Enquanto, nas relações afetivas a educação humanizadora visa uma educação com amor e respeito. É aquela que busca o conhecimento do aluno, valorizar o diálogo presente nas relações afetivas, ampliar os horizontes, criando alternativas de transformação, sendo instrumento de mediação e autonomia ao aluno. A importância das relações afetivas na educação é defendida por Ecco (2018, p. 65), nas seguintes palavras:

Nas relações humanas, o afeto tem importância primordial no estabelecimento de uma convivência agradável entre todos. E no contexto das práticas pedagógicas, pesquisas apontam que a afetividade influencia o processo de ensino-aprendizagem, pois demonstrações de afeto do preceptor agem no emocional do educando, porque revelam dedicação, admiração, benquerença, estima, zelo.

A escola precisa optar por uma educação pautada no diálogo, em que o professor não é um mero transmissor de conhecimentos, mas alguém que ao mesmo tempo ensina e também aprende. Destaca-se em um registro feito por um professor participante da pesquisa que: *“Uma educação que considera o aluno como um ser que necessita de afeto, precisa ser ouvido e respeitado.”*

O professor que trabalha na perspectiva da educação para a humanização tem a importante tarefa de dinamizar todo o conjunto do processo de aprender, do conviver, do solidarizar-se com o outro, buscando novas formas de relacionamento. Pensando em uma educação humanizadora é tarefa do professor, incentivar não somente o desenvolvimento cognitivo do aluno, mas também uma formação que estimule o lado afetivo.

¹ As partes textuais que estão grifadas com itálico e que compõem este artigo, são falas dos participantes da pesquisa transcrita dos instrumentos de coleta de dados.

PRINCÍPIOS QUE FUNDAMENTAM A DOCÊNCIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

Com base na análise dos apontamentos registrados nos instrumentos de coleta de dados quando perguntados “Na sua opinião, quais são os princípios que fundamentam a docência na perspectiva da educação humanizadora”, foi possível identificar algumas semelhanças.

Uma vez que é na prática pedagógica que se efetiva a amorosidade, vivencia-se relações de zelo, de cuidado para com o próximo. Isso é possível no processo educacional que tem como compromisso a humanização dos sujeitos envolvidos.

A relação pedagógica marcada pela amorosidade possibilita a vivência do respeito e oportuniza práticas que primam o desenvolvimento da autonomia dos educandos, compreendendo-os como seres em formação e transformação, em um processo ascendente de atualização do Ser-mais, condição ontológica humana. (ECCO, 2018, p. 13).

O diálogo também está presente nas relações afetivas, sendo um dos princípios fundamentais da prática pedagógica advogada, pois o ser humano por ser inacabado e estar em constante formação necessita do convívio com outros seres humanos para se constituir. Pois, “Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas.” (FREIRE, 2007, p. 136).

O professor precisa construir nos alunos a autonomia, dando liberdade para eles tomarem decisões responsáveis, formando cidadãos críticos e aptos para conduzir sua vida, sendo responsáveis pelas suas atitudes. Todos os princípios identificados no instrumento de coleta de dados fundamentam a formação do aluno para o exercício da cidadania, formando seres solidários com os que necessitam.

PERFIL DO PROFESSOR QUE TEM COMO OBJETIVO DESENVOLVER UMA PRÁTICA EDUCACIONAL HUMANIZADORA

A partir da análise das anotações encontradas nos instrumentos de coleta de dados quando perguntados “Descreva brevemente como é ou deveria ser o perfil de um professor (a) que tem como objetivo desenvolver uma prática educacional na perspectiva da educação humanizadora” identificou-se que os professores consideram importante uma boa formação, em que seja possível inserir métodos inovadores no contexto escolar.

Para compreender um pouco sobre o perfil do professor na atualidade, baseado em leituras realizadas frisa-se o excerto abaixo:

O professor do século XXI deve possuir características que compreendem o conhecimento, as técnicas de aprendizagem e o domínio sobre o conhecimento ministrado, vendo muito além de uma mera lista de conteúdos, mas um caminho de possibilidades que conduza os alunos a uma correta apropriação do mesmo e sua aplicação a situações práticas do cotidiano. (SILVEIRA, 2013, p. 40).

O professor humanizador é aquele que em seu trabalho de mediador de aprendizagem desenvolve características essenciais como o exercício da cidadania, a aquisição do saber e o cultivo da sensibilidade, um ser aberto para o outro. Diante disso: “O educador não é aquele que se coloca acima ou diante de seus educandos para instruí-los, mas com eles faz a

caminhada; juntos vão descobrindo e (re) aprendendo o que é importante para ser mais, cada um dizendo a sua palavra e escutando a palavra do/a outro.” (HENZ, 2007, p. 159).

Um docente que essencialmente saiba ouvir mais, que entenda que sua prática deve superar a concepção educacional de formar para o mercado de trabalho, mas sim de formar o aluno no todo, formar para a vida em sociedade, evidenciando o ser, uma vez que deve ter clareza que a aprendizagem não se restringe à transmissão ou apropriação de saberes conceituais. Como justifica um dos participantes da pesquisa, o professor: *“Pensa no lado humano, nos sentimentos e nos valores dos alunos, problematiza e dialoga com todos sobre tudo o que acontece principalmente em brigas e conflitos.”*

O professor humanizador deve ampliar os horizontes de compreensão, percepção aguçar a sensibilidade, criar novas práticas e metodologias, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem. O professor deve ser compreensivo e aberto ao aluno que necessita de cuidados.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE HUMANIZAÇÃO

Após analisar os registros contidos nos instrumentos de coleta de dados quando perguntado “No seu entendimento a escola é um espaço de humanização”, pode-se destacar que 80% dos professores responderam que sim, enquanto 20% afirmaram que não.¹

Esses 80% enfatizam que a educação na perspectiva da humanização compreende o ser humano como um ser repleto de possibilidades, e que está em constante formação. Por essa razão, afirma um professor: *“A escola com certeza é um espaço de humanização, pois busca conhecer e trabalhar com o aluno de forma plena, incentivando o aluno a ser investigador, ampliando e criando metodologias para o processo ensino aprendizagem.”*

Enquanto, 20% dos professores participantes mencionam que nem sempre a escola é um espaço em que ocorre a humanização, isso é explicado por um dos participantes da pesquisa: *“Infelizmente ainda encontra-se escolas que consideram apenas o intelecto, o cognitivo do aluno. Mas a escola pode se tornar um espaço de humanização quando mudar suas práticas pedagógicas, valorizando o aluno e educando em sua totalidade.”*

A gestão escolar possui um papel fundamental na condução do trabalho pedagógico que será desenvolvido pelos profissionais da educação, então é necessário que estes também reflitam sobre a educação humanizadora. Percebe-se o quanto a escola é essencial para a formação humana, tendo em vista o trabalho com os valores e princípios fundamentais para viver na sociedade, em que os indivíduos aprendem a conviver com outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do artigo apresentado, percebe-se que a educação humanizadora propõe ao cidadão uma formação mais humana, no qual a pessoa age colocando-se no lugar do outro e valorizando a sua cultura e o seu modo de ser. É por meio desta educação que as pessoas constituem-se, verdadeiramente, como seres humanos.

¹ Para chegar nesse resultado, calculou-se o número total de professores que participaram da pesquisa, sendo 20 professores, esse número equivale a 100% das respostas. Sendo que 16 professores responderam que a escola é um espaço de humanização, calculando, esses representam 80% das respostas, enquanto 4 professores responderam que a escola não é um espaço de humanização, representando 20% das respostas.

Compreende-se que para a prática da educação que objetiva a humanização são necessários alguns princípios que fundamentam a condução do processo educativo. É com base no conhecimento desses princípios que o professor organizará a sua prática pedagógica, aprimorando com o que é relevante para a sua realidade educacional, priorizando o diálogo.

A partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos percebe-se que são poucos os parágrafos que mencionam a educação humanizadora. Mesmo assim, os professores destacaram nos questionários que procuram trabalhar com seus alunos os princípios que fundamentam a educação humanizadora, propondo uma formação integral e valorizando as relações afetivas como elementos essenciais para a formação humana.

REFERÊNCIAS

ECCO, Idanir. **Ser educador na atualidade**: dos desafios e compromissos. Erechim, RS: Edelbra/AEL, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HENZ, Celso Ilgo. Na escola também se aprende a ser gente. *In*: HENZ, Celso Ilgo; ROSSATO, Ricardo. (Orgs.). **Educação humanizadora na sociedade globalizada**. Santa Maria: Biblos, 2007. p. 149-167.

KLAAR, Anne Carolina Rodrigues; SOUZA, Aurélio dos Santos; POCAI, Maria Denise da Cunha; SANTOS, Vanice dos. **Os desafios da formação integral**: a formação de professores para o trabalho docente no contexto da complexidade de saberes. Educere, XII Congresso Nacional de Educação, PUC-PR, 26-29 out. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17831_10499.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

PPP. **Projeto político pedagógico**. Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Altayr Caldartt. Campinas do Sul, RS, 2017 a. (Impresso).

PPP. **Projeto político pedagógico**. Escola Estadual de Ensino Fundamental Geny Telles Colpani. Campinas do Sul, RS, 2017 b. (Impresso).

PPP. **Projeto político pedagógico**. Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Paz. Campinas do Sul, RS, 2017 c. (Impresso).

SILVEIRA, Emerson Lisandro Dias. **O perfil do professor do século XXI**: uma reflexão necessária. Revista de Educação Dom Alberto, n. 3, v. 1, jan./jul, 2013, p. 32-42. Disponível em: <http://www.domalberto.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/O-Perfil-do-Professor-do-S%C3%A9culo-XXI-uma-Reflex%C3%A3o-Necess%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: Uma construção possível. 24. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

